

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE – UNIVALE
MESTRADO EM GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO

Amilton Quintela Soares Júnior

EMPREENDEDORISMO SUSTENTÁVEL:
uma alternativa para o território conceitualmente vazio.

Governador Valadares

2016

AMILTON QUINTELA SOARES JÚNIOR

EMPREENDEDORISMO SUSTENTÁVEL:

uma alternativa para o território conceitualmente vazio.

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Augusto Santos

Governador Valadares

2016


Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território - GIT
**ATA DA BANCA EXAMINADORA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
AMILTON QUINTELA SOARES JÚNIOR**


Matrícula nº 70.206


Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do dois mil e dezesseis (26/02/2016), às 14:00 (quatorze horas), na sala 13 do Bloco PVA da Universidade Vale do Rio Doce, reuniu-se a Comissão Examinadora da Dissertação de Mestrado intitulada "EMPREENDIDORISMO SUSTENTÁVEL: uma alternativa para o território conceitualmente vazio", Linha de Pesquisa: Território, Migrações e Cultura, elaborada pelo aluno **Amilton Quintela Soares Júnior**. A comissão julgadora foi composta pelos professores Doutores, Mauro Augusto dos Santos (orientador) – UNIVALE, Pacelli Henrique Martins Teodoro – UFVJM e a professora Doutora Patrícia Falco Genovéz – UNIVALE. Abrindo a sessão, o presidente da Comissão, Prof. Dr. Mauro Augusto dos Santos após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulares do Trabalho Final, passou a palavra ao mestrando Amilton Soares Quintela Júnior para apresentação de sua Dissertação. Logo após a arguição dos examinadores, a Comissão se reuniu, sem a presença do mestrando e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora consideraram por unanimidade a Dissertação APROVADA, fazendo as seguintes observações: ATENDEZ AS RECOMENDAÇÕES DA BANCA.

Em seguida o resultado foi comunicado publicamente ao candidato pelo presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião e lavrou-se a presente Ata que será assinada por todos os membros da comissão Examinadora.

Governador Valadares, 26 de fevereiro de 2016.


Prof. Dr. Mauro Augusto dos Santos
Orientador


Prof. Dr. Pacelli Henrique Martins Teodoro
Examinador


Prof.ª Dr.ª Patrícia Falco Genovéz
Examinadora

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais – NEHT/Univale
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território

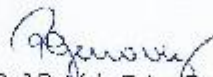
Amilton Quintela Soares Júnior

**“EMPREENDEDORISMO SUSTENTÁVEL: uma alternativa para o território
conceitualmente vazio”**

Dissertação aprovada em 26 de
fevereiro de 2016, pela banca
examinadora com a seguinte
composição:



Prof. Dr. Mauro Augusto dos Santos
Orientador - Universidade Vale do Rio Doce



Prof.ª Dr.ª Patrícia Falco Genovêz
Examinadora - Universidade Vale do Rio Doce



Prof. Dr. Pacelli Henrique Martins Teodoro
Examinador - Universidade Federal do Vale Jequitinhonha e Mucuri

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao princípio inteligente que conduz todas as coisas e que eu chamo simplesmente de Deus.

À minha linda e querida esposa, Gisele. Sem o seu apoio, compreensão e paciência, teria sido impossível finalizar o programa de Mestrado. Sem a sua presença na minha vida, sem dúvida as conquistas perderiam boa parte do seu sentido.

À minha filha, Luíza, que mesmo ainda na barriga da mãe já é um tremendo incentivo para a busca de novos conhecimentos e perspectivas, além de uma imensa fonte de boas energias que já me estimulam a tentar ser um homem melhor.

Aos meus pais, meus verdadeiros gurus e minhas referências. Ao meu pai, agradeço o suporte incondicional e a disposição contínua de me colocar sempre em primeiro lugar, mesmo quando eu não mereço. À minha mãe, meu agradecimento pelos inúmeros exemplos de conduta honesta e digna, além do meu eterno reconhecimento por todos os empurrões estratégicos, que me fizeram chegar onde estou hoje.

Ao meu orientador, Professor e Pós-doutor Mauro Augusto dos Santos, responsável direto pela condução produtiva da minha pesquisa e pela elaboração do texto final desta dissertação. Além de um admirável profissional, a prova viva de que conhecimento, dedicação e disponibilidade podem caminhar juntos (e caminham muito melhor assim).

Ao Professor Doutor Haruf Salmen Spindola, que me apresentou a obra de Robert David Sack e, mesmo sem saber, acabou se tornando decisivo para a definição dos rumos desta pesquisa.

À minha amiga, Jeanine Águia, que sempre me auxilia nos processos de formatação dos meus trabalhos e a todos os meus amigos, professores, familiares e alunos que, direta ou indiretamente, contribuíram, com pensamentos, ações e recursos para o desenvolvimento desta dissertação.

“Nós não herdamos a terra dos nossos antepassados,
e sim a pedimos emprestada aos nossos filhos”.

(Provérbio indiano).

“Isso é da natureza humana.
Ninguém faz nada até que seja tarde demais”.

(Michael Crichton).

RESUMO

O modelo capitalista de exploração intensiva de recursos, orientado pela necessidade de acúmulo de lucros no curto prazo, apropria-se do território como se ele não passasse de uma moldura métrica e abstrata, estrategicamente manipulável. Assim, estabelece-se a concepção de um espaço conceitualmente vazio, onde as relações entre pessoas, eventos e lugares tornam-se cada vez mais efêmeras. Ao lado dos inegáveis ganhos econômicos produzidos por essa perspectiva de gestão de negócios, intensificam-se as heranças sociais e ambientais negativas derivadas da exploração desequilibrada dos recursos. Assim, torna-se necessária a busca por modelos alternativos de gestão, capazes não só de garantir a possibilidade de geração de valor econômico, mas que também considerem a utilização mais racional e longa dos recursos, a partir de uma relação mais consciente entre a atividade produtiva e o território. Nesse sentido, esta pesquisa buscou relacionar os conceitos de empreendedorismo sustentável e território. Para tanto, com base em um estudo comparativo do conteúdo das obras de diferentes autores, apresentou e analisou exemplos de ações empresariais e iniciativas empreendedoras de caráter sustentável, que suscitam a configuração de novos modelos de gestão de negócios, potencialmente capazes de englobar impactos de curto e longo prazo e de garantir ao território um papel que não se limita ao de palco controlável dos acontecimentos. Por fim, foi possível identificar empreendimentos cujas características específicas apontam para indícios de desenvolvimento de uma nova postura de gestão, que não só busca equilibrar as dimensões econômica, social e ambiental de sua atuação, como também reforça os laços entre empresas e comunidades, garantindo ao território um lugar de destaque entre as variáveis consideradas nos processos decisórios.

Palavras-chave: Território. Sustentabilidade. Empreendedorismo Sustentável.

ABSTRACT

The capitalist model of intensive exploitation of resources, guided by the need for profit accumulation in the short term, appropriates the territory as if it were no more than a metric and abstract frame, strategically manipulated. This approach establishes a conceptually empty space where the relationships between people, events and locations become increasingly ephemeral. Alongside undeniable economic gains produced by this business management perspective is the intensification of the negative social and environmental heritage derived from the unbalanced exploitation of resources. Thus, it becomes necessary to search for alternative management models, able not only to ensure the possibility of economic value generation, but also consider more rational and long-lived resource use, from a more conscious relationship between the productive activity and territory. In this sense, this research sought to relate the concepts of sustainable entrepreneurship and territory. To this end, based on a comparative study of the content of works of different authors, presented and analyzed examples of corporate actions and entrepreneurial initiatives of sustainable nature, which give rise to the setting of new business management models, potentially able to cover short impacts and long term and to ensure the territory a role that is not limited to the controllable stage of events. Finally, it was possible to identify projects with specific characteristics, which not only seek to balance economic, social and environmental dimensions of its operations, as well as strengthen ties between companies and communities, ensuring the territory a prominent place among the variables considered in proceedings decision-making.

Palavras-chave: Territory. Sustainability. Sustainable Entrepreneurship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Links Internos entre Tendências e Combinações Territoriais	27
Figura 2 - Dimensões e Indicadores de Gestão, segundo Schlange	69
Figura 3 - Quadro do valor sustentável no modelo de Hart e Milstein	84

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE EM ROBERT DAVID SACK: O ESPAÇO CONCEITUALMENTE VAZIO	15
3	CAPITALISMO E TERRITÓRIO: ESPAÇO ESVAZIÁVEL E EXTERNALIDADES	34
4	EMPREENDEDORISMO SUSTENTÁVEL.....	52
5	EMPREENDEDORISMO SUSTENTÁVEL E TERRITÓRIO	77
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
	REFERÊNCIAS	112

1 INTRODUÇÃO

Poluição do ar, urbanização descontrolada, aumento da emissão de gases do efeito estufa, aquecimento global, intensificação das desigualdades entre ricos e pobres, escassez de recursos naturais e uma sucessão acelerada de catástrofes ambientais que colocam em risco a sobrevivência de milhares de pessoas e ecossistemas. Muito além de elementos centrais e cada vez mais comuns no conteúdo jornalístico das diferentes mídias contemporâneas, todas essas situações, direta ou indiretamente, representam a herança de externalidades negativas produzidas por décadas de um modelo econômico de exploração intensiva de recursos e de acumulação de lucros no curto prazo.

Como os modelos de organização da produção e do trabalho não representam combinação aleatória de recursos e circunstâncias, mas sim a manifestação de uma estratégia, pautada em escolhas e compensações, é possível notar que, sob a égide do conceito de progresso como via única de desenvolvimento, a estratégia capitalista tem desembocado em uma relação desequilibrada entre o homem e o meio material, e um dos efeitos territoriais dessa relação dissimétrica, destacado na teoria de Robert David Sack (1986) e intimamente ligado a uma lógica capitalista de organização do trabalho impregnada de ciência e de tecnologia, é o surgimento do espaço conceitualmente vazio.

Diante dessa perspectiva, as organizações enfraquecem as ligações entre eventos e locais, o que reduz a um caráter contingencial e impessoal a relação entre os fenômenos, as pessoas e um espaço que se torna cada vez mais abstrato e métrico, constituindo um suporte para as ações e para a constante alocação e realocação de recursos cada vez mais móveis e flexíveis. Desse modo, o território não passa de uma moldura funcional, que permite uma combinação e recombinação constante de objetos no espaço, a fim de atender diferentes estratégias corporativas.

Não é difícil perceber que, quando toma o território como uma simples moldura funcional, o sistema de relações produtivas que atualmente domina o ambiente competitivo global pode vir a ameaçar, no longo prazo, a própria condição de sobrevivência das populações, bem como a viabilidade econômica de manutenção do próprio sistema. Em bases elementares, pode-se considerar a completa eliminação de alguns recursos e, em termos mercadológicos, a insustentabilidade das relações de consumo características das sociedades atuais.

Assim, como forma de mitigar as pegadas¹ da ação empresarial predatória ou mesmo como alternativa para promover reparos no quadro de consequências dos danos já causados, emerge o discurso da sustentabilidade. Muitas vezes, o conceito aparece como uma espécie de desabafo de setores sociais específicos. Outras vezes, como uma espécie de mantra reproduzido à exaustão e sem critério por grupos que apenas adotam o termo como um novo modismo. Mas, em uma terceira e mais promissora abordagem, a sustentabilidade surge como via alternativa de estudo, com base em critérios técnicos e científicos, que busca promover uma mudança de comportamento capaz de garantir um modelo de produção que não só viabilize o atendimento das necessidades presentes, mas que também resguarde o atendimento das necessidades de gerações futuras.

Com desdobramentos que impactam a agenda política das grandes nações do globo desde os anos de 1970, a sustentabilidade se aproxima do cenário empresarial ao constituir, a partir da década de 1990, categoria de análise estratégica no contexto das organizações, cada vez mais cobradas no que corresponde à sua parcela de responsabilidade quanto às consequências ambientais e sociais de suas ações. E com a crescente relevância do tema no contexto empresarial, a sustentabilidade passou a incorporar outra faceta do ambiente de negócios, a das ações empreendedoras. Surge, então, o conceito de empreendedorismo sustentável, que amplia o foco de ação de algumas organizações, anteriormente voltadas exclusivamente para a geração de lucros e que, agora, passam a considerar a busca do equilíbrio entre três aspectos fundamentais: economia, sociedade e meio ambiente. Como modelo de condução de decisões e ações organizacionais, o empreendedorismo sustentável se volta para o planejamento e implantação de estratégias capazes de gerar valor econômico, mas que também buscam a racionalização no uso dos recursos materiais, a promoção do bem-estar social e a preservação do meio ambiente.

O presente trabalho visa a identificar nesse novo modelo de gestão de negócios, características – ou indícios dessas – que possam transformá-lo em uma potencial alternativa à prática capitalista de exploração intensiva dos recursos, que leva os territórios a serem percebidos, na lógica organizacional, como espaços conceitualmente esvaziáveis e preenchíveis, meras molduras para a organização de recursos, eventos e estruturas que atendem a perspectiva de multiplicação de lucros no curto prazo.

¹ Termo cada vez mais comum na atualidade, pegadas ecológicas são os impactos, rastros ou consequências produzidas pelas atividades humanas no meio ambiente. Quanto maior a pegada ecológica, maior o dano causado por uma determinada atividade. Ver: http://www.suapesquisa.com/ecologiasaude/pegada_ecologica.htm

A concepção de um espaço conceitualmente vazio, ao mesmo tempo em que confere aos recursos a mobilidade necessária para a realocação constante, enfraquece as relações entre pessoas, eventos e territórios. Estes últimos ganham relevância efêmera enquanto reúnem condições propícias para atender os desígnios da geração de valor econômico e são facilmente abandonados ou esvaziados (material e simbolicamente), quando não mais atendem tais desígnios, ou quando os recursos se esgotam.

O território conceitualmente vazio também potencializa externalidades e impactos territoriais negativos, reflexos de um modelo de organização do trabalho que elege a ideia de progresso como caminho único e inquestionável e que age como se os recursos naturais e a capacidade do planeta de absorver resíduos e poluição fosse infinita. Mas a verdade é que os reflexos de anos de exploração intensiva dos recursos, assim como a própria expansão de modelos padronizados de gestão de insumos, capitais e informações passam a atingir as populações do mundo em escala global. E, a partir do momento em que essas populações sofrem com o aumento das emissões de poluentes, com as mudanças climáticas, com as crises hídricas e energéticas, justifica-se a relevância de discutir novos modelos de gestão de negócios que não tratem o território como simples suporte para ações estratégicas.

Torna-se imperativo, portanto, buscar e analisar modelos alternativos de utilização social e econômica do espaço, capazes não só de garantir a possibilidade de geração de valor econômico, mas que também considerem a utilização mais racional e longa dos recursos, bem como a possibilidade de garantir o atendimento das necessidades de gerações futuras, a partir de uma relação mais consciente entre pessoas e territórios.

Nesse sentido, a associação dos conceitos de sustentabilidade às iniciativas empreendedoras pode suscitar a possibilidade de configuração de novos modelos de exploração econômica que considerem o peso do território e da utilização racional dos seus recursos em uma estrutura de tomada de decisão em contextos corporativos que englobe impactos de curto e longo prazo, e que garanta ao território um papel que não se limite ao de palco controlável dos acontecimentos.

Assim, considerando-se os principais elementos do cenário até aqui apresentado, estabelece-se como questão central de investigação do presente trabalho: o empreendedorismo sustentável pode constituir um modelo de gestão de negócios alternativo à concepção do território conceitualmente vazio apresentado por Robert David Sack?

De acordo com a delimitação temática até aqui apresentada, define-se como objetivo geral da pesquisa: identificar se o empreendedorismo sustentável tem o potencial de constituir um modelo de gestão de negócios alternativo aos empreendimentos que se apropriam da

concepção do território como um espaço conceitualmente vazio. Nesse sentido, estabelecem-se, ainda, os seguintes objetivos específicos:

- a) Conceituar território e territorialidade segundo a abordagem teórica de Robert David Sack;
- b) Apresentar o território conceitualmente vazio, como efeito da territorialidade humana;
- c) Conceituar o empreendedorismo sustentável;
- d) Relacionar as categorias de análise: empreendedorismo sustentável e território.

Para o efetivo desenvolvimento dos objetivos específicos em um corpo consistente de análise e argumentação, adota-se como processo metodológico, na tentativa interdisciplinar de estabelecer uma teoria – ou pelo menos um esboço dela – que relacione o empreendedorismo ao desenvolvimento sustentável de um território que não é meramente uma moldura funcional, uma abordagem objetiva e qualitativa, com base em um estudo comparativo do conteúdo das obras de diferentes autores, em uma revisão bibliográfica e documental que permita um maior aprofundamento sobre o tema da pesquisa. Sem a pretensão de estabelecer um discurso conclusivo sobre as questões pesquisadas, busca-se analisar os conceitos chave tratados nesta dissertação, contribuindo com novas reflexões e perspectivas de estudo.

A pesquisa de dados secundários para o desenvolvimento do presente projeto será realizada a partir de publicações relacionadas aos conceitos chave de análise. Assim, toma-se como principal autor com conteúdo relacionado ao território, Robert David Sack, cujo conceito de espaço conceitualmente vazio constitui elemento central deste trabalho. Outros autores, tais como Raffestin e Milton Santos, também serão utilizados, na tentativa de promover uma análise mais aprofundada das variáveis relacionadas ao território e à territorialidade humana.

O empreendedorismo – outro elemento chave desta pesquisa – também será abordado a partir de publicações de autores conceituados, desde os mais clássicos e ainda muito influentes nos estudos contemporâneos, como é o caso de Schumpeter, até aqueles que abordam novos modelos da ação empreendedora. E quanto ao empreendedorismo sustentável, destacam-se livros e artigos científicos tidos como referenciais para o estudo do tema e, neste ponto, destacam-se os conteúdos produzidos por autores como Elkington, Larson, Hart, Milstein e Venkataraman.

Para alcançar o seu objetivo central, esta dissertação encontra-se organizada em 6 capítulos, sendo esta introdução o primeiro deles. No Capítulo 2, são apresentados os princípios mais relevantes da teoria de Robert David Sack sobre o território e a territorialidade humana, com destaque para o efeito territorial do espaço conceitualmente vazio. No Capítulo

3, aprofunda-se a análise da relação entre a organização capitalista dos meios de produção e os seus impactos territoriais, notadamente no que se refere às relações hierárquicas, fluídas e impessoais entre coisas, eventos e um espaço considerado conceitualmente vazio e, portanto, sempre manipulável. O empreendedorismo será abordado no Capítulo 4. O conteúdo do Capítulo 5 avalia se o empreendedorismo sustentável reúne características que podem habilitá-lo como modelo de condução de negócios que pode configurar uma potencial alternativa à concepção de um território conceitualmente vazio. E, por fim, no Capítulo 6, são apresentadas as considerações finais.

2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE EM ROBERT DAVID SACK: O ESPAÇO CONCEITUALMENTE VAZIO

Em *Uma Cartografia Simbólica das Representações Sociais*, Boaventura de Sousa Santos (1988) propõe uma análise dos fenômenos sociais a partir dos preceitos da ciência dos mapas: a cartografia, como forma de tomar o espaço como elemento relevante na configuração do seu objeto de estudo: uma teoria sociológica do Direito. A intenção aqui, obviamente, não é enveredar por uma seara de argumentações jurídica, mas destacar uma passagem do início do texto acima mencionado, quando o autor afirma que a “metáfora fundadora do pensamento moderno é a ideia do progresso”, que privilegia as análises temporais em detrimento das espaciais e pode promover uma espécie de negligência científica em relação ao espaço, uma vez que os estudos e análises se voltam para o tempo. Não cabe discutir a validade, ou mesmo a viabilidade das análises que pretendem separar essas duas categorias (tempo e espaço), mas sim tomar os argumentos do autor como base para tecer considerações sobre questões de ordem econômica e social que esta dissertação pretende abordar.

A ideia de progresso estabelece uma espécie de caminho único e inexorável de desenvolvimento pelo qual indivíduos e sociedades devem passar, sem vias alternativas. Tal concepção pode ser facilmente apropriada pela lógica capitalista de acumulação de lucros no curto prazo e exploração intensiva de recursos, e usada como justificativa para a validação de uma espécie de negligência planejada quanto aos impactos e externalidades das atividades capitalistas sobre indivíduos e lugares. E, quando a emergência do pensamento pós-moderno traz consigo o renascimento do espaço como categoria de análise (SANTOS, 1988), a negligência planejada passa a ser substituída por uma estratégia, voltada a influenciar relações e comportamentos a partir do controle do espaço (SACK, 1986).

Cabe destacar aqui que o conceito de mudança – ainda com mais força no período pós-moderno – torna-se um imperativo do sistema capitalista. A racionalização que justifica ideologicamente a manutenção contínua de processos de mudança pode ser encontrada na própria ideia do progresso como caminho compulsório (SACK, 1986). Ainda que a discussão sobre as motivações e interesses que justificam diferentes suportes teóricos seja muito relevante, a presente pesquisa concentra suas análises não nas intenções subjacentes, mas sim nos impactos territoriais evidentes, que se manifestam a partir da lógica capitalista que transforma o espaço em uma moldura para alocar e distribuir eventos. O capitalismo, a fim de

acumular capital e promover o seu crescimento, precisa transformar a mudança em axioma. E, em termos geográficos, mudar significa mover coisas e pessoas no espaço, que se torna mais uma *commodity*², um recurso sob a forma de moldura que mantém os objetos nele inseridos em uma relação cada vez mais fluida, contingencial e temporária (SACK, 1986). Se as consequências da aplicação de tal estratégia são externalidades que afetam negativamente as pessoas e o próprio espaço, não há problema, afinal, o capitalismo pode simplesmente mudar as coisas de lugar, buscar novos territórios para exercer a sua territorialidade, por mais que essa postura seja obtusa e limitada se considerada a interconectividade dos ecossistemas, por exemplo.

Território e territorialidade, elementos básicos para a construção das reflexões e argumentações desta dissertação, são conceitos abordados por diferentes correntes teóricas, a partir de diferentes perspectivas e dimensões. Positivistas, materialistas, estruturalistas e até mesmo as correntes mais voltadas à subjetividade lançam seus olhares sobre o território, que pode ser percebido, compreendido e avaliado a partir de diferentes facetas, daquelas mais direcionadas a questões específicas àquelas de caráter integrador, que buscam abarcar um maior contingente de variáveis de estudo.

Próximos ao conceito de território, e muitas vezes erroneamente tomados com sinônimos, estão os conceitos de espaço e de lugar. A fim de melhor apresentar tais elementos e evitar distorções nas análises dos conceitos centrais da presente pesquisa, antes que se destaquem as diferentes abordagens sobre o território, necessário se faz tecer considerações sobre as outras categorias espaciais aqui citadas (o espaço e o lugar), de modo a reconhecer que cada uma delas representa distintas, porém relacionadas, dimensões da realidade socioespacial.

Em relação ao espaço, como alerta Soja (1993), fugir de uma visão que destaca apenas o elemento físico não é tarefa das mais simples. O espaço costuma evocar uma imagem material – uma parte do ambiente, um cenário – e não uma estrutura permeada pela interação entre a natureza e a sociedade. Segundo o mesmo autor, o espaço pode ser primordialmente dado, mas as experiências e transformações sociais delineiam a sua organização e influenciam seus sentidos.

Assim, alguns estudiosos buscam demonstrar como o espaço representa elemento ativo na organização social, atuando, ao mesmo tempo, como produtor e produto. E é essa a abordagem que se aproxima da linha de argumentação teórica do presente trabalho. Segundo

² Palavra da língua inglesa que significa mercadoria e refere-se a itens sem grande diferenciação ou valor agregado.

Gomes (2002), o espaço geográfico é definido por três características: uma extensão fisicamente constituída, portanto concreta e material; a dialética entre a disposição das coisas e as ações sociais; e a lógica ou coerência associada à disposição das coisas. Em tal quadro teórico, é possível notar a tentativa de estabelecimento de um diálogo entre morfologia e práticas sociais, tratamento analítico similar ao de Santos (2006), quando apresenta o espaço como o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Em ambos os discursos, o espaço contempla, simultaneamente, forma e conteúdo, e pode ser visto como uma composição de formas, sentidos, atividades e contextos.

Quando os sentidos e contextos se aproximam da experiência humana vivenciada, calcada na subjetividade da relação entre homem e ambiente, destaca-se, em uma perspectiva humanista, apresentada por Holzer (1999), o conceito de lugar. Vale citar aqui a argumentação de Tuan (1983), para o qual espaço e lugar são termos familiares. Para esse autor, o espaço, a princípio indiferenciado, assume a configuração de lugar quando passa a ser dotado de valor, advindo das intenções e experiências humanas, desde as mais banais às mais extraordinárias. O lugar é a base da existência humana enquanto experiência pessoal, mediatizada por símbolos e significados próprios, constituindo, portanto, o centro onde são experimentados os eventos mais significativos da existência: viver, habitar, consumir, trabalhar e conviver. Tal concepção de lugar permite verificar que a experiência (direta ou simbólica) pode ser apropriada em escalas, incluindo o lar, a localidade, o bairro, a cidade, a nação até o planeta. Nesse sentido, entretanto, Holzer (1999) nos alerta que o aumento da abrangência, obviamente, impossibilita um relacionamento espacial direto e marcado de significados.

Há, ainda, uma visão crivada de uma crítica socio-histórica, que apresenta o lugar, em suas formas materiais e não materiais, como um meio de promoção da funcionalidade do mundo. Assim, os lugares se diferenciariam por realizarem apenas uma parcela do feixe de possibilidades funcionais existentes. É assim que Santos (2006) aborda a relação entre local e global. Enquanto a ordem global busca impor uma racionalidade única, os lugares respondem, resistindo e buscando estabelecer sua própria racionalidade. A ordem global relaciona-se às escalas superiores e externas e o lugar diz respeito à escala do cotidiano, marcada por elementos como vizinhança, intimidade, emoção, cooperação e contiguidade.

Além do espaço e do lugar, temos o elemento chave do presente trabalho, o território, que Raffestin (1993) trata logo de diferenciar do espaço, que é preexistente à ação, enquanto o território configura o espaço territorializado, concreta ou abstratamente (pela representação, por exemplo), por um ator. Tradicionalmente, o território constitui uma determinada porção

da superfície terrestre apropriada e ocupada por um grupo humano. Trata-se de abordagem simplista, que aproxima demasiadamente os conceitos de território e espaço (como conjunto de forma natural e conteúdo social). O território, além de uma interação entre material e social, apresenta um caráter político, associado às relações de dominação e poder. A princípio, um poder derivado de uma imposição unilateral, associada à escala do território nacional e à figura do Estado-Nação, como nos conceitos de Ratzel (1990). Abordagem questionada por correntes teóricas que visam superar limitações analíticas e apresentam concepções mais flexíveis e críticas, que admitem o caráter multidimensional do poder, referenciado ao controle e à gestão do espaço, que pode ser derivado de múltiplas fontes, relacionar-se a todos os atores e níveis espaciais.

Na concepção clássica de Ratzel (1990), o território está vinculado ao solo e representa espaço ocupado por um grupo social. Assim, o território está relacionado ao processo de apropriação e domínio de uma área determinada, em uma perspectiva centrada na identidade nacional. É o poder que emana do Estado-Nação. Na argumentação de Raffestin (1993), como visto anteriormente, o território se forma a partir do espaço, sendo o resultado da ação de um ator (indivíduo, grupo ou instituições) que realizam um programa. Dessa forma, o poder é multidimensional, pois emana e é exercido por múltiplas fontes, em diferentes níveis espaciais. A territorialidade, constitui-se, então, em uma estratégia para estabelecer, manter e reforçar o poder, como afirma Gomes (2002). A estreita correlação entre a ideia de poder e o território também se apresenta na obra de Saquet (2004), para quem o território é uma produção espaço-temporal moldada pelas relações de poder que se manifestam em diferentes escalas, não apenas no contexto do Estado-Nação.

Assim com a abordagem teórica do poder unicamente em escala nacional vai cedendo espaço para uma análise do poder multidimensional, emergem nos conceitos sobre o território perspectivas que permitem tratar da coexistência de diferentes territorialidades que constituem parte do tecido social. Territórios podem ser múltiplos, assim como podem ser múltiplas suas interpretações e significações. Com base nessas argumentações preliminares, o território pode ser desde o mero espaço físico (material), passando pela delimitação de superfície que integra natureza e ação humana, até uma representação simbólica que pode denotar vínculo ou pertencimento. O território pode ser um constante devir, um objeto em permanente construção, formado a partir de interações múltiplas e, assim, pode ser entendido como a esfera que possibilita a existência da multiplicidade, onde “diferentes trajetórias coexistem” – como na visão de Massey (2008), que chega a criticar duramente, reputando como incompletas e limitadas, quaisquer outras tentativas de conceber ou explicar o território.

Há, ainda, abordagens de caráter mais integrador, como a de Haesbaert e Limonad (2007), para quem o território é uma combinação de estruturas naturais e produzidas, uma construção social, histórica, econômica, política, cultural e simbólica. Tal perspectiva representa bem a multidimensionalidade do conceito. Há também as perspectivas impregnadas de subjetivismo, como a de Lepetit (2001), que percebe o território como um contexto dinâmico, caracterizado pelo movimento de diferentes temporalidades e escalaridades. Por outro lado, os territórios também podem constituir sistemas estruturados, compostos por processos relacionais, ora impregnados de poder, como apresenta Raffestin (1993), ora de técnica, como defende Milton Santos (2006).

E, sem querer estabelecer concordância ou refutação definitiva em relação a qualquer abordagem, o presente trabalho aproxima-se de uma perspectiva relacional e assume o território como a área geográfica que resulta da aplicação de estratégias para afetar, influenciar e controlar pessoas, fenômenos e relações (SACK, 1986). Assumindo tal postura conceitual, Robert David Sack, em *Human Territoriality: Its theory and history*³, afasta a territorialidade humana das disciplinas de caráter biológico que buscam explicar o conceito como uma espécie de instinto, comparado ao dos outros animais que demarcam e defendem seu território. A territorialidade humana é, portanto, mais “sofisticada” do que uma mera manifestação instintiva. Ela é uma tentativa – estratégica e intencional – de influenciar ou controlar pessoas, recursos, fenômenos e relações, com base em um controle de área. Assim, a territorialidade humana constitui uma estratégia intencional de utilização e organização do espaço, capaz de produzir efeitos territoriais.

A escassez de materiais que analisam com maior profundidade a teoria de Robert David Sack – é comum encontrar citações do mesmo conceito de territorialidade do autor em passagens curtas e superficiais de várias publicações, mas sempre em meio a várias outras abordagens sobre território, sem análises mais pormenorizadas –, cuja obra mais relevante sequer encontra-se oficialmente traduzida para o Português, e sobretudo a ausência de informações sobre a vida do autor, de modo que se possa promover uma aproximação entre o homem e suas ideias, a partir de suas percepções de mundo e influências, são situações que limitam uma contextualização mais consistente dos argumentos apresentados em *Human Territoriality: Its theory and history*.

Por outro lado, é possível perceber no próprio texto de Sack sua orientação direcionada a uma geografia social, sua abordagem relacional do território e da territorialidade

³ Territorialidade Humana: sua teoria e história (tradução nossa).

e a proximidade de muitos de seus conceitos com as ideias de Milton Santos e Raffestin. No caso do segundo autor, inclusive, é possível conjecturar uma influência direta na obra de Sack, não só pelas relações explícitas que se manifestam em torno de questões como poder, estratégia e influências exercidas pelos atores territoriais na consecução de seus planos, mas também pela proximidade cronológica entre os lançamentos das duas obras mais comentadas dos autores: Por uma geografia do poder, de Raffestin, com primeira edição publicada em 1983, e *Human Territoriality: Its theory and history*, de Sack, publicada originalmente em 1986. É possível perceber nos textos de Sack a relevância do aspecto do controle nas relações territoriais, assim como Raffestin trata do poder.

Enquanto Sack (1986) enfatiza a territorialidade como uma tentativa estratégica de influenciar pessoas e coisas através do controle de área, Raffestin (1993) destaca os programas estratégicos de seus atores sintagmáticos, que elaboram e executam programas. As questões relacionadas ao controle do acesso a informações e à difusão estratégica e hierárquica do conhecimento e dos níveis de responsabilidade, bem como a apropriação do território como um quadro manipulável para consecução de planos intencionais (como será visto com mais detalhes quando forem apresentadas as tendências e combinações territoriais de Sack), questões levantadas por Sack (1986), guardam estreita relação com o uso dos trunfos territoriais por parte dos atores sintagmáticos e a apropriação dissimétrica de recursos territorializados, aspectos apontados por Raffestin (1993), como elementos basilares da sua argumentação sobre o território.

A proposta teórica de Sack (1993) de uma territorialidade humana que constitui uma estratégia de utilização e organização do espaço e que produz efeitos territoriais aproxima-se dos conceitos apresentados por Raffestin (1993), quando este autor afirma que o território não é tão somente o espaço físico, depósito material de recursos, mas é, sobretudo, o resultado de um programa intencional, isto é, da aplicação de energia e de informações para a implantação de estratégias adotadas por atores – sintagmáticos – responsáveis pela elaboração e condução de um programa – que produzem este território. O território é, portanto, sistema físico e também sêmico (uma vez que comunicado pela linguagem e por símbolos), que permeia as relações entre as pessoas e o espaço, contribuindo para a definição dessas relações e também sendo definido por elas. Em um processo que é eminentemente relacional, o território se constitui na esfera de ação onde indivíduos e grupos exercem sua territorialidade, isto é, buscam influenciar, ou mesmo controlar, pessoas, fenômenos e relações (SACK, 1986). Nesse sentido, os recursos se constituem como trunfos utilizados na condução de estratégias intencionais (RAFFESTIN, 1993).

Assim, a simples demarcação ou delimitação de um espaço geográfico não caracteriza a existência de um território. Este último só se manifesta quando suas delimitações e fronteiras são utilizadas para moldar comportamentos e controlar o acesso a recursos e poder (SACK, 1986). Ao defender a ideia do espaço como um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações”, Milton Santos (2006, p.12) nos apresenta a imagem dos territórios como híbridos, constituídos de formas e conteúdos (inseparáveis), que vão muito além da simples presença e comunicação de fronteiras. A partir desse conceito de espaço, o autor elenca, inclusive, suas categorias de análise, incluindo a paisagem, a divisão territorial do trabalho, a técnica – como elemento que intermedia a relação entre o homem e os recursos materiais – e a intencionalidade que configura o espaço produzido ou produtivo. Com base na inseparabilidade dos objetos e ações, destaca-se a noção de intencionalidade no processo de criação, recriação e renovação dos lugares, em movimentos que tem na divisão do trabalho o “motor da vida social e da diferenciação espacial”, como afirma Santos (2006, p.84).

As similaridades nas abordagens de Robert David Sack e de Milton Santos afastam o conceito de territorialidade de um sentido etológico, associado, na biologia, à demarcação de territórios e que, durante muito tempo, foi transferido para as ciências humanas, em uma postura classificada pelo próprio Milton Santos (2006, p.264) como “perigosa e esterilizante”. Este autor defende, ainda, uma distinção entre os atores que decidem, escolhem a ação a se realizar, e os outros. Entre os que decidem encontram-se os governos e as grandes corporações.

Sack (1986) afirma que os territórios são formas construídas socialmente e que tanto as relações quanto os efeitos espaciais dependem dos propósitos de quem está controlando quem. A intencionalidade por trás das estratégias que configuram os territórios também ganha destaque na obra de Raffestin (1993, p.144), quando esse autor afirma que “o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço”, e configura o resultado das ações intencionais conduzidas por atores sintagmáticos, que, ao se apropriarem do espaço de maneira concreta ou abstrata, “territorializam” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Intencionalidade, construção social, estratégias e ações espaciais configuram elementos chave desta dissertação, assim como na tentativa de Sack (1986) de formular uma teoria sobre a territorialidade, processo no qual o autor não nega a sua expertise voltada à análise espacial como instrumento próprio da geografia social, uma vez que as atividades humanas ocorrem no espaço e tem propriedades espaciais. Como afirma Raffestin (1993, p.164): “Entrar em relação com os seres e as coisas é traçar limites ou se chocar com limites.

Toda relação depende da delimitação de um campo, no interior do qual ela se origina, se realiza e se esgota”. Sack (1986) também deixa claro que sua intenção é ocupar posição intermediária entre o ideal positivista do estabelecimento de relações axiomáticas, que podem ser usadas para prever o comportamento humano, e um mero apanhado de noções fracamente conectadas. O que ele chama de teoria é um grupo de características inter-relacionadas que podem ser usadas para explicar ou dar sentido ao comportamento e, também nesse aspecto, esta dissertação se aproxima da obra do autor, não só porque se baseia em um dos seus conceitos – o espaço conceitualmente vazio –, mas também porque a linha de abordagem busca relacionar categorias de análise e encontrar indícios que apontem para uma nova alternativa de comportamento, especificamente nas relações entre as ações empreendedoras e o território.

Em *Human Territoriality* – obra já mencionada de Robert David Sack – o foco das análises remete às vantagens e desvantagens do uso da territorialidade, melhor entendida como uma estratégia espacial para afetar, influenciar ou controlar fenômenos e pessoas, a partir de um controle de área. Além disso, discute-se como a territorialidade é utilizada historicamente, manifestando-se de maneiras singulares em diferentes períodos, e que efeitos ela produz na organização social. Enquanto estratégia e forma de comportamento social, a territorialidade humana exige consumo de energia e de informação para sua implantação e manutenção; pode ser acionada ou “desligada”; depende de quem busca influenciar quem, em que condições e em que períodos; e, acima de tudo, produz vantagens e desvantagens, apresenta causas intencionais para as ações e produz efeitos territoriais. Alguns desses efeitos são universais, ocorrendo em diferentes cenários históricos e organizações sociais, outros se limitam a períodos históricos ou tipos de organizações específicos. A sociedade moderna, por sua vez, tende a acionar toda a gama de possíveis efeitos territoriais (SACK, 1986).

Como dito anteriormente, o território não é e nem pode ser considerado um local. E a diferença básica encontra-se no esforço necessário para estabelecer o território e na constância que o mesmo exige para ser mantido. Delimitar coisas em um mapa, por exemplo, é apenas identificar locais ou áreas e não produzir territórios. Usar estratégias para afetar, influenciar e controlar pessoas, fenômenos e relações através de uma delimitação e controle de área, isso sim produz um território. Desse modo, a territorialidade é também uma estratégia que estabelece diferentes níveis de acesso a pessoas, recursos e poder e, assim, pode ser colocada dentro do contexto das motivações humanas. Sem formas de controle sobre a área – com base em instrumentos e esforços territoriais e não-territoriais – as pessoas e suas formas de organização não encontrariam local no espaço (SACK, 1986).

Neste ponto, deve estar claro que a territorialidade é socialmente construída, com base em relações que não podem ser classificadas como neutras e que envolvem diversos níveis de razão e significados, apresentando, inclusive, aspectos normativos. Como afirma o próprio Sack (1986), as pessoas não se movem no espaço como bolas de bilhar. A interação humana, o movimento e o contato são também questões que envolvem transmissão de energia e informação, sempre com o objetivo de afetar, influenciar e controlar as ideias, ações e o acesso dos outros. Deixar alguns locais de lado, enquanto se reforça o controle de acesso a outros, implica em um processo de escolhas que remove ou inclui pessoas e atividades em diferentes espaços, segundo estratégias intencionais.

Na argumentação de Sack (1986), a territorialidade relaciona-se intimamente com as formas pelas quais as pessoas usam o espaço e nele se organizam, isto é, como elas dão sentido ao lugar. Como forma de interação de caráter espacial, a territorialidade influencia outras interações e, para se sustentar, requer, muitas vezes, ações de caráter não-territorial, como esforços de comunicação, por exemplo. É importante saber o que a territorialidade é, mas fundamental é entender o que ela faz, uma vez que o valor da definição de um fenômeno encontra-se justamente na possibilidade de criar suporte para a identificação e compreensão da importância dos seus efeitos. E, no caso da territorialidade, os três efeitos ou tendências básicas apontadas pelo autor são: a *classificação por área*, a *comunicação de fronteiras* (ou limites) e o *controle do acesso* (SACK, 1986).

Classificar por área significa atribuir características comuns e, principalmente, parâmetros de controle a serem aplicados a determinados objetos e relações simplesmente porque eles se encontram em um mesmo espaço circunscrito. Assim, a territorialidade permite categorizar pessoas e coisas e submetê-las a influências e controles normativos sem que seja necessário discriminá-las por tipo. Basta que elas pertençam a um mesmo território. Colocar as coisas em uma categoria em função de sua localização no espaço evita a necessidade de enumerar e caracterizar por tipo, o que pode ser o único meio de estabelecer e afirmar controle quando não é possível enumerar todas as variáveis e fatores significantes que fazem parte de um território. Além disso, delimitar por área ao invés de enumerar por tipo facilita o esforço de afirmação dos limites, que não precisam ser vinculados a normas detalhadas, mas apenas à indicação direta que determina a linha que não pode ser ultrapassada e que define também o que pertence (está dentro) e o que não pertence (está fora) de uma delimitação espacial específica (SACK, 1986).

Para classificar por área, devem ser estabelecidos limites. Portanto, a territorialidade exige uma forma clara e assertiva de comunicação de fronteiras, definidas por quem controla

e assimiladas pelos que são controlados. Comunicar uma fronteira significa assinalar limites, o que pode ser feito, assim como lembra Sack (1986), por meio de um marco, um sinal ou mesmo uma representação simbólica. Raffestin (1993, p.153) chega a afirmar que “Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado (...) exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço”. Se a ação espacial dos grupos não produzisse a delimitação, essa ação simplesmente se dissolveria. E é importante lembrar que conforme Raffestin (1993, p.170) “os limites não são inocentes, nem naturais, muito menos arbitrários (...) Eles fazem parte do nosso jogo de reprodução social” e, uma vez que são vividos e consumidos, eles representam a expressão de nossa territorialidade.

Associado à classificação por área e à delimitação, o controle do acesso veda a entrada dos elementos externos e controla e influencia as relações entre os elementos internos. Classificar por área, comunicar os limites e controlar o acesso são efeitos territoriais que, segundo Sack (1986), em conjunto, contribuem para que as relações se tornem impessoais e ajudam a moldar atividades em uma hierarquia. Tais questões serão tratadas com maior profundidade mais a frente, quando forem apresentadas as variáveis diretamente relacionadas ao *espaço conceitualmente vazio*. De qualquer forma, é interessante já destacar que, ao tratar da impessoalidade e das relações em sistemas hierarquizados, Sack (1986) faz referência à burocracia de Weber (2004), e apresenta como características das organizações capitalistas modernas as linhas formais de comunicação, hierarquia clara, definições de autoridade, relações impessoais, especialização das atividades, padronização e formalização dos procedimentos.

Aos três efeitos primários da territorialidade, somam-se, de acordo com a teoria de Sack, mais sete efeitos ou tendências (não necessariamente apresentados nesta ordem pelo autor): reificação simbólica, deslocamento, multiplicação de territórios, relações impessoais, limpeza do espaço, o território como um container/molde (para as propriedades espaciais dos eventos) e o lugar conceitualmente vazio.

A *reificação simbólica*, segundo Sack (1986) diz respeito ao fato de que a territorialidade propicia meios para “reavivar o poder”, isto é, tornar o poder visível e suas potencialidades explícitas e reais.

O *deslocamento* se refere ao uso da territorialidade para “desviar a atenção da relação entre controlador e controlado”, assim, a partir de afirmações legais e convenções do comportamento espacial que se tornam demasiadamente arraigadas nos indivíduos socializados – a ponto de serem desprezadas – o “território parece ser o agente de controle”,

uma vez que a territorialidade inibe a avaliação crítica dessas afirmações legais (SACK, 1986).

A *multiplicação de territórios* se dá quando há uma sobreposição de eventos dentro dos limites de um território ou quando os eventos ultrapassam esses limites. Por outro lado, também há a necessidade de novos eventos que possam vir a ocupar territórios novos e vazios, assim, a territorialidade ajuda a criar mais territorialidade tende a preencher espaços (SACK, 1986).

É claro que a reificação simbólica, o deslocamento e a multiplicação de territórios são tendências da territorialidade que, facilmente, podem ensejar argumentações bem mais profundas, entretanto, os quatro efeitos territoriais ainda não explorados neste texto – *relações impessoais, limpeza do espaço, o território como container/molde e o lugar conceitualmente vazio* – são aqueles que interagem diretamente para promover a combinação que perfaz uma das categorias chave de análise desta dissertação (o espaço conceitualmente vazio) e, por isso mesmo, foram elencados por último e serão melhor apresentadas a partir de agora.

Classificar por área, e não por tipo, permite tornar as *relações impessoais*, na medida em que a categorização se dá em função de propriedades espaciais. Tais relações impessoais – e também marcadas por uma hierarquia territorial – podem ser observadas, por exemplo, em ambientes como as prisões e empresas. Nas primeiras, um guarda é responsável pelo controle e vigilância de um bloco de celas – sem que se precise discriminar os indivíduos ali encarcerados –, e nas segundas, os supervisores são responsáveis por diferentes linhas de montagem – também repletas de indivíduos que acabam não sendo reconhecidos por características particulares, mas apenas pelo fato de pertencerem àquela linha de montagem específica.

Para explicar a *limpeza do espaço*, Sack (1986, p.33) diz que “as coisas precisam de espaço para existir”, portanto, é mais adequado falar de uma “competição por coisas e relações no espaço”, do que de uma competição por espaço. E, segundo essa dinâmica, a territorialidade é o meio capaz de limpar o espaço, prepará-lo para que ele possa acondicionar coisas e relações, segundo estratégias e interesses específicos. Assim, o território torna-se um container, um *molde* para as “propriedades espaciais dos eventos”. E os atores sintagmáticos citados por Raffestin (1993) – do Estado ao indivíduo, passando pelas organizações de diferentes portes – relacionam-se com o conjunto de fatores já existentes nesse container, que podem configurar elementos limitantes ou favoráveis, e produzem, reconfiguram ou mesmo esvaziam conceitualmente os territórios, a fim de garantir a implantação de suas estratégias. E é válido observar que, se o campo político apresenta certa estabilidade, o campo econômico é

muito mais dinâmico, fluido, e permite constantes adaptações a mudanças estruturais e conjunturais.

Se o território é um container e a territorialidade permite alocar e realocar coisas e eventos nessa espécie de moldura, essa mesma territorialidade contribui para criar a ideia de um *lugar conceitualmente vazio* – e, por consequência, preenchível. Se o lugar é desprovido de coisas de valor econômico e/ou social (que o poder deseja controlar), ele é considerado vazio ou pode ser esvaziável. Separando, em nível conceitual, o lugar e as coisas, a lógica territorial pode combiná-los e recombiná-los.

Surge, assim, a partir da combinação do lugar conceitualmente vazio com outros efeitos territoriais, um elemento muito importante da modernidade e da lógica capitalista, o **espaço conceitualmente vazio**, que constitui uma das categorias chave de análise desta dissertação. Porém, antes que ele se torne o foco da argumentação e prepare o texto para a discussão que contempla territorialidade, espaço vazio e empreendedorismo sustentável – até para que não se cometa o equívoco de apresentar o corpo teórico da obra que serve de base para o presente trabalho com lacunas que podem prejudicar o seu entendimento – é necessário apresentar as quatorze combinações que derivam de diferentes níveis de interação dos efeitos ou tendências territoriais já apresentados. Obviamente, a argumentação mais detalhada caberá ao espaço conceitualmente vazio, e as demais combinações serão apresentadas de maneira mais sucinta.

As combinações territoriais derivam de diferentes níveis de interações entre os efeitos (ou tendências) da territorialidade. Assim, combinações específicas se originam de conjuntos diferentes de tendências territoriais e também de intensidades diferentes na manifestação de cada uma dessas tendências. Assim, uma mesma combinação pode apresentar tendências que se configuram como mais importantes e decisivas e outras que, embora tenham o seu grau de participação, apresentam uma menor relevância. Nesse sentido, a obra de Robert David Sack apresenta uma ilustração, reproduzida na Figura 1, que facilita muito, em termos didáticos, a compreensão das relações – e níveis de intensidade das mesmas – entre efeitos e combinações que se manifestam a partir da territorialidade humana.

Para identificar os níveis de intensidade e de participação de cada tendência para cada uma das combinações territoriais, Sack lança mão de um recurso visual que simplifica a compreensão de seu modelo e argumentações. Assim, o autor usa quadros com linhas diagonais para indicar que a tendência é importante na configuração da combinação, enquanto quadros em negrito indicam extrema relevância da tendência. É importante destacar que os

quadros em branco não indicam ausência de relação, mas sim baixa intensidade, isto é, uma baixa participação da tendência na configuração de uma combinação territorial específica.

Assim como na apresentação dos efeitos territoriais, as combinações também não serão dispostas na mesma ordem estabelecida por Sack em sua obra. Assim, é possível deixar como último elemento de análise aquele que mais contribui para o desenvolvimento do conteúdo da presente dissertação, o espaço conceitualmente vazio, categoria chave de análise que será relacionada posteriormente ao conceito de empreendedorismo sustentável para que se verifique uma via alternativa de relação entre as atividades produtivas e o território em que esse último elemento não represente apenas uma moldura funcional para os eventos.

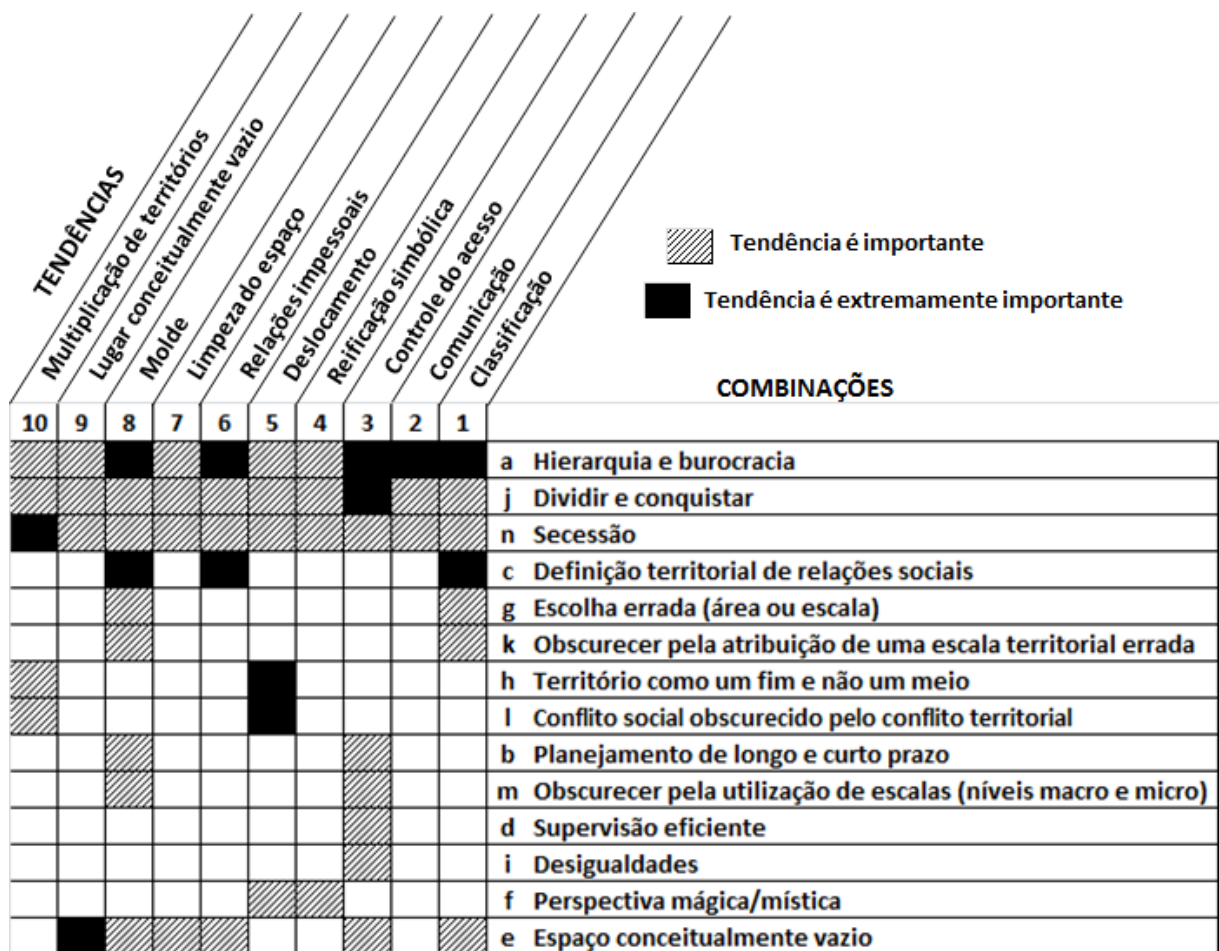


Figura 1- Links Internos entre Tendências e Combinações Territoriais

Fonte: David Sack (1986, p. 35 – traduzido e adaptado por JUNIOR, Amilton Soares Quintela, 2015)

Para que a teoria de Sack não seja apresentada com lacunas – como reforçado anteriormente –, segue uma pequena descrição de cada uma das combinações apresentadas na Figura 1. Embora a ordem de exposição das combinações não seja a mesma adotada por Sack,

as letras entre parênteses, que aparecem após o nome de cada combinação, correspondem às mesmas letras atribuídas pelo autor, possibilitando, assim, a identificação da combinação na Figura 1.

As **relações hierárquicas e a burocracia (a)**, que derivam, em elevados graus de intensidade, de todas as tendências territoriais – com destaque para a *classificação, comunicação, controle de acesso, relações impessoais e molde* – são elementos de gestão organizacional que permitem circunscrever, inclusive espacialmente, o acesso a diferentes níveis de conhecimento e de responsabilidade. Basta observar os ambientes departamentalizados das empresas e instituições de diferentes segmentos de atuação para verificar tal realidade. Hierarquia e burocracia estão intimamente relacionadas com a configuração de um ambiente em que imperam relações funcionais e impessoais, que se manifestam em linhas claras de autoridade e subordinação, controles padronizados e canais formais de comunicação.

As mesmas tendências capazes de produzir organizações burocráticas e hierarquizadas – com destaque para o *controle do acesso* – também podem ser acionadas para **dividir e conquistar (j)**, ou seja, para otimizar a coordenação de diferentes setores de uma empresa, cada um deles sujeito a um nível de controle do acesso à informação e responsabilidade. O processo de dividir para conquistar torna a organização entrincheirada e, sobretudo nas instituições marcadas pela burocracia, torna-se indispensável para a coordenação das partes (SACK, 1986). Dividir e conquistar também podem ser os passos adotados para desarticular estruturas vigentes, a fim de criar outras.

Novamente, todas as tendências territoriais – com destaque para a *multiplicação de territórios* – podem promover a redução do controle ou mesmo a **secessão (n)**. Isso quer dizer que as mesmas ações territoriais que buscam dividir para conquistar, através do estabelecimento de um controle hierárquico efetivo, podem também provocar deslocamentos, resistência e oposição, levando, então, ao arrefecimento dos instrumentos de controle e a rupturas. É o que acontece, por exemplo, quando grupos de trabalhadores reagem de maneira conflituosa ao grau de alienação imposto pelos instrumentos burocráticos. Dividir, conquistar e tornar as relações impessoais podem se constituir em excelentes instrumentos de controle e coordenação, mas, em determinados níveis, podem também criar desorganização, alienação, resistência e hostilidade (SACK, 1986).

Classificação, relações impessoais e molde podem levar a uma **definição territorial de relações sociais (c)**. Nas organizações modernas, marcadas por relações impessoais, não são mais os laços sociais que definem a territorialidade, mas sim os espaços métricos e

abstratos que definem áreas específicas, setores, departamentos ou mesmo unidades organizacionais.

A **escolha errada de área ou escala (g)** – preponderantemente afetada pela *classificação* e pelo *molde* – pode ser observada em organizações complexas, quando há uma distribuição errada (ou mal planejada) de conhecimento e responsabilidade, o que pode levar a falhas no processo de solução de problemas. Nesse caso, aqueles que controlam o poder podem se entrincheirar ainda mais na hierarquia e na burocracia, aumentando o peso dos controles formais à medida que diminuem a própria eficácia desses controles, o que intensifica a alienação e, como visto anteriormente, pode levar a rupturas e secessão.

A *classificação* e o *molde* também podem obscurecer pela **atribuição de uma escala territorial errada (k)**, que passa a ser percebida como adequada. É o que acontece, por exemplo, quando o controle da poluição é atribuído a um nível de governo local quando a questão, na verdade, é nacional.

O *deslocamento* (com maior intensidade) e a *multiplicação de territórios* podem levar aqueles que buscam exercer o controle a ver **o território como um fim e não como um meio (h)**. Foi o que aconteceu no século V D.C, com a Igreja Católica, como relatado pelo próprio Sack, quando o poder do arcebispo era proporcional ao número de dioceses e paróquias sob o seu controle. Assim, os arcebispos dividiam o território com a única finalidade de obter mais poder. Vale lembrar que o autor deixa bem claro que o território apenas aparece como fim “porque a territorialidade como estratégia é sempre um meio para um fim” (SACK, 1986).

Outra combinação que emerge do *deslocamento* e da *multiplicação de territórios* é a possibilidade de **obscurecer o conflito social com base no conflito territorial (l)**. Nesse caso, relações conflituosas que tem origem em elementos socioeconômicos são camufladas pelo discurso territorial: o rural *versus* o urbano; o centro *versus* a periferia.

O **planejamento de longo e de curto prazo (b)** é uma combinação territorial diretamente relacionada com o *controle do acesso* e com o *molde*. Mais uma vez, os itens essenciais de controle são a informação e a responsabilidade. Nas organizações, os níveis superiores, com maior acesso à informação, são responsáveis pelo planejamento de longo prazo (geral e normativo), enquanto os níveis inferiores tem como atributo o planejamento de curto prazo (marcado por detalhamentos e execução das tarefas).

Obscurecer pela utilização de escalas (m) tem como tendências preponderantes o *controle do acesso* e o *molde* e, mais uma vez, as escalas de conhecimento e responsabilidade são vitais. O conhecimento total das ações e, por consequência, de seus impactos, fica a cargo

de um nível superior, enquanto aos níveis inferiores são atribuídas execuções que não revelam o contexto maior. Um grande investimento de capital pode ser apresentado como positivo para níveis locais, de modo a obscurecer os impactos negativos, para atender uma lógica global. A definição dos locais para a criação de penitenciárias, lixões e barragens, por exemplo, é definida em nível macro e apresentada como escolha adequada, mesmo que os impactos de tal escolha se manifestem, de fato, em nível micro, isto é, local.

A territorialidade, com base no *controle do acesso*, permite aumentar o controle do espaço e torna a **supervisão eficiente (d)**. Isso significa dizer que é possível, com base em configurações territoriais, reduzir o *span of control*, termo que designa o número de supervisores por supervisionados. Reduzir o *span of control* torna possível que seja necessário um número menor de supervisores para controlar e supervisionar um número maior de supervisionados, como é o caso das prisões e das linhas de produção em grandes indústrias, por exemplo, onde o arranjo espacial permite que uma única pessoa supervise vários indivíduos.

A territorialidade, como estratégia conduzida por agentes que Raffestin (1993) chama de atores sintagmáticos, ou seja, aqueles que, intencionalmente, combinam elementos para produzir uma ou várias coisas – inclusive territórios –, está baseada no *controle do acesso* diferenciado a recursos. Assim, estabelece-se um processo de caráter segregacionista, uma vez que, em função dos seus interesses, os atores sintagmáticos produzem centralidades, cuja correspondência direta é a formação das periferias, que se inserem nas estratégias e sofrem os impactos dessas mesmas estratégias em curso – assim como sofrem tais impactos os atores paradigmáticos. Desse modo, o acesso diferenciado aos recursos promove **desigualdades (i)**, reforçadas pelas estratégias territoriais.

O *deslocamento* e a *reificação simbólica* podem imputar ao território uma **perspectiva mágica/mística (f)**, como se o próprio território constituísse fonte de autoridade e origem do poder. No catolicismo, por exemplo, a estrutura física da igreja (visível) pode ser tomada por fiéis como a fonte do poder e não a fé (invisível). Algo semelhante, em termos de dinâmica territorial acontece com o nacionalismo. Segundo Sack (1986, p.38), “... a fidelidade ao território ou à terra natal faz com que o território apareça como fonte de autoridade”.

A tendência do *lugar conceitualmente vazio* (em maior intensidade), a *classificação por área*, o *controle do acesso*, as *relações impessoais*, a *limpeza do espaço* e o *molde* contribuem para a criação das burocracias modernas, para a hierarquização das relações e para a combinação de efeitos da territorialidade que não só constitui elemento extremamente importante da modernidade, mas, sobretudo, torna-se a principal variável territorial a

acompanhar o surgimento do capitalismo: **o espaço conceitualmente vazio (e)**. Como mencionado anteriormente, quando foi discutida (em algumas de suas facetas), a ideia do progresso, “a mudança e o futuro são vistos como setas de configurações espaciais” (Sack, 1986, p.38) e, para que possa não só aumentar a eficácia de seu controle funcional dos espaços, bem como reforçar a mobilidade de pessoas, coisas e eventos, ratificando a necessidade da mudança e afrouxando os laços entre acontecimentos e território, o capitalismo precisa “preencher, esvaziar e rearranjar continuamente” (Sack, 1986, p.37) coisas em territórios métricos e abstratos. Esses territórios passam a configurar molduras úteis para o enquadramento de eventos e relações, que atendem uma lógica de expansão do consumo, associada a um padrão de utilização intensiva que desconsidera a eventual escassez de recursos, afinal, se estes desaparecem em um determinado local, basta migrar para outro – lógica que não mais se configura viável em um contexto de esgotamento dos recursos, como será discutido adiante.

Na teoria de Sack (1986), a constante manipulação de coisas em um território leva a uma separação conceitual entre os eventos e o espaço. Assim, a territorialidade, enquanto estratégia intencional, torna-se um recurso capaz de manter o espaço conceitualmente esvaziável e, por consequência, preenchível.

Cabe aqui uma pequena digressão, a fim de que se acrescentem alguns elementos teóricos ao movimento de dissociação entre eventos e espaço. Tal perspectiva só se manifesta possível diante da lógica newtoniana que define o tempo como absoluto e uniforme, uma espécie de tempo linear e universal que é o mesmo para todos e em todos os lugares. Assim, esse tempo onipotente pode simplesmente ser separado do espaço, o que diferente do conceito de espaço-tempo, de Einstein. A lógica newtoniana pode também ser encontrada na base de apropriações teóricas que vinculam ao tempo um aspecto dinâmico, que o transforma em elemento balizador de mudanças sociais, enquanto o espaço se associa ao que é estacionário, ao que é fixo. Massey (2008), ao apresentar o sentido que os antropólogos estruturalistas conferem ao espaço, destaca a maneira como essa categoria de análise é colocada como uma espécie de opositora do tempo, um tipo de ferramenta que tem a capacidade de imobilizar o movimento, que é evidenciado pelo elemento temporal. Estruturas espaciais estáticas, que não contemplam mudanças, podem até constituir um objeto de estudo perigosamente atrativo para os antropólogos, na medida em que poderiam facilitar a instrumentalização de pesquisas e promover uma simplificação das variáveis, mas são refutadas pela autora.

Massey (2008) busca retirar o espaço do quadro conceitual que o associa a tudo que é estático e aproximá-lo de uma dinâmica que privilegia interações e heterogeneidade. Para a

autora, o espaço é uma construção relacional sempre inacabada, que só pode se configurar em um cenário de multiplicidade, onde nada pode ser concebido como definitivo ou absoluto e onde convivem diferentes trajetórias plurais e simultâneas. Assim, o espaço está em constante processo, marcado por transformações que dependem das interações, que, por sua vez, necessitam do espaço. Para haver multiplicidade e temporalidade é preciso haver espaço. Desse modo, espaço e tempo não podem ser dissociados. Tal abordagem, obviamente, coloca em xeque a ideia de desenvolvimento linear do progresso, com destino traçado e fechado, ao mesmo tempo em que inviabiliza a dissociação entre eventos e lugares. E não é difícil, portanto, entender que essa abordagem prejudica os planos capitalistas de esvaziamento conceitual do espaço, a fim de garantir a redução dos entraves a mudanças estrategicamente planejadas, a manipulação de recursos e a garantia da mobilidade dos mesmos.

A dinâmica de esvaziamento do espaço torna-se ainda mais intensa em um meio dominado impregnado de ciência e tecnologia – o meio técnico-científico-informacional, como destaca Milton Santos (2006) –, onde a ideia de esvaziamento e preenchimento, de forma repetida e sempre eficiente em relação às estratégias planejadas, torna cada vez mais frenético o movimento e o potencial de mobilidade das coisas, em todas as escalas. Com base em uma análise geral da modernidade, com pitadas da teoria Marxista, Sack (1986) aponta o passado recente e o presente como os momentos em que mais se deve esperar o aumento de frequência e a intensificação do conceito de espaço esvaziável. Desse modo, o capitalismo contribui para converter o espaço em *commodity*. E, se na lógica do progresso, o crescimento deriva da mudança, mudar passa a ser imperativo e significa uma relação cada vez mais fluida entre as coisas e o espaço.

Afrouxar ou arrefecer os laços e vínculos entre eventos e locais contribui para a constante movimentação, organização e reorganização de coisas e de pessoas no espaço, assim como torna o território pano de fundo métrico e abstrato, marcado por relações impessoais, fluidas e hierarquizadas. É importante, ainda, destacar o fato de que a fluidez é sempre relativa, assim, um território pode ser comparado a outros ou a sua situação atual comparada a momentos anteriores. Estabelece-se, portanto, não só uma relação contingencial entre eventos e espaço, mas também uma hierarquia de locais mais ou menos atrativos em função de seus recursos e diferenciais competitivos (SANTOS, 2006).

Diante de tal cenário, os atores sintagmáticos organizacionais – sobretudo as grandes corporações – usam a territorialidade para moldar os espaços, que podem ser esvaziados e preenchidos, segundo estratégias específicas. As organizações adotam, portanto, uma postura que reduz o território ao status de moldura manipulável e, ao mesmo tempo em que garantem

relações capazes de impulsionar a sua dinâmica de acumulação de lucros no curto prazo e de exploração intensiva dos recursos, tornam as ligações entre eventos, pessoas e locais cada vez mais efêmeras, o que torna as relações fluidas, impessoais e submetidas a uma hierarquia de valores.

A prática de esvaziamento conceitual do espaço, perpetrada pelos atores capitalistas, constitui variável que dá início à discussão proposta nesta dissertação, na tentativa de estabelecer um diálogo interdisciplinar produtivo entre duas diferentes categorias de análise: o território (objeto de estudo apropriado por diferentes áreas do conhecimento, sobretudo nas abordagens mais integradoras, mas eminentemente ligado à Geografia) e o empreendedorismo (elemento próprio dos estudos da ciência da Administração). Assim, amalha-se mais um fator que justifica a escolha de Robert David Sack como autor de referência da presente pesquisa, uma vez que ele é o responsável pela teoria que apresenta o espaço conceitualmente vazio como uma combinação de efeitos territoriais, isto é, como o resultado articulado e estratégico da aplicação da territorialidade humana como instrumento de influência e controle a partir e através do espaço. Além disso, Sack (1986) consegue reunir em uma única categoria de análise, apresentada pelo próprio autor como a variável territorial mais conectada ao surgimento e desenvolvimento do sistema capitalista, uma série de elementos e relações que culminam com a tentativa do agente produtivo de dissociar eventos e espaço, alcançando, através dessa conduta, trunfos competitivos, como a intensificação da mobilidade de recursos e um maior controle funcional dos mesmos, sem que necessariamente se considerem os impactos de tal modelo de gestão.

Constitui-se, assim, o cenário que suscita a necessidade de uma via alternativa de apropriação e manipulação de recursos, que permita o desenvolvimento de sistemas de organização do trabalho menos predatórios e mais conscientes no que corresponde aos aspectos social e ambiental. E, nesse sentido, como apresentado na introdução do presente trabalho, a intenção dessa pesquisa passa a ser lançar as bases para uma discussão que relacione território e ação empreendedora, buscando identificar possíveis indícios de que o empreendedorismo sustentável apresenta o potencial de constituir modelo de gestão capaz de garantir ao território, nas decisões e ações corporativas, um status superior ao de um simples quadro manipulável.

3 CAPITALISMO E TERRITÓRIO: ESPAÇO ESVAZIÁVEL E EXTERNALIDADES

Segundo Santos (2006, p.14), “os lugares se criam, e se recriam e renovam, a cada movimento da sociedade” e “o motor desse movimento é a divisão do trabalho”. Assim, “A divisão do trabalho constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial”. Isso implica dizer que a divisão do trabalho e os modos de produção a ela associados modificam relações e promovem efeitos sociais, culturais e territoriais.

E dois dos efeitos territoriais que se apresentam mais marcantes e intensos em uma realidade capitalista moderna são o sentido do espaço esvaziável e a configuração crescente de hierarquias territoriais para reforçar relações impessoais. Para garantir a sua estratégia de acumulação de lucros, o capitalismo opera uma espécie de comoditização do espaço, que se converte em moldura manipulável, como apresentado anteriormente. Tal estratégia apresenta ganhos de eficiência em termos competitivos, mas, por outro lado, produz externalidades negativas, que podem promover danos ambientais e socioeconômicos.

Nas palavras de Raffestin (1993), a tessitura territorial – configuração dos elementos que compõem o território – mantém relações diretas com o modo de produção vigente e, uma vez que há uma transição entre modos de produção, haverá alterações na composição dos territórios. Assim, a transformação do espaço em uma moldura preenchível e esvaziável ganha seus contornos mais intensos quando os modos de produção e organização do trabalho se transformam, dinâmica que ganha força no contexto contemporâneo, quando os meios de produção apresentam-se impregnados de tecnologia, ciência e informação. Mas o movimento de comoditização dos territórios pode ser verificado desde a instalação do capitalismo industrial ou até mesmo antes disso. E, nesse movimento, observa-se não só a transformação do próprio território em recurso estrategicamente manipulado, mas também uma redução da importância das comunidades, que se tornam artificiais (SACK, 1986). É o arrefecimento dos laços entre as pessoas, os eventos e os territórios.

Na transição para o capitalismo mercantil, era necessário colocar o trabalho e o capital a serviço do comércio – mercado – e, para tanto, a aplicação da territorialidade como estratégia de influência das pessoas e fenômenos conduziu à “libertação” dos camponeses de suas terras e promoveu sua introdução nas relações de mercado com base na comercialização do seu trabalho e produtos. Ao mesmo tempo em que se inserem no contexto abstrato do mercado, os camponeses assistem à diminuição do seu vínculo com as suas comunidades.

Como afirma Sack (1986), o domicílio ainda se mantém como unidade de produção e os instrumentos de trabalho ainda pertencem a ele, mas fica previamente estabelecida uma dependência em relação ao mercado, com o qual o domicílio estabelece uma série de conexões de valor, tais como: a compra da matéria-prima, a venda dos produtos e a compra dos itens que vão garantir a sua própria subsistência.

Com o surgimento do capitalismo industrial, a ruptura entre o trabalhador e o contexto em que o mesmo desempenha as suas atividades é ainda maior. O domicílio deixa de ser a unidade produtiva e o trabalhador não vende mais o seu produto e sim as suas horas de trabalho, dedicadas a uma unidade fabril controlada, em cada uma de suas facetas produtivas, pelo capitalista – o proprietário da fábrica. O mercado não é mais o único agente territorial abstrato e métrico. A ele se juntam unidades territoriais funcionalmente segmentadas, entidades distintas que servem a propósitos específicos: a fábrica para produzir, a escola para educar, os hospitais para tratar os doentes (SACK, 1986).

E enquanto segmentava funcionalmente o espaço e provocava uma espécie de ruptura, em nível conceitual, entre os eventos e o território, o capitalismo se sentia cada vez mais à vontade para promover o arranjo e rearranjo de coisas no espaço, reforçando a visão do território como uma moldura para a alocação e distribuição de eventos; uma moldura espacial, na qual os eventos são alocados contingencialmente e temporariamente. A territorialidade torna-se, então, um molde para o preenchimento do espaço e para a definição e manutenção de um espaço vazio e, portanto, convenientemente preenchível (SACK, 1986).

Toda essa estratégia de comoditização do espaço acaba por produzir duas consequências fundamentais: a imposição da prerrogativa da mudança e o aumento da mobilidade das coisas no espaço. A mudança, suportada ideologicamente pelo conceito ocidental do progresso, que racionaliza a própria necessidade da mudança, é um imperativo do sistema capitalista. E é interessante notar que o imperativo da mudança se inter-relaciona com as transformações nos significados de espaço e tempo. Acreditar no progresso é acreditar na melhoria contínua ao longo do tempo, que também é medido em unidades métricas abstratas – minutos, horas, dias –, relacionadas à compra e venda do trabalho, que determinam os eventos e não são mais determinadas por eles. Assim, o tempo métrico se associa ao espaço métrico e ambos se desvincilham das experiências humanas, não mais sendo definidos por elas, mas servindo de moldura para que as mesmas possam ser alocadas. E essa moldura espaço-temporal serve para aumentar a mobilidade geográfica das pessoas e das coisas ao mesmo tempo em que facilita o controle e a coordenação dos eventos e atividades sobre a terra (SACK, 1986). Santos (2006, p.15) chega a afirmar que “a noção de racionalidade do

espaço (...) emerge das condições do mundo contemporâneo”. O autor enfatiza que “a marcha do capitalismo” não só garante a difusão da racionalidade nos contextos econômico, social, político e cultural, como também conduz à instalação da racionalidade na própria constituição dos territórios. Santos (2006, p.204) ainda afirma que é a racionalidade do meio geográfico, que passa a se constituir de espaços que “funcionam como um mecanismo regulado, onde cada peça convoca as demais a se pôr em movimento, a partir de um comando centralizado”.

É claro que todo esse movimento de metrificação do espaço e de arrefecimento das relações entre eventos e lugares não se desenvolve de maneira homogênea ou mesmo sem enfrentar contrapontos e resistências. Ao tratar da combinação de tendências territoriais que ele chamou de secessão, o próprio Sack (1986) alerta para o fato de que a intensificação das ações territoriais voltadas à otimização do controle, em um determinado ponto, pode provocar deslocamentos e oposição. É assim que, em alguns casos, uma territorialidade cristalizada, que reflete a significação da vida cotidiana se opõe à territorialidade imposta, o local e singular se opõem ao universal e padronizado. A grande questão é que os atores sintagmáticos globais, sobretudo as grandes corporações, obviamente se interessam em inibir o diálogo multidimensional em favor de um diálogo vertical, de cima para baixo, de modo que, como nos diz Raffestin (1993, p.183) “o local só tem significado pelo ‘todo’, abstrato e formalizado”. Quanto a esse aspecto, é possível recorrer, também às argumentações de Santos (2006, p.218), segundo as quais “A localidade se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela”. Trata-se de um embate dialético entre a racionalidade das escalas superiores e padronizadoras e a racionalidade das escalas locais do cotidiano e da coexistência. Razões globais e locais, portanto, em uma dinâmica de superposição mútua, associam-se e contrariam-se. Enquanto a ordem global – técnica, operacional, matemática – tenta impor sua estratégia privada, muitas vezes alheias ou indiferentes aos contextos em que se inserem, a ordem local, algumas vezes, responde, levantando suas colunas de resistência compostas pela intimidade, pela vizinhança e pela socialização contígua, próxima (SANTOS, 2006).

De qualquer forma, mesmo que seja possível apontar a emergência de resistências locais e de esforços para que os laços entre os eventos e os territórios não se tornem tão tênues a ponto de eliminar a própria significância dos lugares, que vai além do seu aspecto meramente funcional e do seu encaixe em estratégias corporativas, o fato é que, de modo geral, o capitalismo recorre à territorialidade para limpar o caminho e garantir acessibilidade geográfica aos recursos e estruturas que compõem os seus planos de expansão. Assim, os

planos capitalistas envolvem mover, moldar e controlar a organização espacial humana em diferentes escalas, a partir de um território que se exige conceitualmente esvaziável.

Ainda que a configuração do território como uma moldura espacial, propícia para arranjar e rearranjar coisas e relações, tenha reflexos em todas as escalas, é importante notar que a configuração de um espaço conceitualmente vazio aconteceu de maneira diferenciada em níveis micro e macro. Neste último, mais afeito à arena política, os novos territórios são vistos por Sack (1986, p.172) como “grades espaciais abstratas” a serem preenchidas, uma vez que se encontram conceitualmente vazias. Foi o que aconteceu com a descoberta do Novo Mundo, quando os europeus simplesmente desconsideraram a presença dos nativos, tidos como selvagens, na repartição e organização dos seus territórios métricos em uma vasta e ainda inexplorada – pelo menos pelos próprios europeus – superfície geográfica.

Sem dúvida, a descoberta do Novo Mundo contribuiu muito para a disseminação da consciência de um espaço abstrato, na medida em que garantiu aos europeus, em níveis sem precedentes, a possibilidade de “limpar” o espaço e organizá-lo e preenchê-lo segundo suas estratégias mercantis. Sack (1986) chega a comparar o Novo Mundo a um tabuleiro repleto de espaços métricos a serem ocupados. Selvagens em termos de conteúdo social – pelo menos na visão dos europeus –, os territórios norte-americanos foram apreendidos pelos “conquistadores” como um espaço vazio, o que garantiu a racionalização conveniente para a expropriação das terras dos índios, transformadas em concessões de unidades territoriais métricas aos colonos. Tais concessões eram reconhecidas oficialmente em função da conveniência da repartição de parcelas do território, em moldes contingenciais e não mais – como percebiam os índios – como entidades orgânicas.

Já no nível micro, os espaços só se tornaram esvaziáveis à medida que foram reduzidos e após cada coisa e atividade terem sido colocadas em um lugar próprio e específico. Atualmente, cada faceta da vida ocorre em um local separado e funcional adaptado a uma atividade específica. As fábricas tem suas estações de trabalho, as escolas suas salas e divisões em séries, os hospitais suas alas em função dos tipos de doença e de sua gravidade e os presídios, seus blocos. Mas nem sempre foi assim.

Com a ascensão do capitalismo mercantil, houve um êxodo de camponeses em direção às cidades em seus períodos iniciais de formação e os mecanismos de restrição e controle do acesso aos espaços públicos se intensificaram. As ruas e praças não eram mais o depósito confuso de uma série de atividades e contatos, as vias públicas precisavam ser liberadas para o transporte de pessoas e mercadorias e os diferentes lugares urbanos se tornavam cada vez mais economicamente diferenciados. A mesma dinâmica de redução

segmentada de parcelas espaciais começou a ser observada na arquitetura das casas e dos locais de trabalho (SACK, 1986). Assim, o que ocorreu foi a substituição de um tumultuado *mix* de eventos (característica própria de um período pré-moderno) que se dava em um mesmo espaço – a casa e o local de trabalho, por exemplo –, onde várias atividades e relações funcionais se desenrolavam em um mesmo ambiente, por uma espécie de diminuição, marcada por subdivisões funcionais que criaram ambientes específicos (containers) para apenas um tipo de coisa ou de atividade. É claro que tal movimento, facilmente observado pela divisão de cômodos em uma casa ou pela departamentalização de um local de trabalho, leva à delimitação de novos territórios, que guardam como características comuns o fato de que são esvaziáveis, preenchíveis, parceláveis.

Como visto anteriormente, uma das diferenças básicas entre o capitalismo mercantil e o industrial é a transferência da posse dos instrumentos de trabalho, que acompanhou a redução da autonomia e do controle do trabalhador sobre as suas próprias atividades. Nas fábricas, assim como as máquinas não pertencem ao operário, a própria rotina de trabalho é um item de controle do capitalista, que define e supervisiona todos os detalhes da produção, que ocorre em um ambiente reduzido e funcionalmente segmentado, que pode ser esvaziado e preenchido em cada uma de suas parcelas em função dos desígnios da produtividade. O uso da territorialidade aumentou a especialização do trabalho, tornando-o cada vez mais impessoal e delineando hierarquias organizacionais baseadas nos níveis de acesso ao conhecimento e nos níveis de responsabilidade sobre resultados.

Assim também ocorre com casas e apartamentos reduzidos a cômodos funcionais e participações flexíveis, que podem ser ocupadas conforme o desejo do morador. A consciência arquitetônica dos espaços como molduras que condicionam eventos é compatível com a percepção social moderna de que os eventos e os lugares podem ser conceitualmente separados, a fim de que seja possível, repetidamente, esvaziar, preencher, organizar e reorganizar elementos em um espaço métrico e abstrato, marcado pela redução do caráter significativo da experiência e pela intensificação de relações impessoais e hierarquizadas. Como afirma Sack (1986), com base na ideia de que as pessoas e os eventos não estão “ancorados” no local, o espaço da política começou como vazio e foi preenchido e o espaço do trabalho foi reduzido e então esvaziado.

Se a concepção dos espaços conceitualmente vazios já se configurava como estratégia conveniente no contexto mercantil e na fase inicial da industrialização, o que dizer de uma sociedade em que imperam a ciência, a tecnologia e a informação em uma rede global de iniciativas e interesses econômicos? Sem dúvida, considerar os espaços como molduras

funcionais torna-se ainda mais interessante para os atores empresariais, sobretudo para aqueles que atuam em nível global. A sociedade contemporânea exige a coordenação de um enorme contingente de pessoas e recursos, em um contexto em que imperam a ciência, a tecnologia e a visão quase geométrica de espaços abstratos (SACK, 1986). A aproximação fria, técnica e prática em relação aos elementos territoriais atende os desígnios de urgência dos tempos atuais. Ver os lugares como quadros que contem os eventos demanda muito menos tempo para que se processe uma eventual mudança do que enxergar estes mesmos lugares como reuniões de experiências e fenômenos significativos e complexos. O espaço esvaziável reduz entraves a adaptações e é propício para acelerar mudanças ao mesmo tempo em que promove relações hierárquicas e impessoais e aumenta a mobilidade de todos os recursos.

Nas palavras de Santos (2006), o espaço contemporâneo é um conjunto de objetos e ações, que constituem sistemas técnicos artificiais e que guardam uma característica interessante em relação aos lugares: o fato de que atendem a fins estranhos àqueles dos habitantes dos próprios lugares. Grande parte das ações que se exercem em um local específico atende a necessidades alheias àquele local. E, se retomarmos os conceitos de delimitação de escalas de conhecimento e responsabilidade nas combinações territoriais de Sack, não é absurdo falar em uma espécie de “alienação local” quanto ao processo de transformação constante do espaço. Se a ação é cada vez mais racional, mas a racionalidade é técnica, esta pode ser indiferente ao meio em que se instala. A tecnologia, como elemento exógeno, não precisa se vincular a uma herança cultural ou às peculiaridades da experiência coletiva dos lugares, ela só precisa levar em conta a otimização dos recursos e dos elementos capazes de permitir o alcance dos lucros. Na visão de Santos (2006), o território passa a constituir um dado no sistema de harmonia forçada, técnica e artificialmente imposta entre lugares e agentes neles instalados. Tudo isso a serviço de um centro de inteligência que detém os maiores níveis de informação e apresentam a capacidade de tratar, classificar, valorizar hierarquicamente os dados e redistribuí-los de forma planejada. Assim, Santos (2006, p.165) afirma que as “regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam”, e, ainda que não seja possível desconsiderá-las, elas são transformadas em um “espaço de conveniência”.

É interessante notar como nos países ditos atrasados, que apresentam um processo de modernização tardio, as relações de trabalho e de consumo, durante um período mais longo do que nos centros econômicos mundiais, reproduziram-se com base na experiência histórica, transmitida entre gerações. Mas, com a inserção da revolução técnica e científica nesses

contextos particulares, surgem as consequências que desabam sobre os processos de significação do território, com impactos que parecem ainda mais intensos do que os experimentados em regiões que já apresentam um arcabouço precedente de sistemas técnicos, de modo que os efeitos de ordem social, econômica, ambiental e cultural, levam a uma reorganização do território, com o surgimento de novos papéis e uma redistribuição de funções estranha ao contexto territorial preexistente (SANTOS, 2006).

Portanto, em ambos os níveis de análise (micro e macro), com mais intensidade a partir do período moderno e independente das diferenças do processo de configuração do espaço conceitualmente vazio, é possível notar, no atual contexto socioeconômico, a presença da multiplicação de territórios, a intensificação das hierarquias e das relações impessoais e burocráticas. E, à medida que tais características se manifestam e a relação entre eventos e território se torna cada vez mais contingencial, diferentes porções de espaço podem ser caracterizadas em função do seu valor para o sistema econômico vigente. Um lugar tem valor quando reúne recursos ou mercadorias importantes para diferentes cadeias produtivas e comerciais. Entretanto, como a mudança é uma prerrogativa, o valor dos recursos e das mercadorias também muda, uma vez que as relações de mercado se transformam. A relação com o espaço, enquanto meio físico e geográfico, é meramente especulativa. Um local pode ser preenchido e também desprovido de coisas de valor, afinal, como nos lembra Sack (1986), aquele local é apenas uma moldura na qual os elementos – recursos e mercadorias – são contingencialmente alocados.

Assim, espaços produtivos ou que reúnem recursos cuja exploração interessa aos agentes capitalistas são tidos como “áreas de esforço”, “teatro das operações”, enquanto espaços que não reúnem recursos ou características interessantes são “lugares desperdiçados”, “territórios improdutivos” ou simplesmente “lugares vazios” (SACK, 1986). Como aponta Santos (2006, p.88): “Essa divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e, segundo a sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir de pessoas, firmas e instituições”. A diferenciação dos lugares, portanto, não é apenas funcional, mas, está baseada em um princípio de hierarquia, segundo o qual indivíduos e grupos estabelecem níveis de relevância para diferentes territórios em razão das ações que nele se desenrolam ou podem se desenrolar (RAFFESTIN, 1993). Raffestin (1993, p.151) afirma que tal dinâmica hierárquica garante, ainda, um maior “controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído.

Se as ações dos agentes hegemônicos, em um sistema de valorização hierárquica, privilegiam certas regiões em detrimento de outras, o que resta do espaço se constitui de

localidades chamadas a cooperar na consecução do plano maior. E, também nessa cooperação, os lugares são classificados segundo suas capacidades e competências particulares para garantir rentabilidade aos investimentos. Tais capacidades estão vinculadas a características de ordem técnica e funcional – equipamentos, infraestrutura, acesso a insumos produtivos, relações trabalhistas mais ou menos flexíveis – e não refletem um dado absoluto do lugar, uma vez que sempre pode haver mudanças contingenciais nos planos previamente traçados. E, em função do sistema de informações em escala global, fica cada vez mais precisa a escolha, ainda que não perene, de cada lugar para o exercício de atividades específicas e diferenciadas. Como afirma Santos (2006, p.167): “É desse modo que os lugares se tornam competitivos. O dogma da competitividade não se impõe apenas à economia, mas, também, à geografia”.

Com base em todos os argumentos até aqui apresentados, é possível notar que, a partir do advento das civilizações modernas, da expansão do capitalismo e da supremacia de uma abordagem científica e tecnológica das atividades humanas, configura-se na prática a ideia do constante esvaziamento e preenchimento dos territórios, em função do constante e cada vez mais intenso movimento de coisas em todas as escalas. Assim, forma-se uma parceria, em uma espécie de dinâmica de suporte recíproco, entre o espaço métrico abstrato e as necessidades de uma economia de consumo baseada na produção em massa. O espaço abstrato torna-se uma moldura prática e de fácil manipulação para um sistema que atende a lógica capitalista de expansão e acumulação, ao mesmo tempo em que afrouxa as ligações entre pessoas, eventos e lugares. E o mais irônico, como aponta Sack (1986), é que nós, muitas vezes, tentamos restabelecer as raízes que nos ligam aos lugares através do próprio consumo, que a propaganda nos apresenta como o gatilho para criar um contexto significativo para as nossas vidas imersas em espaços métricos e sem significância, criados, fragmentados e tornados abstratos pelo próprio ato de consumir.

Como é de se esperar, toda essa dinâmica de consumo, mobilidade e esvaziamento dos espaços se intensifica em sociedades inseridas em contextos dominados pela técnica, ciência e informação; e se a compreensão do território se dá a partir dos seus usos, como sugerem Santos e Silveira (2006, p.28), com base nos sistemas técnicos – formas híbridas compostas por “sistemas de objetos” e “sistemas de ações” – que mediam as relações das pessoas com o espaço geográfico, é possível dizer, de acordo com os mesmos autores, que vivemos em um “meio técnico-científico-informacional” que reforça a fluidez dos elementos. E, segundo Santos (2006, p.222), quando a mobilidade é a regra e o “movimento se sobrepõe ao repouso”, homens, recursos, produtos, mercadorias, imagens e ideias mudam frequentemente de lugar.

O que dizer, então, dos dois recursos mais fluidos das atuais relações econômicas: a informação e as finanças? Eles passam a delinear a nova geografia e classificam os lugares segundo a presença ou escassez dos novos elementos-chave. O capital deve ter liberdade para ser alocado em diferentes lugares, a partir de diferentes configurações de materiais, tecnologia e estruturas de suporte; e deve ser seguido pelo trabalho, que deve ter mobilidade suficiente para acompanhar os fluxos de investimentos (SACK, 1986). Alimentando uma rede econômica internacional, o capital deve seguir em busca de combinações vantajosas e, juntamente com outros recursos, deve se deslocar entre diferentes territórios e, mesmo que alguns lugares não mais atrativos sejam abandonados e venham a enfrentar problemas, o desembaraço oferecido pelo vínculo efêmero entre coisas e espaço inibe os possíveis traumas e questionamentos. Assim como deve ter preservada sua capacidade de se deslocar, o capital deve ter resguardada sua competência para inventar novos produtos e, com eles, novos fluxos comerciais e de investimentos, tornando algumas relações e lugares obsoletos, enquanto outros surgem como os pontos mais altos de uma nova hierarquia de valor dos lugares – até a próxima mudança.

Fica claro, então, que mesmo a hierarquia dos lugares não se apresenta de forma estanque. Afinal, a fluidez dos elementos e a tênue ligação entre eventos, pessoas e territórios permitem esvaziar e preencher diferentes espaços, a partir de situações contingenciais ou da necessidade de consecução das estratégias de acumulação e expansão do capital.

Na sua busca fundamental pelo aumento dos lucros no curto prazo – Santos e Silveira (2006, p.296) chegam a mencionar a “desesperada (e cega para tudo o mais) (...) procura de um lucro, uma mais-valia, que deve ser sempre maior do que no minuto anterior (...)” –, as estratégias capitalistas tomam o território não só como a moldura repleta de elementos manipuláveis, mas, a partir de uma cada vez mais frenética circulação de produtos, capital, informações e pessoas, transformam esse território em suporte da produção, equiparando-o ao mercado. De acordo com Raffestin (1993, p.181), ao mesmo tempo em que se configura generalizada, a mobilidade dos elementos no território é controlada, medida e mesmo prevista pelos atores sintagmáticos que controlam as decisões e, desse modo, o “modo de produção capitalista procura assegurar a fluidez dos elementos que utiliza, manipula e combina”.

Especificamente em relação à mobilidade dos elementos inseridos nos territórios, a que se destacar a argumentação de Santos (2006), segundo a qual a fluidez só pode ser alcançada a partir da produção de mais capital fixo – de mais rigidez. Aparentemente, estamos diante de um paradoxo, mas o que o autor realmente pretende dizer é que a mobilidade e a

circulação intensa de informações, dinheiro, mercadorias e outros recursos depende de uma infraestrutura de capital imobilizado para lhe dar suporte. As informações precisam dos equipamentos que garantem sua movimentação em redes, assim como as mercadorias precisam das estruturas de transporte. De qualquer forma, o próprio Santos (2006, p.185) reforça que a “busca voraz” pela fluidez, que é, “ao mesmo tempo, uma causa, uma condição e um resultado”, torna-se fundamental para o aumento da eficácia e da competitividade. Ainda segundo Santos (2006, p.181) o autor: “O próprio padrão geográfico é definido pela circulação, já que esta, mais numerosa, mais densa, mais extensa, detém o comando das mudanças de valor no espaço”.

Assim, é possível garantir o desenrolar do plano inexorável traçado pelo progresso, à medida que o território é tido como o “teatro de divisões de trabalho superpostas” e como trunfo de uma “guerra global entre empresas e lugares”, com consequentes valorizações e desvalorizações contingenciais de diferentes parcelas do espaço. Mas, se por um lado, tal dinâmica viabiliza os planos de acumulação capitalistas, por outro lado, como nos lembram Santos e Silveria (2006), cria desarticulações.

E aqui não é o caso de tratar apenas da desigual hierarquia de lugares, ou da desigual distribuição de recursos entre territórios mais ou menos atrativos (e vale lembrar que tais classificações, como visto anteriormente, são contingenciais), mas também das externalidades das práticas capitalistas que podem ameaçar a própria capacidade de retroalimentação das relações de mercado, promover a completa extinção de recursos não-renováveis e até mesmo colocar em risco a sobrevivência de populações.

Ao tratar dos recursos (renováveis e não renováveis) utilizados como trunfos pelos atores sintagmáticos – aqueles que realizam planos e conduzem estratégias –, Raffestin (1993) também aborda a tecnicidade. Segundo ele, tais recursos são constituídos pelas matérias disponíveis no meio físico (água, solo, petróleo, entre outros) a partir de uma relação de “apropriação técnica”. Assim, a “tecnicidade, em relação à matéria, é o apêndice da territorialidade”. A questão é que, assim como a territorialidade, enquanto estratégia para influenciar objetos e relações (para Raffestin, notadamente relações de poder), pode produzir desigualdades, a tecnicidade também pode ser simétrica ou dissimétrica. No primeiro caso, a tecnicidade se caracteriza por “relações não destrutivas do meio material”, enquanto no segundo caso, caracteriza-se por “relações destrutivas do meio material” e pela exploração intensiva de recursos que desconsidera os impactos territoriais ou que coloca o espaço em plano inferior em relação a outros ganhos potenciais (RAFFESTIN, 1993).

No contexto técnico-científico-informacional citado por Santos (2006), as relações são dissimétricas. Assim, como afirma Raffestin (1993, p. 227), “ou modificamos nossas práticas, ou nos faltarão certas matérias num futuro mais ou menos próximo.” Segundo o mesmo autor: “Há uma grande diferença entre a substituição desejada e a substituição imposta. A tecnicidade dissimétrica nos aproxima da segunda”. Tal perspectiva se evidencia quando vem à tona questões como o aumento dos processos de urbanização e industrialização, o consumo intensivo de matérias-primas, as mudanças climáticas, o aumento dos índices de poluição, as crises hídrica e energética.

Santos (2006, p.170) nos lembra que “a sede primeira do impulso produtivo” – que também é destrutivo – é “apátrida, extraterritorial, indiferente às realidades locais e também às realidades ambientais”. Não é de se estranhar, portanto, que a eclosão da crise ambiental se dê no nosso contexto técnico-científico-informacional, quando “o poder das forças desencadeadas num lugar ultrapassa a capacidade local de controlá-las”. E não se trata apenas de questões de impacto ambiental, mas também de desdobramentos socioeconômicos. Em *Creating sustainable value*⁴, Hart e Milstein (2003) apontam efeitos do modelo de exploração intensiva de recursos que não só comprometem o meio ambiente, mas criam pontos de ruptura que ameaçam a própria manutenção do modelo capitalista global. Entre os efeitos estão a saturação de mercados desenvolvidos e a intensificação das desigualdades entre países pobres e ricos. Segundo os autores, existe uma percepção de que o mundo desenvolvido perdeu o controle sobre o seu próprio destino, e isso pode se tornar um grande entrave para a economia global.

Zylbersztajn e Lins (2010) apontam externalidades positivas inerentes ao atual modelo capitalista de organização do trabalho, tais como o desenvolvimento socioeconômico de uma determinada região a partir da instalação de uma indústria no local, oportunidades de emprego e a melhoria da qualidade de vida das comunidades. É claro que se pode discutir a conotação da palavra desenvolvimento. Afinal, alguém perguntou aos membros de comunidades supostamente beneficiadas se eles realmente queriam ou demandavam tais benefícios? Os critérios de desenvolvimento atendem as necessidades das comunidades ou os planos de expansão dos responsáveis pela instalação de uma indústria, por exemplo? São questões interessantes e pertinentes, sem dúvida, mas que não pertencem à linha de abordagem desta dissertação. A questão que se discute aqui é que as externalidades tidas como positivas quando uma indústria se instala em uma determinada região acabam sendo

⁴ Criando valor sustentável.

acompanhadas pela poluição do ar, emissões de gases, aumento de ruídos, crescimento desordenado... enfim, uma série de externalidades negativas.

Até a metade do século XX (e ainda hoje em muitos casos), impactos ambientais e sociais advindos das suas operações não faziam parte da lista de variáveis seriamente consideradas pelas empresas em seus processos de expansão. Crescimento, desenvolvimento e progresso caminhavam de mãos dadas e o que realmente interessava era a ampliação dos mercados consumidores, do próprio consumo e dos lucros. Até a década de 1960, parecia reinar absoluta entre capitalistas e gestores a percepção de que o consumo intensivo de matéria-prima e a geração de resíduos das operações industriais não criavam problemas que merecessem a devida atenção ou que pudessem prejudicar a própria dinâmica funcional das unidades produtivas. Raffestin (1993, p.233) destaca que a espécie humana possui uma capacidade ímpar de se dotar de instrumentos que consomem enormes quantidades de energia e recursos, e, ao longo de séculos, vem tentando sempre aumentar o seu nível de intervenção no meio ambiente. O autor ainda nos lembra que, durante anos, na busca do aumento dos Produtos Nacionais Brutos (PNB) “media-se o crescimento pelo consumo de energia, de ferro, de aço etc. por habitante” dos países. Acontece que os recursos naturais não são infinitos, assim como não é infinita a capacidade do planeta de absorver toda a poluição gerada pelas atividades humanas que consomem energia e recursos não renováveis. E é sempre importante lembrar que, quando se fala em exploração de recursos – ou matérias, como classifica Raffestin (1993, p.239) –, não se pode descartar o elemento territorial, uma vez que a “matéria, renovável ou não, está ligada a um território no qual foi assinalada, tornada acessível ou simplesmente encontrada”, e assim como os atores – pessoas, empresa e/ou Estado – a “matéria é, portanto, submetida a uma coerção espacial”.

A partir da década de 1960, de maneira pontual e incipiente, surgem questionamentos sobre a viabilidade de um modelo de organização do trabalho pautado na exploração intensiva de recursos e, a partir da década de 1970, as publicações científicas direcionam seus olhares para os impactos do avanço da industrialização. Em 1972, a Conferência de Estocolmo⁵ marcou o início dos debates sobre uma mudança de postura quanto ao desenvolvimento de estratégias e esforços de preservação ambiental em escala planetária. Em 1987, o relatório *Bruntland*⁶ da *World Commission for Economic Development*⁷

⁵ Conferência realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Estocolmo, na Suécia, tida como marco das discussões internacionais sobre a necessidade de um maior equilíbrio nas relações entre os homens e o meio ambiente.

⁶ Menção à Gro Bruntland, política, diplomata, médica norueguesa e líder internacional em desenvolvimento sustentável e saúde pública.

(WCED, 1987) e o documento intitulado “*Our common future*”⁸, resultado dos trabalhos da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) trouxeram à tona o conceito de desenvolvimento sustentável, que se relaciona diretamente com a postura de utilização dos recursos que Raffestin (1993) chama de conservadorismo. Segundo o autor, no que diz respeito à mobilização dos recursos – matérias apropriadas pelo homem por meio de uma técnica a partir do meio natural –, existem três comportamentos possíveis, sendo o último deles aquele que mais se aproxima da ideia de desenvolvimento sustentável ou de sustentabilidade: o exploracionismo, o preservacionismo e o conservadorismo.

O exploracionismo é o comportamento tipicamente funcional – que imperou nas empresas, sem pudores ou questionamentos, até a década de 1960, como visto anteriormente, e que ainda se manifesta na maior parte das ocasiões –, “autocentrado”, ou, como afirma Raffestin (1993, p. 234 e 235), “autista”, segundo o qual mantém-se a exploração intensiva pelo tempo em que “os sinais do mercado forem favoráveis à exploração num lugar e num momento dados”. Vale destacar que tal perspectiva forma um par muito conveniente com a concepção de um espaço conceitualmente vazio – moldura manipulável –, cujos elementos podem ser explorados até à exaustão, segundo estratégias territoriais determinadas. Posteriormente, quando os sinais do mercado eventualmente se modificam ou quando não há mais matérias atrativas a explorar, o território pode ser simplesmente abandonado ou substituído. O exploracionismo está em sintonia com “a lógica econômica clássica que consiste em privilegiar um bem presente em detrimento de um bem futuro”, assim, “o que conta é o presente imediato, o futuro não sendo muito levado em conta” e “o meio físico e humano não é levado em consideração, na medida em que os ganhos imediatos têm por corolário (...) os custos a longo ou até mesmo a médio prazos”.

Opostos aos exploracionistas estão os preservacionistas, que não seguem a cartilha do crescimento mas sim a da estagnação. Assim, a “informação reguladora” (de controle) se sobrepõe à “informação funcional” (utilitarista) e “os atores renunciam a um ganho elevado imediato”, para optar pela preservação dos recursos no médio e longo prazos. Raffestin (1993, p.236) afirma que tal estratégia não é necessariamente ecológica, pois pode objetivar, por exemplo, manter um equilíbrio (ou evitar um desequilíbrio) de estruturas e relações econômicas, e o “mínimo que se pode dizer é que não se trata de uma atitude muito difundida, pela simples razão de que está em contradição com a vontade de crescimento”.

⁷ Comissão Mundial para o Desenvolvimento Econômico.

⁸ Nosso futuro comum.

Os conservacionistas estão em posição intermediária quando avaliamos o comportamento dos dois opostos (exploracionistas e preservacionistas) e buscam “otimizar presente e futuro” no que diz respeito ao atendimento das necessidades de uma coletividade. Diferentemente das duas posturas anteriores, o conservacionismo “tende para relações simétricas” e caracteriza-se por “um forte espírito de gestão a longo prazo”. A partir dos argumentos apresentados por Raffestin (1993), nota-se que o conservacionismo busca racionalizar a exploração dos recursos e o ritmo do crescimento no presente, a fim de garantir não só retornos imediatos, mas a viabilidade da manutenção das relações produtivas e da geração de valor também no futuro. Ao citar a política de controle de preços e de produção da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), Raffestin (1993, p.236) expõe um quadro de comportamento otimizado da exploração de recursos que, obviamente, produz impactos ambientais e sociais, mas que se baseia em premissas econômicas de gestão equilibrada: “... a estratégia implícita seguida pela OPEP, que tenta atualizar os seus recursos no ritmo de seu desenvolvimento econômico (...) coloca em dificuldades os países industrializados, habituados ao desperdício...”.

É fácil notar que o comportamento conservacionista, como afirmado anteriormente, é aquele que mais se aproxima de uma perspectiva de sustentabilidade, e esta, embora ainda seja um conceito em construção, está diretamente ligada ao processo de desenvolvimento sustentável, que, segundo o já citado relatório *Bruntland*, da *World Commission for Economic Development* (WCED, 1987), implica em mudanças na exploração dos recursos, na orientação de investimentos e desenvolvimento tecnológico, no sentido de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de gerações futuras de satisfazer as próprias necessidades. Ainda que se discutam muitas nuances em torno da sustentabilidade, todos os seus conceitos tem como ponto central a capacidade de atender demandas presentes sem comprometer a capacidade de atender demandas futuras. Tomando por base essa postura voltada para o equilíbrio na mobilização de recursos, qualquer semelhança com o comportamento conservacionista não é mera coincidência.

De acordo com Gladwin, Kennelly e Krause (1995), promover um desenvolvimento sustentável significa atingir o desenvolvimento humano por meios que garantam inclusão, prudência e equidade e, para que tal objetivo seja alcançado, é preciso integrar as dimensões econômica, social e ambiental, o *triple bottom line* – tripé da sustentabilidade – de Elkington (1997), na árdua, mas, segundo Sachs (1994), necessária tentativa de harmonizar crescimento econômico, justiça e bem-estar social e conservação do meio ambiente, com base no uso racional dos recursos naturais.

Ainda que o conceito de sustentabilidade tenha vindo à tona e alcançado suas primeiras parcelas de notoriedade em eventos internacionais que reuniram chefes de Estado de importantes nações da arena política global, as discussões sobre o tema rapidamente migraram para o contexto das organizações. Tal movimento pode ser considerado um tanto óbvio, uma vez que a exploração dos recursos naturais e as externalidades produzidas pelo atual modelo de organização do trabalho estão diretamente ligadas ao cenário de competição global que se configura a partir das estratégias e da atuação das grandes corporações internacionais. Como afirma Raffestin (1993), é de um “idealismo limitado” considerar que o ator político gerencia o patrimônio nacional, uma vez que, em um contexto capitalista, os recursos são “objeto de uma apropriação privada”.

E é justamente no ponto de aproximação entre empresas e sustentabilidade que uma questão muito pertinente se apresenta: o dilema entre a necessidade de geração de resultados no curto prazo e as expectativas de crescimento futuro (HART E MILSTEIN, 2003). Uma perspectiva de integração de resultados no curto prazo e crescimento sustentável no longo prazo sem dúvida vai demandar mudanças na postura dos responsáveis pela gestão das empresas. E, nesse sentido, o que se nota na prática são níveis de envolvimento diferenciados das organizações com as questões de sustentabilidade.

Algumas empresas encaram a sustentabilidade e as medidas de regulação que visam a garantir uma conduta corporativa social e ambientalmente responsável como uma exigência legal; outras encaram a sustentabilidade como uma espécie de custo, um ônus necessário para manter sua legitimidade; e a minoria começa a perceber o clamor por um desenvolvimento sustentável como uma oportunidade de negócio (HART E MILSTEIN, 2003). Também discutindo as relações das empresas e gestores com as exigências de sustentabilidade do atual cenário socioeconômico, Larson (2000) destaca três perspectivas: a das empresas que vislumbram nas medidas de regulação um gatilho para implantar mudanças; a das corporações que voluntariamente buscam alterar os padrões da sua atuação ambiental; e a das organizações que incorporam questões sociais e ambientais à sua gestão estratégica.

E são exatamente as empresas que percebem os desdobramentos estratégicos de uma gestão sustentável, que apontam o caminho para a solução do dilema entre resultados de curto prazo e geração de valor no longo prazo. Tais empresas acrescentam ao jogo competitivo uma variável que estabelece um *link* entre a sustentabilidade e a ação empreendedora: a inovação. Essência das principais teorias sobre empreendedorismo, é também a inovação o alicerce do surgimento do chamado empreendedorismo sustentável, que pode vir a se constituir em uma alternativa conceitual e prática ao atual modelo de exploração intensiva de recursos e, na

medida em que reforça os laços entre os eventos e os territórios, também pode representar caminho alternativo à concepção do espaço como uma moldura esvaziável e preenchível.

Ainda no que diz respeito à inovação, vale destacar os argumentos de Raffestin (1993, p.258), segundo os quais as relações dissimétricas próprias dos atuais modelos econômicos de exploração dos recursos tornam-se cada vez mais insuportáveis, uma vez que afetam populações inteiras, em “quadros espaço-temporais consideráveis”, e, enquanto as tecnologias de produção avançadas devoram cada vez mais energia – recurso que diminui cada vez mais rapidamente –, não existem alternativas de mudança que não passem pela economia dos recursos ou – e aqui está o viés da inovação – pela modificação dos processos tecnológicos.

À medida que alguns recursos entram em um espiral de rarefação quase absoluta, e um vocabulário tipicamente militar para se referir a esses recursos parece cada vez mais apropriado, a ponto do secretário da agricultura dos Estados Unidos, nos idos de 1974, ter afirmado que “o alimento é uma arma”, torna-se imperativo resgatar um questionamento já apresentado por Raffestin (1993, p.250): “A cooperação pode substituir a competição, as relações simétricas podem substituir as relações dissimétricas nas estratégias?”

Responder tal questionamento de maneira completa e definitiva é, sem dúvida, um grande desafio, que demanda um esforço de pesquisa interdisciplinar e contínuo. O presente trabalho, obviamente, não tem a pretensão de produzir tal resposta ou mesmo de abarcar todas as variáveis envolvidas em assunto tão complexo. O objetivo aqui é demonstrar que o conceito de sustentabilidade, associado às iniciativas empreendedoras e sistemas de cooperação entre empresas, podem vir a se configurar em caminho promissor e alternativa viável para uma mudança nos sistemas tecnológicos vigentes. Assim, torna-se possível promover uma relação menos predatória entre o homem e o meio natural, bem como menos desequilibrada em termos de externalidades socioeconômicas. Para tanto, o elemento territorial deve ser tomado como aspecto relevante, ou seja, não mais como um espaço vazio ou moldura manipulável, mas como um item a ser considerado na pauta das decisões e ações estratégicas, podendo, algumas vezes, constituir, inclusive, o elemento fundamental dos processos decisórios e a base de modelos específicos de organização corporativa.

Não cabe, no presente estudo, avaliar todos os aspectos associados ao potencial de transformação do empreendedorismo sustentável (item que será apresentado em detalhes no capítulo 4). A intenção aqui é identificar pistas de que o empreendedorismo sustentável pode apontar para um caminho de nova conduta corporativa. Discutir até onde vai o potencial transformador do empreendedorismo sustentável, seus impactos nas relações entre empresas e

territórios e como ele pode ser apropriado pelos diferentes agentes competitivos que interagem em um mercado de consumo constituem os próximos passos de um debate que se espera iniciar agora.

A questão, como colocada na introdução deste trabalho, é buscar estabelecer um diálogo interdisciplinar entre dois elementos que costumam ser apropriados por áreas do conhecimento distintas: o território e o empreendedorismo. Todo diálogo interdisciplinar apresenta suas dificuldades, e é preciso buscar elos, pontos de conexão (muitas vezes nada explícitos) entre as categorias de análise que se busca relacionar. Nesse sentido, é possível encontrar nas obras da geógrafa Bertha Becker um ponto de contato que pode subsidiar as análises desta pesquisa, a partir de uma concepção de desenvolvimento empreendedor sustentável associado à exploração dos territórios.

Interessada em promover “o rompimento da barreira entre Geografia e Geopolítica numa perspectiva crítica, integrando a natureza holística e estratégica do espaço”, Becker (1988, p.99) apresenta o conceito de território como um espaço de manifestação multidimensional do poder, em diversos níveis, conceito muito semelhante à abordagem de Raffestin (como visto anteriormente nesta dissertação). A autora centra suas análises, portanto, no uso político do território, mas não uma política unicamente do Estado (como defenderia Ratzel), e sim aquela que se apresenta quando diferentes relações de poder interagem, em diferentes escalas. Assim, segundo Becker (1983), a territorialidade passa a ser o produto de relações políticas (de poder) em diversas escalas – englobando o Estado, as grandes corporações e até mesmo os movimentos de resistência social.

Com base em seus conceitos de território e territorialidade, Becker (1983) defende uma gestão territorial pautada em um novo padrão de desenvolvimento, que se afasta de uma proposta meramente conservacionista e que encontra na própria economia a solução essencial para os problemas de preservação do meio ambiente. Segundo a autora, as inovações (conceito muito ligado ao empreendedorismo, em suas diversas abordagens teóricas, como será visto no próximo capítulo) científicas devem constituir a base de um novo padrão de desenvolvimento em que o aproveitamento dos recursos naturais caminhe lado a lado com a justiça social. Só proteger (recursos e o meio ambiente) não é o melhor caminho, pois não gera renda e trabalho. Assim, a produção é prerrogativa para a preservação⁹.

Tomando como objeto de estudo a Amazônia, Becker (2005) critica o movimento de preservação da biodiversidade que não leva em consideração a população amazônica e propõe

⁹ http://proficiencia.org.br/article.php3?id_article=83

um modelo de conservação baseado no que ela denomina de território sustentável, em contraponto à paisagem sustentável. Tal modelo está orientado para a valorização da floresta me pé, ou seja, para a exploração técnica e científica de alternativas econômicas de geração de renda, extração e desenvolvimento de produtos e fomento a cadeias produtivas capazes de combinar o combate à pobreza e a conservação ambiental.

O conceito de um território sustentável, em um modelo de desenvolvimento em que os aspectos econômico, social e ambiental devem se relacionar em equilíbrio, considerando-se as necessidades de inovações ao lado do aproveitamento de dinâmicas locais, sem dúvida contribui diretamente para a tentativa de estabelecer uma conexão produtiva entre território e empreendedorismo, sobretudo se o modelo de ação empreendedora a ser considerado é aquele que a teoria classifica como empreendedorismo sustentável.

4 EMPREENDEDORISMO SUSTENTÁVEL

Com base no sistema de relações que se estabelece entre modelos de exploração econômica e impactos territoriais (discutido no Capítulo 3), a sustentabilidade – ou desenvolvimento sustentável – constitui tema que ganha cada vez mais relevância, assumindo, a princípio, lugar de destaque nas agendas de discussões políticas dos países e, em um segundo momento, migrando para o contexto da gestão empresarial. Como visto anteriormente, a tecnicidade, classificada por Raffestin (1993) como apêndice da territorialidade e responsável por mediar a relação entre o homem e as matérias – recursos – por ele utilizadas, apresenta-se dissimétrica no atual contexto da organização do trabalho e da dinâmica competitiva de mercado. Assim, para Raffestin (1993, p.227), estabelecem-se relações destrutivas entre o homem e o meio material e cria-se uma situação limite: “ou modificamos nossas práticas, ou nos faltarão certas matérias num futuro mais ou menos próximo” – e para quem já vive em meio à ameaça de crises hídrica e energética, o futuro vislumbrado por Raffestin parece bater à porta.

Estamos, portanto, diante de um cenário de substituição imposta de práticas, recursos e posturas, que justifica o fato de que, a partir da década de 1970, as externalidades e desequilíbrios causados no planeta em função dos impactos intrínsecos ao avanço da industrialização começam a ganhar destaque em publicações científicas. Em 1983, as Nações Unidas criam a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida por *Gro Bruntland* e cujos trabalhos resultaram no relatório *Bruntland* da *World Commission for Economic Development* (WCED, 1987). O desenvolvimento sustentável passa a ser definido, então, como o processo de mudanças na exploração dos recursos, na orientação de investimentos e no desenvolvimento tecnológico, no sentido de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades. Como um dos resultados diretos da definição formal do desenvolvimento sustentável, desenvolve-se o conceito de empreendedorismo sustentável – que será discutido nos seus detalhes ao longo deste capítulo –, ponto de partida para a ampliação do foco de ação das organizações, anteriormente voltadas exclusivamente para a geração de lucros e que, agora, passam a considerar a busca do equilíbrio entre três aspectos fundamentais: economia, sociedade e ambiente, que, juntos, constituem o chamado tripé da sustentabilidade ou o *triple*

bottom line, na expressão original de Elkington (1997), utilizada em seu livro, *Cannibal with forks*¹⁰.

A definição original da WCED e o tripé da sustentabilidade tiveram grande influência em todas as demais abordagens do desenvolvimento sustentável, inclusive quando, na década de 1990, essa categoria de análise passa a constituir elemento estratégico no contexto das organizações, que, na esteira da internacionalização dos negócios e do desenvolvimento do mercado global de capitais, passam a ser cobradas no que corresponde à sua parcela de responsabilidade com a sociedade (ZYLBERSZTAJN E LINS, 2010).

Uma análise do documento original produzido pela WCED, intitulado *Our common future*¹¹, apresenta definições menos notáveis da sustentabilidade, apontando para o direcionamento de ações voltadas para uma agenda global de mudança apoiada em práticas conservacionistas, mas regidas pelas leis de mercado (oferta e procura) e pelo estímulo ao crescimento econômico, tido como essencial para mitigar a pobreza e as pressões ecológicas, notadamente manifestas nos países do Terceiro Mundo. Nota-se, assim, um tanto camuflado pelo discurso de equilíbrio entre lucro, impactos sociais e ambientais, uma estratégia de manutenção do projeto de desenvolvimento original do capitalismo e até mesmo a intensificação da sua expansão para os mercados em desenvolvimento, através da geração de novos negócios, estrategicamente associados à necessidade de combater externalidades.

Quando se estabelece uma nova lógica (nova de fato ou assim apresentada) para qualquer movimento desenvolvimentista ou projeto de organização dos processos de trabalho, é sempre lícito questionar quem são os agentes interessados em tais projetos, quem são os responsáveis pela sua condução, a que necessidades e interesses eles atendem. Entretanto, por mais pertinentes que essas questões pareçam (e realmente o são), a linha de abordagem do presente estudo, direcionado para a análise dos modelos de gestão, segundo a perspectiva corporativa da sustentabilidade, que não limita ou inviabiliza a rentabilidade, o conceito de desenvolvimento sustentável associado à capacidade de atendimento das necessidades presentes sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras, com base no equilíbrio entre aspectos econômico, social e ambiental, apresenta-se adequado.

Retomando a análise da sustentabilidade no ambiente organizacional, Savitz e Weber (2007) definem a empresa sustentável como aquela capaz de gerar lucro para o acionista, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente e busca promover melhorias na vida das

¹⁰ Canibal com Garfos.

¹¹ <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>

pessoas e grupos com os quais interage. Segundo Banerjee (2002), a sustentabilidade considera a conciliação do crescimento econômico com a preservação do meio ambiente, sem abrir mão do foco na justiça social e no desenvolvimento humano, a partir de uma utilização equilibrada de recursos. E se vários outros autores que discutem a sustentabilidade no contexto da atuação corporativa fossem aqui citados – como Froehlich (2014), Zylbersztajn e Lins (2010), Dixon e Clifford (2007), Cohen e Winn (2007) –, seria muito fácil perceber que os conceitos acabam sempre por considerar, como essência de uma gestão com foco no desenvolvimento sustentável, o já citado tripé da sustentabilidade: fatores econômicos, ambientais e sociais.

E ainda que a abrangência da definição de sustentabilidade – como o processo de mudanças que visa satisfazer as necessidades atuais sem comprometer a capacidade de satisfação das necessidades de gerações futuras – possa causar controvérsias ou mesmo desacordo entre estudiosos a respeito da sua operacionalização e mensuração, fica claro que a sustentabilidade corporativa conduz a um novo modelo de gestão de negócios, que deve considerar, nos processos decisórios e na análise do impacto das ações empresariais sobre o ambiente competitivo, além da questão econômica, as questões de ordem social e ambiental (FROEHLICH, 2014).

Com a crescente relevância do tema no contexto empresarial, a sustentabilidade passou a incorporar outra faceta do ambiente de negócios, a das ações empreendedoras. Assim, os estudos sobre empreendedorismo, primordialmente pautados em abordagens centradas na estrutura econômica ou voltadas às características do empreendedor, passaram a aglutinar as dimensões do próprio empreendedorismo e também as da sustentabilidade. E este é o momento de compreender melhor esse caminho de transformações dos conceitos e práticas empreendedoras.

Filion (1999) destaca que, em função dos múltiplos componentes que cercam o tema, o empreendedorismo é alvo de diferentes concepções e correntes de análise, e as definições de empreendedorismo e empreendedor encontram-se baseadas nas premissas de cada uma das áreas de conhecimento que se dedicam a estudar o assunto, com destaque para as concepções dos economistas, como Cantillon (2002), Say (1983) e Schumpeter (1997), e para a corrente dos comportamentalistas, como Weber (2004), McClelland (1972) e Timmons (1971). Independente de qualquer ênfase em uma corrente teórica específica, a palavra empreendedor tem sua origem no termo francês *Entrepreneur*, cujo significado é: aquele que está entre; e que foi posteriormente apropriado pela língua inglesa para se referir a empresários e pessoas que desenvolvem seus próprios negócios (DALMORO, 2009).

No que se refere ao desenvolvimento das teorias que tratam do empreendedorismo, ainda no século XVII, Richard Cantillon (2002), um banqueiro que poderia ser classificado como capitalista de risco e homem de negócios preocupado com a otimização dos retornos sobre capitais investidos, promove a diferenciação entre o empreendedor, agente que assume o risco dos empreendimentos, e o capitalista, aquele que garante o capital para os empreendimentos. A partir da diferenciação entre o empreendedor e o capitalista, Jean-Baptiste Say (1983), que considerava os novos empreendimentos a base do desenvolvimento econômico e ansiava pela expansão da Revolução Industrial inglesa no território francês, definiu o empreendedor como o agente capaz de mover recursos econômicos de áreas de baixo retorno e produtividade para áreas com maior eficiência na combinação desses recursos e melhores perspectivas de rentabilidade. Basicamente, o empreendedor seria o indivíduo capaz de impulsionar os resultados econômicos de diferentes atividades produtivas. É possível notar, nas definições dos dois autores, que a figura do empreendedor está diretamente associada à busca e desenvolvimento de novas oportunidades de negócios, que tragam a perspectiva de aumento de lucros e que também apresentam riscos inerentes. Say (1983) destaca, ainda, que os empreendedores são figuras associadas à inovação, uma vez que se configuram como agentes de mudança.

Cantillon e Say são representantes da abordagem econômica no estudo do empreendedorismo, a primeira linha de pesquisa a se debruçar sobre o tema a partir de critérios científicos mais elaborados. Para os representantes da chamada escola econômica, o foco de análise está no mercado, mais especificamente nas suas falhas (COHEN E WINN, 2007). A teoria econômica trata como falhas de mercado os resultados da distribuição dissimétrica das informações, que, se por um lado promove desequilíbrios – e as externalidades socioambientais ocupam lugar de destaque nessa seara, quando os teóricos do empreendedorismo sustentável retomam os conceitos da escola econômica, como será apresentado adiante –, por outro lado, produz oportunidades a serem exploradas.

A escola econômica, com foco no conhecimento objetivo, atribui, portanto, a existência de oportunidades de empreendimentos à distribuição dissimétrica de informações sobre características e potencialidades de mercado (ARROW, 1962). Uma vez que os atores econômicos tem acesso limitado às informações de mercado e à melhor forma de descobrir, recombina ou explorar criativamente os recursos (Shane e Venkataraman, 2000), aquele ator que descobre e explora primeiro uma determinada oportunidade – o empreendedor – terá vantagem competitiva sobre os demais. Por um tempo, o mercado atua em certo desequilíbrio, até que os demais atores tenham acesso à nova informação e passem a explorar a mesma

oportunidade (KIRZNER, 1997). Fica claro, portanto, que, para que as oportunidades empreendedoras possam surgir e possam ser exploradas, deve haver um desequilíbrio momentâneo nas relações de mercado – uma espécie de ruptura, como postulará, à frente, Joseph Schumpeter –, a partir de uma distribuição ou acesso dissimétrico às informações que encerram novos modelos de combinação de recursos, novos mercados a serem explorados, ou, quem sabe, uma mudança social na valorização de determinadas mercadorias ou serviços.

Quando se trata da escola econômica, as análises de Cantillon e Say sobre a figura do empreendedor são muito significativas no desenvolvimento da teoria sobre o empreendedorismo, mas o autor que mais se destaca na chamada escola econômica e cujos conceitos repercutem a maior influência para todas as demais abordagens teóricas sobre o empreendedor e o empreendedorismo, é Joseph Schumpeter.

Economista austríaco, Schumpeter (1997) identifica o empreendedor como o indivíduo que agrega habilidades técnicas e capitalistas – coordenação dos recursos –, assumindo o papel de agente de mudança – característica já destacada por Say – ao desenvolver novos produtos, serviços e/ou tecnologias. O conceito de Schumpeter eleva o empreendedor ao status de peça chave no processo que o autor, em *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, reputa como fato essencial do capitalismo: a destruição criativa. Enquanto os economistas neoclássicos defendem o aspecto gradual e paulatino do desenvolvimento econômico, o pensamento schumpeteriano apresenta um desenvolvimento econômico que se dá “aos saltos”, a partir de rupturas nada suaves e que reúnem níveis elevados de riscos e incertezas. Tais rupturas são a essência da chamada destruição criativa, definida por Schumpeter (1997) como o processo de transformação brusca que tem lugar na economia de mercado e que se caracteriza pela destruição de velhos modelos de negócios, empresas e até padrões de consumo, que passam a ser substituídos por novos produtos e relações de troca de valor. Desse modo, o autor não só garante lugar de destaque para o processo de inovação na sua teoria, como define as características básicas que serão as mais aceitas e replicadas nas teorias que tratam da figura do empreendedor e da ação empreendedora. Para efeito de maior esclarecimento, um exemplo que ilustra de maneira categórica o processo de destruição criativa pode ser encontrado – muitos anos depois do desenvolvimento da teoria schumpeteriana – na completa extinção da máquina de escrever como produto do mercado de massa e sua substituição pelos computadores pessoais para a elaboração e edição de textos.

A partir de Schumpeter, consolida-se a ligação íntima entre empreendedorismo e inovação, vista como a recombinação ou criação de novas formas de uso e aproveitamento

dos recursos. Larson (2000) chega a afirmar que, sob a visão de Schumpeter, o processo de inovação torna-se a essência do empreendedorismo. E esta ligação entre a inovação e a atividade empreendedora irá também permear as análises comportamentalistas sobre o empreendedorismo, baseadas em um estudo mais aprofundado das características do empreendedor. A teoria comportamentalista, desenvolvida por psicólogos e sociólogos, tem em Max Weber a sua principal referência. Weber (2004) amplia o conhecimento sobre a motivação do empreendedor, lançando mão de um sistema de valores que explica o seu comportamento. Tal sistema de valores inclui independência, liderança e – o que não corresponde a nenhuma grande surpresa – a capacidade de inovação. Vale destacar que Weber, em consonância com o seu modelo burocrático de condução das organizações, atrela a eficácia da liderança à necessidade de uma fonte formal de autoridade e, antes de negar ou de se opor aos preceitos das teorias econômicas, o autor busca complementá-las, com base em uma ampliação e análise mais criteriosa das características dos empreendedores.

Enquanto Weber (2004) classifica os empreendedores como inovadores e pessoas que assumem um papel de liderança nos negócios, McClelland (1972) também destaca o papel dos empreendedores como homens de negócios que contribuem para o desenvolvimento econômico. Entre o final da década de 1960 e início dos anos de 1970, Knight (1967) e Drucker (1970) reforçam a questão do risco nas iniciativas e investimentos dos empreendedores. Drucker (1987) enfatiza, ainda, a questão da identificação de oportunidades para a geração de mudanças com base na combinação de recursos internos (talentos e aptidões pessoais) e recursos externos (capital e informações, entre outros). Pai da inteligência competitiva e da gestão por resultados, Drucker também valoriza a interdisciplinaridade que deve se fazer presente nos conhecimentos e experiências do empreendedor para que ele possa levar a cabo seus projetos e alcançar seus objetivos.

Diretamente associada aos conceitos da escola comportamentalista, outra abordagem de destaque no avanço dos estudos sobre o empreendedorismo e o empreendedor, é a da escola cultural cognitiva, que posiciona as oportunidades de empreendimentos não mais como uma questão objetiva e sim como um fenômeno subjetivo. Os representantes da escola cultural cognitiva não negam a existência das falhas de mercado, mas atribuem a exploração de novas oportunidades de negócios à habilidade dos atores econômicos de desenvolver modelos mentais capazes de interpretá-las e, assim, defini-las, realmente, como oportunidades (BOSZCZOWSKI e TEIXEIRA, 2012). Assim, as oportunidades só existem porque são definidas e representadas como tal por indivíduos e empresas (WEICK, 1979). Segundo Swidler (1986), a diferença entre a escola econômica e a escola cultural cognitiva é que a

primeira postula que as informações dissimétricas resultam de estruturas de mercado, sendo descobertas e exploradas pelos agentes econômicos, enquanto a segunda define que essas mesmas informações não são descobertas, mas sim construídas em um sistema social marcado por crenças e significados. E, como os atores sociais não apresentam os mesmos conhecimentos e as mesmas experiências, encontram-se exatamente nessas diferenças de bagagem cultural a maior ou menor aptidão para explorar oportunidades e obter vantagens competitivas. Em outras palavras, as oportunidades estão diretamente relacionadas à experiência do empreendedor, suas habilidades cognitivas, sua inteligência competitiva e o seu acesso a redes sociais que o auxiliam a conduzir os seus empreendimentos (SHANE, 2000). Diferenças de interpretação se transformam em fontes de oportunidades e o empreendedor mais habilitado a interpretar as informações passa a ser o influenciador das mudanças no contexto socioeconômico (COMPANYS e McMULLEN, 2007).

Ainda na linha comportamental ou cultural cognitiva, outra teoria interessante, que busca agregar elementos psicológicos e sociológicos, é a de Gerber (2004), segundo a qual o empreendedor reúne, em sua estrutura de personalidade, três indivíduos distintos: o visionário inovador que transforma situações aparentemente triviais em grandes oportunidades; o administrador que otimiza seus recursos com base em planejamento, organização e controle; e o técnico que, em situações específicas, também participa do fluxo operacional de suas atividades empreendedoras. Esses três personagens, reunidos em uma única figura, sofrem, ainda, pressões estimulantes ou inibidoras que compõem o seu capital social, tais como valores e ideias transmitidos por pais, professores, amigos e outros agentes que, de alguma forma, acabam influenciando noções relacionadas a emprego, empregabilidade, desenvolvimento de carreira, status e papéis sociais.

Outra referência nas análises voltadas às características comportamentais do empreendedor é Jeffrey Timmons, coordenador e responsável pelo programa de formação de professores de empreendedorismo do *Babson College*, centro de referência em estudos e pesquisas situado na Nova Inglaterra, região atualmente considerada o segundo maior polo de desenvolvimento da Nova Economia – expressão cunhada para identificar a transição de uma economia de base industrial para um economia baseada em serviços – nos Estados Unidos, perdendo apenas para o Vale do Silício. Timmons, que faleceu em 2008 aos 66 anos, era um grande defensor do empreendedorismo e do seu poder de transformação do cenário econômico, além de um pesquisador que, na linha das abordagens comportamental e cultural cognitiva, também direcionava os seus estudos para a análise das características dos empreendedores. Assim, este autor compilou mais de 50 pesquisas sobre atributos e

comportamentos dos empreendedores, a fim de apresentar uma síntese, que tem como elementos de destaque: iniciativa, autoconfiança, abordagem de longo prazo, fixação de metas, não aceitação de padrões impostos e tolerância a ambiguidade e incerteza (TIMMONS, 1998).

Nota-se, neste ponto, um aparente embate entre as correntes econômica e comportamentalista nos estudos sobre o empreendedorismo, e, sobre tal situação, é válido citar os argumentos de Dalmoro (2009), que reforça o protagonismo dessas duas abordagens na análise do empreendedorismo e destaca o fato de que a primeira concentra-se na associação entre empreendedor e inovação, enquanto a segunda tem foco nos aspectos criativos e intuitivos do empreendedor. De qualquer forma, a questão central é um processo de mudança, de transformação – um processo de destruição criativa, como prefere Schumpeter –, que integra elementos estruturais e a capacidade de agência dos atores econômicos, que, para empreender, devem estar propensos à inovação e a assumir riscos estrategicamente (DALMORO, 2009).

Um contraponto interessante à ideia do empreendedorismo como a capacidade criativa de vislumbrar e explorar oportunidades de negócios é apresentada por Dornelas (2001). O autor não nega a existência das iniciativas empreendedoras capazes de promover rupturas nos padrões competitivos e no desenvolvimento econômico, mas alerta para o fato de que nem sempre isso acontece, uma vez que há situações em que o empreendedor não age com base em uma oportunidade, mas sim em função de uma necessidade. Nesse último caso, o empreendedor é movido por uma circunstância adversa, como o desemprego, por exemplo, e simplesmente inicia um empreendimento sem o planejamento necessário, o que não garante a geração de desenvolvimento econômico e pode, inclusive, agravar as estatísticas de mortalidade precoce dos negócios, cenário muito comum em países em desenvolvimento.

Assim como não é tão complexo chegar à constatação de que as iniciativas empreendedoras não são infalíveis em termos de geração de valor e promoção do desenvolvimento econômico, também não é difícil perceber que teorias que se baseiam exclusivamente em aspectos estruturais ou que consideram apenas a capacidade de agência do empreendedor apresentam certas limitações. E, por isso mesmo, a partir do fim dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, surgem, nos estudos sobre empreendedorismo, correntes teóricas de caráter mais integrador. É o caso da teoria das redes, segundo a qual o processo empreendedor, para ser bem sucedido, deve reunir aspectos estruturais e ações de atores econômicos que devem expandir a sua atuação além do âmbito decisório do seu próprio empreendimento, incluindo a coordenação inovadora de suas relações com fornecedores,

clientes, investidores e todos os públicos que, direta ou indiretamente, influenciam ou sofrem influência do seu negócio. Os representantes da teoria das redes, como Lorenzoni e Ornati (1988), Jarillo (1988) e Larson (1991), defendem a ideia de que a gestão das relações entre o negócio e os agentes econômicos a ele relacionados explica a capacidade de alguns empreendedores de mobilizar recursos, além da elevada capacidade de inovação baseada em parcerias de algumas pequenas e médias empresas.

Segundo a teoria das redes, o empreendedorismo, ainda que vinculado à capacidade de agência do empreendedor, também depende dos nós e laços que o empreendimento mantém com uma série de agentes externos, sobretudo porque indivíduos ou empresas, isoladamente, são incapazes de promover um processo de inovação e de crescimento que se apresente sustentável ao longo do tempo (LARSON E STARR, 1993). O adequado uso das redes de relações – *network relationships* – passa a ser fator decisivo para a inovação, para o aumento da competitividade, redução – ou distribuição – dos riscos, aprendizado contínuo e melhoria de performance. Assim, o papel do empreendedor é modelar, cultivar e refinar a utilização da sua rede de relações, de modo a aglutinar pessoas e organizações que compartilhem aspirações econômicas e estejam empenhadas em produzir resultados (LARSON, 2000). Para resumir, o líder empreendedor deve ter a capacidade – agência – de mobilizar recursos e ações em uma rede organizacional, que faz parte da estrutura do cenário competitivo, a fim de criar e manter uma cadeia de valor que envolva todos os seus agentes. Isso demanda, obviamente, uma pré-disposição ao aprendizado contínuo, uma contínua capacidade de adaptação, e uma habilidade para vender ideias e projetos (LARSON, 2000).

No rol das teorias integradoras sobre o empreendedorismo, que buscam reunir diferentes enfoques de análise e pressupostos epistemológicos, além da teoria das redes de relações, podem ser destacadas a visão baseada em recursos e a teoria de legitimidade. Rossoni e Teixeira (2008), em uma tentativa de avaliar o empreendedorismo em sua totalidade – como os próprios autores definem sua proposta –, defendem uma abordagem relacional do fenômeno empreendedor, em uma dinâmica de utilização da rede de relações como ponto de partida para a aquisição de recursos e legitimação dos negócios.

Tal aproximação multidimensional do tema justifica-se, de acordo com Verstraete (1999), pelo fato de que o empreendedorismo é um fenômeno com características psicológicas, sociológicas, econômicas e culturais complexas e, portanto, as tentativas de análise mais promissoras desse fenômeno devem considerar um conjunto de aspectos que reúne a ação empreendedora, o próprio empreendedor, a empresa, o ambiente e o processo, em um contexto dialógico. E, antes que passemos à análise relacional das redes, recursos e

legitimidade, vale destacar ainda, as argumentações de Guimarães (2004), segundo as quais a visão multidimensional do empreendedorismo também se deve à recente influência de paradigmas epistemológicos que vão além do racionalista, funcionalista e positivista, percorrendo um caminho dialético e construcionista de abordagem, que considera, além do próprio empreendedor, vários outros elementos relevantes na construção de um conhecimento consistente sobre o tema. Froelich (2014) argumenta, inclusive, que a própria sustentabilidade é um conceito multidimensional e baseado na interdependência dos seres vivos entre si e em relação ao meio ambiente, assim como dos vários elementos da sociedade entre si e em relação ao tecido social; desse modo, não parece coerente tratar o empreendedorismo sustentável – que deriva da associação das práticas empreendedoras aos princípios da sustentabilidade – por qualquer viés de abordagem que o considere menos do que um fenômeno multidimensional, baseado na interdependência de diferentes variáveis chave.

E é no caminho de aglutinação de variáveis chave que Rossoni e Teixeira (2008) buscam estabelecer uma análise conjunta das redes de relações, visão baseada em recursos e legitimidade. Como visto anteriormente, as redes de relações que orbitam um empreendimento, marcadas por um padrão genérico de troca de valor, como afirma Burt (1992), constituem fontes de propagação de informações, de obtenção e troca de recursos e de vantagens competitivas. Segundo esse mesmo autor, há duas maneiras básicas de obter vantagens a partir das relações em rede: em função do prestígio ou influência que o papel de um determinado ator pode ter em função de sua posição na rede; ou pelo tempo e energia dispensados por um ator para cultivar os relacionamentos. De qualquer forma, empreendedores são atores sociais que buscam usufruir benefícios advindos do seu sistema de relações. Fillion (1999) defende, inclusive, que o sistema de relações é o principal elemento de suporte e desenvolvimento de um negócio, contribuindo decisivamente para uma maior assertividades nas iniciativas dos empreendedores.

Desse modo, as redes de relações permitem não só o acesso a recursos primordiais para o desenvolvimento dos negócios – o que se torna ainda mais crucial quando se considera a necessidade de alavancagem de capital humano e social nos períodos iniciais de um empreendimento –, como garante, ainda, a possibilidade de alavancar novos recursos a partir de uma base de conhecimentos e experiências iniciais. Além disso, as redes podem reforçar relações institucionalizadas marcadas pela confiança e credibilidade (Paiva Júnior; Mello; Gonçalves, 2005). O que legitima socialmente uma iniciativa empreendedora. Ao considerar as redes e os critérios de legitimidade para a alavancagem de recursos e obtenção de vantagens competitivas, os empreendedores agregam aos seus mecanismos de escolha e

decisão, além da tradicional racionalidade econômica – com base na minimização de perdas e maximização de retornos –, limitada por bases cognitivas e casual ambiguidade, o exame do contexto em que as escolhas e decisões estão imersas. E, nesse processo decisório, a legitimidade do negócio surge como aspecto relevante (ROSSONI E TEIXEIRA, 2008).

Se a legitimidade, assim como afirma Suchman (1995, p.574) é a “percepção ou pressuposição generalizada de que as ações de uma entidade são desejáveis ou apropriadas dentro de algum sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições”, ela constitui, ao mesmo tempo, fator estratégico utilizado pelos empreendedores e organizações para potencializar vantagens e acesso a recursos, além de resultado da dinâmica estrutural que se impõe nas percepções de valor do ambiente competitivo. Desse modo, estabelece-se uma dinâmica em que a estrutura socioeconômica e cultural em que o empreendimento está inserido e a ação do empreendedor são recursivas, de modo que a última não é só limitada pela institucionalização da primeira, mas é também possibilitada por essa institucionalização. Portanto, a legitimidade, como resultado e condicionante de relações de confiança na rede de valor em que o empreendimento se insere, tem papel crítico na criação, sobrevivência e crescimento dos negócios, na medida em que não só permite o acesso a recursos, mas também o respaldo social para o desenvolvimento das organizações (ZIMMERMAN E ZEITZ, 2002). Além disso, a legitimidade perfaz uma espécie de elo entre os aspectos estruturais e a capacidade de agência do empreendedor.

De forma resumida, quando redes, recursos e legitimidade se reúnem, é possível afirmar que, no caminho da combinação e transformação dos recursos individuais em recursos organizacionais e diante da necessidade competitiva de alavancar novos recursos a partir de conhecimentos e experiências anteriores, os empreendedores devem, através de ações estratégicas, desenvolver sua rede de relações, com base em processos de troca de valor permeados por credibilidade e confiança, a fim de que possam garantir a legitimidade e a perenidade dos seus empreendimentos (PAIVA JÚNIOR; MELLO; GONÇALVES, 2005). Tal perspectiva se impõe ainda com maior intensidade no caso dos empreendedores desprovidos de recursos e sem histórico de resultados, que tem como alternativa iniciar a construção de uma rede de relações e de cooperação que lhes garanta o acesso a recursos e a legitimidade necessária para impulsionar suas ideias (ROSSONI E TEIXEIRA, 2008).

Com base nos fragmentos teóricos até aqui apresentados, a partir de diferentes abordagens e linhas de pesquisa sobre o fenômeno empreendedor, pode-se notar que os diferentes conceitos de empreendedorismo englobam alguns elementos-chave, tais como: oportunidade, risco, mudança e inovação. Assim, as diferentes abordagens sobre o

empreendedorismo acabam sempre, de alguma forma, bebendo na fonte da destruição criativa de Schumpeter e o empreendedor é tido como a pessoa que reúne habilidades técnicas (métodos de produção) e capitalistas (coordenação de recursos e decisões de investimentos, por exemplo) para gerar uma espécie de ruptura no fluxo padrão das atividades econômicas, promovendo um processo criativo-destrutivo por meio do qual o capitalismo se transforma e avança – em uma dinâmica mais ricamente avaliada quando se consideram as relações entre estruturas econômicas e o comportamento do empreendedor, como na teoria das redes e da legitimidade. Promover saltos de transformação constitui-se no verdadeiro papel da inovação e, segundo Schumpeter (1997), o papel do empreendedor é tão vital, que a condução do processo econômico pelo homem de negócios é o critério a ser adotado para classificar uma sociedade como capitalista.

As teorias de caráter integrador, por sua vez, acrescentam à discussão sobre o empreendedorismo a necessidade de associação dos aspectos estruturais e de agência, em uma perspectiva que considere elementos psicológicos, sociológicos, econômicos e culturais, que estabelecem uma dinâmica de influência recíproca entre o ambiente competitivo e a ação do empreendedor, que sempre se desenrola em um contexto marcado por redes de relações e percepções de legitimidade associadas aos empreendimentos. E é na esteira de uma abordagem integradora que Cavalcanti e Teixeira (2013) reforçam o caminho de transformações do empreendedorismo e das diferentes abordagens de estudo sobre o tema, que vão desde as associações com os conceitos de liderança e inovação, passando pela combinação de fatores relacionados a habilidades e incertezas e pela criatividade para explorar oportunidades, até chegar à ênfase nas questões de responsabilidade social e sustentabilidade. Assim, o mais novo campo de pesquisa sobre o empreendedorismo é justamente aquele que busca relacionar as ações empreendedoras ao desenvolvimento sustentável.

Seguindo os preceitos do desenvolvimento sustentável – a capacidade de atender demandas atuais sem inviabilizar o atendimento de demandas futuras –, algumas empresas e empreendedores passam a enxergar, na necessidade de mitigar os efeitos da exploração intensiva de recursos e de desenvolver novos produtos que atendam demandas sociais e ambientais, oportunidades que podem significar a sobrevivência e a perspectiva de longevidade competitiva dos seus negócios. E, nesse ponto, é preciso destacar que o desenvolvimento e oferta de novos produtos, ou mesmo a disponibilização de alguns produtos para mercados tidos como pobres e que ainda não usufruem de certas comodidades, passam pelo processo de inovação. Inovação e sustentabilidade são conceitos tão próximos, que

Larson (2000) chega a falar em inovação sustentável, classificando o termo como uma força fundamental e emergente, capaz de promover mudanças necessárias nos negócios e na sociedade. Ao mesmo tempo, a autora classifica a inovação sustentável como uma área que suscita oportunidades para empreendedores e que está diretamente ligada ao conceito de destruição criativa de Schumpeter (1997).

É preciso destacar, neste ponto, que não cabe a esta dissertação discutir toda a complexidade da teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter, que Sweezy (1962) classifica como uma verdadeira exposição da anatomia da variação numa sociedade capitalista. A intenção também não é discutir as influências Marxistas na obra de Schumpeter ou mesmo a sua visão pessimista sobre o futuro do capitalismo, que acabaria, em um dado momento, por se tornar vítima do seu próprio sucesso. O foco de análise aqui é o impacto das ideias de Schumpeter sobre a teoria do empreendedorismo, mais especificamente no que diz respeito ao empreendedorismo sustentável. Afinal, em *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, notadamente no capítulo II, intitulado *O Fenômeno Fundamental do Desenvolvimento Econômico*, onde Schumpeter (1997) realça a figura do empresário como o agente econômico capaz de promover mudanças no mercado através de novas e mais eficientes combinações dos fatores de produção ou da implantação de alguma inovação tecnológica, o autor estabelece uma conexão – reproduzida por uma série de outros modelos teóricos – entre a atividade empreendedora e a inovação, que, mais tarde, também se tornaria o ponto mais significativo de intersecção entre os conceitos de empreendedorismo e sustentabilidade.

Se a essência do capitalismo é a sua dinâmica – um capitalismo estático seria impensável – e Schumpeter (1997) imputa à destruição criativa o papel de “fato essencial do capitalismo”, é interessante notar que o autor considera cinco casos típicos em que se manifesta o processo de inovação: a introdução de um novo produto no mercado, a introdução de um novo método de produção, a abertura de novos mercados, a conquista de uma nova fonte de insumos (matérias-primas), e a criação de um novo monopólio. Excetuando-se o último caso, para as outras quatro situações apresentadas, o empreendedorismo sustentável, na tentativa de mitigar as externalidades geradas pela exploração intensiva de recursos, ou de criar novas alternativas tecnológicas de produção e diferentes tipos de produtos capazes de atender as demandas de consumo sem gerar grandes impactos sociais e ambientais, busca materializar a inovação e acrescenta aos fatores originais de risco, oportunidade e mudanças – bases do empreendedorismo – a preocupação com a sustentabilidade e com a geração de valor no longo prazo.

Dixon e Clifford (2007) e Hart e Milstein (1999) consideram a emergência das ações de sustentabilidade adotadas pelas organizações como o ponto de partida para a destruição criativa de Schumpeter, uma vez que representa a gênese de um novo modelo de negócios mais apto para transformações inevitáveis e novas oportunidades de mercado que surgirão no cenário competitivo. Segundo esses autores, o mercado exigirá das empresas não só a capacidade de promover inovações, mas sim a competência de promover inovações que levem a vantagens competitivas ao mesmo tempo em que minimizem os danos ambientais e maximizem os benefícios sociais. Segundo Dimaggio (1983), os empreendedores precisam alinhar seletivamente suas ações inovadoras, escolhendo os caminhos que mantenham os seus negócios adequadamente equilibrados às demandas de um mercado que exigirá cada vez mais uma postura social e ambientalmente responsável, não por um idealismo inocente, mas por uma necessidade competitiva.

Venkataraman (1997) também considera a ação empreendedora como fator-chave para o processo de transformação do contexto de relações econômicas; e o autor define o empreendedorismo como o campo de estudos que abarca a descoberta, a criação e a exploração de oportunidades relacionadas ao desenvolvimento de futuros bens e/ou serviços. O autor ainda expõe a preocupação com a análise dos responsáveis pela exploração das novas oportunidades e das consequências dessa exploração. É a partir do conceito de empreendedorismo de Venkataraman que uma série de outros autores, tais como Cohen e Winn (2007), lançam as bases para a conceituação do empreendedorismo sustentável, elencando, no rol das consequências a serem ponderadas quando da exploração de novas oportunidades de mercado, os aspectos econômico, social e ambiental. Masurel (2006) destaca o fato de que o empreendedorismo sustentável é o vetor que pode levar as empresas a equilibrar melhor as suas escolhas, considerando a necessidade do lucro, sem descartar os impactos de suas operações sobre as pessoas e o planeta.

É interessante notar que os estudos sobre o empreendedorismo social (Zahra *et al.*, 2008) e sobre o empreendedorismo ambiental (Schaper, 2002) apresentam um volume maior e anterior de publicações, podendo ser apontados como precursores do empreendedorismo sustentável. Até 2009, o *Entrepreneurship Theory and Practice*¹², um dos mais importantes periódicos científicos sobre o empreendedorismo, não apresentava sequer um único artigo sobre o empreendedorismo sustentável. E a *Journal of Business Venturing*¹³, outra renomada publicação da área, veio a dedicar um número completo ao empreendedorismo sustentável

¹² Empreendedorismo Teoria e Prática.

¹³ Não há tradução oficial, mas, em tradução livre, algo como: Jornal das Iniciativas de Negócios.

apenas em 2010 (BORGES, 2013). E, enquanto o empreendedorismo ambiental – ou ecoempreendedorismo ou empreendedorismo verde – tornou-se objeto de interesse na comunidade que estudava e militava a causa da preservação do meio ambiente – antes mesmo de figurar no campo de estudo sobre o empreendedorismo –, o empreendedorismo social já apareceu de forma consistente e institucionalizada nas linhas de pesquisa voltadas às atividades empreendedoras, e, em 2002, o tema já possuía uma seção exclusiva no *Frontiers of Entrepreneurship Research*¹⁴, que constitui os anais da conferência do *Babson College*, um dos mais prestigiados eventos científicos sobre o empreendedorismo no mundo.

Quanto ao empreendedorismo social, Zhara (*et. al.*, 2008) listam mais de 20 definições, a partir de uma revisão de literatura, e concluem que o conceito inclui – ou deve incluir – todas as atividades que visam a, com base na criação de novos negócios ou na reconfiguração dos processos vigentes, gerar riqueza social através da descoberta e exploração de novas oportunidades de mercado. Nesse sentido, empreendimentos sociais incluem: organizações sem fins lucrativos que utilizam estratégias de gestão para criar valor social; práticas de negócios socialmente responsáveis e pautadas em parcerias setoriais; e iniciativas empresariais que buscam mitigar problemas sociais e promover mudanças que conduzam a cenários mais igualitários na distribuição de riquezas (MAIR E MARTI, 2006).

Já o empreendedorismo ambiental, impulsionado pela percepção social do impacto das consequências ambientais de anos de atividades de um modelo econômico baseado em uma exploração intensiva e desequilibrada de recursos, associa as iniciativas e ações empreendedoras às inovações ecológicas capazes de promover soluções para problemas ambientais, ou que, pelo menos, reduzam as marcas das atividades econômicas sobre o meio ambiente (SCHALTEGGER, 2002).

O empreendedorismo sustentável, por sua vez, apresenta uma maior abrangência de variáveis em seu conceito, não se relaciona a atividades sem fins lucrativos e nem concentra foco exclusivo em questões de ordem ambiental ou em problemas de caráter social. Como afirma Gerlach (2006), os empreendedores sustentáveis concentram seus esforços na identificação e implantação de inovações sustentáveis, seja na criação de um novo negócio ou na reorientação de um modelo já existente, e perseguem, simultaneamente, objetivos sociais, ecológicos e financeiros. Assim, é possível perceber que a aplicação dos princípios de sustentabilidade ao empreendedorismo, que originou o conceito de empreendedorismo sustentável, são se deu de forma direta. Antes do empreendedorismo sustentável, as ações

¹⁴ Fronteiras das Pesquisas sobre Empreendedorismo.

empresariais de caráter ecológico ou aquelas direcionadas a produzir benefícios sociais ocupavam lugar de destaque nos estudos científicos. Mas, quando o empreendedorismo amplia o seu foco além do objetivo de criar valor econômico e passa a aglutinar o desenvolvimento sustentável e os seus benefícios de caráter social e ambiental, surge o conceito de empreendedorismo sustentável (Jacobs, 1995), que envolve a identificação, criação e exploração de novos negócios que apliquem a inovação criativa e o desenvolvimento econômico na solução de problemas sociais e ambientais (BOSZCOWSKI E TEIXEIRA, 2012).

O empreendedorismo sustentável ganha força quando a ação empreendedora, já reconhecida como agente de transformação social, passa a ser considerada, também, veículo que impulsiona o desenvolvimento sustentável (Dean e McMullen, 2007), com vistas à exploração de oportunidades em nichos sociais e ambientais que podem gerar lucros, além da própria melhoria social e ambiental (HOCKERTS E WUSTENHAGEN, 2010). Bhidé (2000) e Delgado (*et. al.*, 2008) reforçam que o empreendedorismo, sem deixar de lado o seu papel no processo de desenvolvimento econômico, quando aliado aos princípios da sustentabilidade, extrapola a esfera econômica e passa a assumir também o papel de catalisador de mudanças capazes de promover o desenvolvimento social e de garantir uma melhoria da qualidade ambiental. E, à medida que externalidades provenientes da atuação empresarial podem se converter em oportunidades, o empreendedorismo sustentável constitui não só um novo conceito de condução dos negócios, mas também se configura em novo campo de pesquisa interdisciplinar, que representa uma alternativa de resposta às exigências de mudanças na postura das empresas quanto à exploração dos recursos e às suas interações com o seu entorno (BOSZCOWSKI E TEIXEIRA, 2012).

O conceito integrado de Parrish (2008), segundo o qual o empreendedorismo sustentável alia o crescimento econômico com a perspectiva de continuidade do homem no planeta, evidencia as três dimensões ou os três focos de atuação do empreendedor: econômico, social e ambiental, que, interrelacionados, produzem uma quarta dimensão: o fator sustentável. Assim, o empreendedor sustentável é o agente socioeconômico que promove a integração holística entre as três dimensões previamente citadas, de modo a criar ou reestruturar empresas lucrativas, que, em sua interação com os homens e com os sistemas ecológicos, contribuam para a sua preservação.

E, para que não se perca de vista a variável territorial, partindo-se do pressuposto de que os recursos produtivos estão territorializados, como destaca Raffestin (1993), cabe aqui retomar o conceito de desenvolvimento sugerido por Becker (2005) como alternativa para o

território da Amazônia, que contempla uma exploração de recursos orientada pelo conhecimento científico associado aos saberes locais e a uma dinâmica conservacionista que não exclui a geração de renda e a rentabilidade. Segundo a autora, a floresta só deixará de ser destruída se puder produzir valores econômicos capazes de competir com a madeira, a pecuária e a soja. Tal perspectiva vai ao encontro da sustentabilidade como fator de equilíbrio dinâmico entre aspectos econômico, social e ambiental, afastando-se de um preservacionismo radical e economicamente inócuo. Na abordagem de Becker (2004), trata-se de unir produtividade, competitividade, inovação, inclusão social e gestão ambiental, a partir de uma nova forma de apropriação e gestão do território.

Assim, ainda que se possam discutir sempre as intenções que sustentam as iniciativas sustentáveis, bem como seus reais impactos sobre os agentes de um determinado local – o que não configura a análise proposta nesta dissertação –, o empreendedorismo sustentável não se distancia muito da concepção de um território sustentável (como proposto por Becker), capaz de garantir alternativas de reantabilidade para os agentes econômicos, ao mesmo tempo em que cria condições para que se estabeleça uma exploração racional de recursos e a promoção da justiça social.

A presença constante das três dimensões da sustentabilidade nas diferentes abordagens teóricas do empreendedorismo sustentável sugere a necessidade de uma apresentação mais consistente de cada dimensão. No contexto do empreendedorismo sustentável, a dimensão econômica contempla o alcance da vantagem competitiva, enquanto a dimensão social trata da contribuição para a melhoria das condições de vida das pessoas, a partir da busca de soluções para problemas que as comunidades enfrentem ou venham a enfrentar. Por fim, a dimensão ambiental considera o uso dos recursos dos diferentes ecossistemas sem que estes venham a sofrer danos significativos ou mesmo irreparáveis (SACHS, 1994). Ainda no que se refere às três dimensões do empreendedorismo sustentável, Schlange (2006) destaca:

1. Dimensão econômica: busca de oportunidades e da melhor coordenação dos recursos, a fim de alavancar vantagens competitivas sem agredir o meio socioeconômico;
2. Dimensão social: integração da responsabilidade social nas operações do empreendimento e nos seus processos interativos com os *stakeholders* (acionistas, clientes, colaboradores e comunidades), considerando-se padrões de conduta ética e contribuições para o desenvolvimento de mercados e melhoria de vida das comunidades;

3. Dimensão ambiental: otimização no uso dos recursos potenciais dos ecossistemas, a partir do consumo responsável para fins socialmente válidos.

Schlange (2006) também apresenta um quadro que relaciona as dimensões acima a alguns indicadores considerados como pontos de análise na gestão da realidade operacional das empresas e que, em um aspecto específico, destaca a questão da inovação e, em quatro outros aspectos (que estão destacados em negrito e sombreados na tabela), remonta à interação entre empresa e território, indicando a configuração de vínculos que dificultam uma apropriação do território como moldura manipulável ou espaço vazio.

	Dimensões	Indicadores
Econômica	Compras/Aquisições	Usar materiais de fornecedores regionais.
	Persistência	Perspectiva clara para o desenvolvimento da empresa no longo prazo.
	Potencial de crescimento	Objetivos econômicos de crescimento, investimento e orientação para a inovação.
	Missão	A orientação sustentável é parte integrante do sistema de valores da empresa.
	Identificação	Colaboradores compartilham um entendimento comum sobre objetivos sustentáveis.
	Cooperação	Relacionamento de longa duração com parceiros locais e regionais.
Ecológica	Transporte	Uso de meios de transporte ecológico.
	Energia	Fontes alternativas de energia e uso eficiente da energia consumida.
	Resíduos	Minimizar a emissão de recursos, resíduos e dejetos.
	Emissões	Minimizar os níveis de emissão e promover a exclusão da toxicidade.
	Processo de produção	Gerenciamento ecológico dos processos de produção.
	Produto	Adoção de produtos com perspectiva ecológica para o seu ciclo de vida.
Social/Ética	Igualdade de direitos	Gênero e questões gerais. Postos de trabalho para deficientes.
	Participação	Gestão participativa e apoio às atividades da comunidade.
	Pessoal	Desenvolvimento das competências dos colaboradores e esquemas de recompensas.
	Lugar de trabalho	Oferecer condições seguras e programas de saúde para os empregados.
	Integração regional	Trocar experiências com atividades culturais da economia regional/local.
	Comunicação	Honestidade e transparência na comunicação das atividades do negócio.

Figura 2 - Dimensões e Indicadores de Gestão, segundo Schlange

Fonte: Schlange (2006, p.6 – traduzido e adaptado por JUNIOR, Amilton Soares Quintela, 2015)

O uso de materiais de fornecedores regionais, o relacionamento de longo prazo com parceiros locais, o apoio às atividades da comunidade e a troca de experiências em atividades culturais constituem, além de indicadores a serem considerados em um negócio sustentável – que busca equilibrar as dimensões econômica, social e ambiental – elementos que demonstram a dificuldade de compatibilizar uma postura de gestão sustentável com a

percepção de um espaço conceitualmente esvaziável. A questão não é apresentar o empreendedorismo sustentável como solução definitiva para o modelo de exploração intensiva que atualmente configura a maior parte dos empreendimentos econômicos, mas demonstrar que tal modelo apresenta características que ensejam um potencial de apropriação menos predatória do território, de modo que este seja visto como algo que vai além de uma mera moldura.

Além da tentativa de equilibrar três diferentes dimensões associadas aos impactos das atividades empresariais, como visto até aqui, o empreendedorismo sustentável também pretende otimizar as relações entre duas escalas temporais distintas: o curto e o longo prazo. Segundo Hart e Milstein (2003), a geração do chamado valor sustentável – prerrogativa para a longevidade da capacidade competitiva dos negócios – só se concretiza se os empreendedores e gestores considerarem aspectos relacionados ao curto prazo (hoje)¹⁵, somados aos aspectos que se relacionam com o longo prazo (amanhã), como o desenvolvimento de competências sustentáveis – tecnologias limpas – e a redução das desigualdades, por exemplo. A tensão vivenciada pelos empreendedores, definida pela necessidade de realizar objetivos econômicos de curto prazo ao mesmo tempo em que se constroem as bases para um crescimento futuro sustentável, é melhor trabalhada quando o foco do gestor está na inovação. A criação de valor sustentável está intimamente associada à capacidade das empresas de criar novos produtos e competências, destruindo criativamente os processos de hoje para encaminhar as transformações exigidas para o amanhã – Schumpeter concordaria com isso.

No exercício de manter o equilíbrio entre as três dimensões da sustentabilidade e também entre o curto e o longo prazo, os empreendimentos sustentáveis – como é possível notar com base em todas as abordagens teóricas até aqui apresentadas – relacionam-se diretamente ao aproveitamento de oportunidades de negócios com apelos econômico, social e ambiental. Nesse sentido, Parrish (2008) apresenta uma dinâmica de transformações do conceito de empreendedorismo sustentável diretamente ligada às motivações e às decisões de condução dos negócios por parte dos empreendedores. Assim, as iniciativas empreendedoras sustentáveis, em um primeiro momento, apresentam um direcionamento preponderantemente econômico: é o caso dos negócios convencionais que se aproveitam de falhas de mercado que geram externalidades negativas ou da aplicação da destruição criativa para criar ou remodelar negócios voltados para o desenvolvimento sustentável. Em um segundo momento, surgem

¹⁵ Tais como estratégias de redução da emissão de poluentes e da geração de resíduos, além do aumento da legitimidade corporativa a partir da integração dos públicos que se relacionam com a empresa – acionistas, consumidores, fornecedores e comunidades - na própria configuração de suas estratégias e seus padrões operacionais.

empreendimentos – ou os modelos iniciais se transformam – que passam a lucrar atuando em setores que exigem conduta social e ambientalmente responsável. E, em um terceiro momento, é possível verificar a atuação de empresas criadas com base em princípios responsáveis e com foco em promover o desenvolvimento sustentável. Neste último caso, o direcionamento preponderante se desloca do ganho econômico – que passa a ser visto como um meio – para a legítima busca de impactos positivos sobre a realidade social e ambiental. Corroborando as informações de Parrish, Mahler e Kearney (2007), ao avaliarem as práticas de sustentabilidade em indústrias de diversos segmentos e portes nos Estados Unidos, identificaram que 60% da amostra pesquisada adotam práticas sustentáveis e tem como principais motivações o fortalecimento da marca, diferenciação dos produtos e redução de custos, ou seja, vantagens sob o ponto de vista da competição econômica.

Hart e Milstein (2003) são autores que também se dedicam à investigação das iniciativas empreendedoras sustentáveis e, reconhecendo o fato de que as motivações para os negócios sustentáveis diferem entre gestores e empresas, afirmam que, em alguns casos, a sustentabilidade é assumida pelo empreendedor como uma espécie de mandato moral. Já em outras circunstâncias, não passa de uma exigência legal ou mesmo de um custo associado a certos negócios, uma espécie de mal necessário a fim de obter legitimidade. E a menor parte das empresas – ainda que representem uma minoria crescente – assume a sustentabilidade como uma oportunidade de negócios, capaz de – assim como identificado nos estudos de Mahler e Kearney (2007) – reduzir custos e promover diferenciação. Ainda segundo Hart e Milstein (2003), muitas empresas e empreendedores tem dificuldades em conciliar a sustentabilidade com a geração de valor para os acionistas. O imperativo da acumulação de lucros no curto prazo, para valorização e aumento da atratividade das ações dos empreendimentos, parece não dialogar muito bem com as exigências da sustentabilidade na condução dos negócios. Novamente, impõe-se a necessidade da dinâmica de equilíbrio entre variáveis econômicas, sociais e ambientais, que os autores afirmam só se tornar possível a partir de outra dinâmica de equilíbrio: a dos resultados no curto e longo prazo. Só é possível associar a sustentabilidade à geração contínua de valor para os acionistas, se os empreendedores passam a tomar como referência não só o resultado imediato das suas decisões e ações, mas, principalmente, seus impactos no planejamento de longo prazo do seu negócio. Desse modo, é possível, com base na inovação, criar o chamado valor sustentável, que não só garantirá resultados para os acionistas, mas também impactos positivos nos meios social e ambiental.

Também analisando os diferentes tipos de iniciativas empreendedoras, Andrea Larson (2000), entusiasta da inovação sustentável como algo que vai além de um modelo de negócios, representando, na verdade, uma força emergente fundamental para a mudança da sociedade, a partir da transformação tecnológica e das oportunidades empreendedoras associadas à destruição criativa de Schumpeter, reforça o cenário de ascensão dos princípios de sustentabilidade a partir dos anos de 1970 – com ênfase nos anos de 1990 –, quando as empresas – ou pelo menos parte delas – começam a direcionar esforços para ações de responsabilidade social e ambiental. E, diante desse cenário, a autora preconiza 3 tipos de iniciativas empreendedoras: a primeira toma as regulamentações e exigências legais como os catalisadores de ações sustentáveis; a segunda está associada à performance ambiental, quando empresas voluntariamente adotam medidas capazes de minimizar ou mesmo evitar os impactos de danos ambientais oriundos de suas atividades; e a terceira se baseia em uma visão responsável da utilização de recursos, de modo a incorporar considerações sociais e ecológicas nos processos de gestão estratégica dos negócios.

Independente das motivações ou dos tipos de iniciativas empreendedoras que conduzem os negócios a um viés de responsabilidade socioambiental, o empreendedorismo sustentável associa-se à exploração econômica de oportunidades derivadas das falhas de mercado (externalidades negativas) – e aqui são retomados os conceitos de falhas de mercado da teoria econômica – diretamente relacionadas à sustentabilidade (DEAN E MCMULLEN, 2007)¹⁶. De qualquer forma, fica claro que os autores tratam a sustentabilidade e a sua inserção no contexto empreendedor como alternativa estratégica para a condução das empresas em uma perspectiva que visa combinar o curto e o longo prazo, mitigando efeitos da exploração intensiva de recursos ou criando novas possibilidades de produtos e processos social e ambientalmente responsáveis. Para tanto, Boszowski e Teixeira (2012) destacam que o reconhecimento de oportunidades sustentáveis passa por um processo de três fases: primeiro, a oportunidade, sob a forma de problema social ou ambiental, deve ser percebida como tal pelo empreendedor; em um segundo momento, cabe ao empreendedor identificar os meios de criar, com base na geração de valor econômico e ferramentas de gestão, valores sociais e ambientais atrelados à oportunidade; e, por último, o empreendedor deve relacionar a oportunidade e os meios de geração de valor em um único objeto coerente.

¹⁶ Larson (2000), por exemplo, considera que a inovação sustentável tem o potencial de gerar novos produtos e processos que desafiam as práticas existentes e a capacidade de explorar as ineficiências de mercado. Reinhardt (1999) argumenta que a integração das preocupações ambientais e sociais no mundo dos negócios pode funcionar como uma vantagem competitiva.

Autores como Shrivastava (1996) e Hawken (1994), que discutem combinações bem sucedidas entre gestão da qualidade, gestão ambiental, redução de custos, diferenciação e estratégias de segmentos e nichos de mercado. Assim, é possível notar que a sustentabilidade passa a se infiltrar no contexto da gestão de negócios, sobretudo no caso daqueles negócios que visam a minimizar ou corrigir externalidades negativas da ação empresarial ou promover mudanças tecnológicas e inovações que podem estimular o desenvolvimento sustentável. Como afirmam Hart e Milstein (2003), tecnologias emergentes podem prover soluções que causam rupturas – mudanças drásticas, como na teoria da destruição criativa de Schumpeter – nos atuais modelos de geração de energia e nas indústrias cujos processos produtivos se baseiam na exploração intensiva de insumos. A genética, a biotecnologia e a tecnologia da informação são exemplos de áreas de conhecimento que detém o potencial de reduzir significativamente os impactos da ação do homem no planeta.

As falhas de mercado (ou externalidades negativas) ligadas à sustentabilidade, ou que a ameaçam, tais como os problemas gerados pelo consumo intensivo de insumos, geração em grande escala de lixo e a poluição, acabam por criar oportunidades para que as empresas desenvolvam novos métodos de gestão e de operação que sejam social e ecologicamente eficientes. E esse movimento pode significar não só a possibilidade de redução de custos, a partir da remodelagem otimizada dos processos produtivos, mas também de geração de lucros. As empresas podem, por exemplo, transformar o lixo e os resíduos de uma operação em *inputs* (entradas) para outra operação. E talvez os exemplos mais claros de inovações tecnológicas sustentáveis estejam no desenvolvimento de sistemas de exploração de fontes alternativas de energia, como a solar e a eólica. E as externalidades negativas da ação empresarial não se manifestam apenas no contexto de impacto sobre o meio ambiente. Há também a dimensão social e, nesse caso, as desigualdades entre ricos e pobres, a existência de mercados cujas necessidades não se encontram totalmente atendidas e mesmo as carências de bens e serviços dos grupos que ocupam a base da pirâmide econômica, acabam por representar oportunidades para empresas, que podem fazer da exploração de novos mercados ou da satisfação de necessidades parcial ou totalmente não atendidas um caminho alternativo de crescimento (HART e MILSTEIN, 2003). É interessante – se não até irônico – notar como o setor privado, o mais arraigado em práticas que vão de encontro aos princípios da sustentabilidade, sobretudo quando se consideram o acúmulo de lucros no curto prazo e a exploração intensiva de recursos, é também aquele que, segundo Almeida (2007), constitui o maior responsável pelos rumos da humanidade, uma vez que concentra a maior fatia de poder do mundo moderno e reúne recursos, disciplina e técnicas capazes de promover diretamente a

transformação nos padrões de consumo e desenvolvimento que se fazem necessárias no contexto atual de conservação de recursos.

A perspectiva de exploração de oportunidades que derivam de externalidades negativas também aparece nas análises de Cohen e Winn (2007), que reforçam a existência de imperfeições nas relações dissimétricas de mercado e a possibilidade de geração de oportunidades empreendedoras que são percebidas, descobertas ou mesmo criadas por agentes de mudança capazes de explorar e converter tais oportunidades em geração de valor financeiro, ao mesmo tempo em que contribuem para a própria sustentabilidade de um ambiente competitivo que não é constituído apenas por informação e capital, mas também por grupos sociais e pelo meio ambiente.

Em um estudo realizado com empresas do Rio Grande do Sul, Cavalcanti e Teixeira (2013) buscaram analisar as motivações dos empreendedores no desenvolvimento de ações sustentáveis e, corroborando os argumentos de Dalmoro (2009), identificaram que, no âmbito corporativo, a sustentabilidade realmente se associa a oportunidades de negócios. Na maioria dos casos, a criação de valor sustentável tem motivação econômica, na medida em que a mitigação de uma externalidade negativa pode se converter em novo produto ou nova tecnologia produtiva, e a adesão a princípios de responsabilidade social e ambiental pode se converter em vantagem competitiva. De uma forma ou de outra, há possibilidade de ganho financeiro. Entretanto, as pesquisadoras também descobriram que, mesmo em minoria, há empreendedores que priorizam as dimensões social e ambiental e que assumem a criação de valor sustentável como prerrogativa dos seus negócios, até em função da consciência da necessidade de legitimação de seus processos operacionais junto aos públicos com quem mantem contato – inseridos em contextos espaciais específicos: as comunidades –, o que denota uma orientação corporativa voltada ao desenvolvimento de longo prazo e não só à acumulação de lucros no curto prazo¹⁷.

De modo geral, as diferentes correntes teóricas do empreendedorismo sustentável postulam que as falhas de mercado suscitam externalidades e ineficiências que culminam em problemas sociais e ambientais – uma versão direcionada das falhas de mercado e da distribuição dissimétrica de informações postuladas na teoria econômica. Acontece que tais falhas ou imperfeições também implicam em oportunidades de negócios e possibilidades de ganhos econômicos para os empreendedores capazes de promover mudanças nos padrões tecnológicos vigentes (COHEN e WINN, 2007). Desse modo, as soluções para problemas

¹⁷ Análise semelhante já havia sido apresentada anteriormente, quando foram destacados os estudos de Parrish (2008) quanto às transformações do empreendedorismo sustentável e motivações dos empreendedores.

ambientais e sociais podem ser consideradas oportunidades de desenvolvimento de negócios sustentáveis (BOSZCZOWSKI e TEIXEIRA, 2009). Fica claro, portanto, que, enquanto a análise do empreendedorismo direciona o seu foco para a inovação e se concentra no indivíduo empreendedor e no processo de identificação e exploração de novas oportunidades de negócios, o empreendedorismo sustentável acrescenta aos elementos anteriores a preocupação com o desenvolvimento sustentável das sociedades e seus ecossistemas (LUMLEY E ARMSTRONG, 2004).

Segundo Schlange (2007), os empreendedores sustentáveis concebem os seus empreendimentos como parte de um contexto social amplo e buscam contribuir para uma melhoria geral dos padrões de vida da sociedade. Assim, é possível atender as necessidades dos diferentes públicos que hoje se relacionam com a empresa e ainda garantir o atendimento das necessidades dos públicos futuros. Desse modo, seja mitigando impactos negativos das ações corporativas ou buscando alternativas e explorando novas oportunidades de desenvolvimento que abarquem soluções para problemas sociais e ambientais, o empreendedorismo sustentável, a partir da preocupação de geração de valor não só sob o ponto de vista econômico e não só voltado para a maximização de lucros no curto prazo, reúne características que podem, potencialmente, promover mudanças nas relações entre eventos e territórios.

Ainda que isso não possa ser identificado como uma questão central no escopo de análise dos estudiosos que tratam do empreendedorismo sustentável, fica claro que as transformações que tal postura de gestão impõe às relações entre empresas e ambiente competitivo tornam os laços entre eventos e territórios um pouco mais estreitos, de modo que se torna um tanto incoerente pensar nesses últimos (os territórios) como uma moldura manipulável, um mero espaço conceitualmente esvaziável e preenchível.

Como visto anteriormente, ainda que muitos autores já se dediquem ao tema, ainda há um número limitado de trabalhos que tratam exclusivamente do empreendedorismo sustentável. E como afirmam Borges (*et. al.*, 2013), o aspecto recente dos estudos direcionados ao empreendedorismo sustentável pode produzir áreas de pesquisa ainda inexploradas, tais como a análise direta das relações entre o empreendedorismo sustentável e o território, por exemplo. Nesse sentido, uma abordagem teórica que serve de subsídio para esta dissertação é a do território sustentável, proposto por Becker (2005), que conecta o desenvolvimento à inovação técnico-científica e busca equilibrar geração de renda, justiça social e conservação ambiental, a partir de uma gestão holística, que considere como variáveis relevantes as dinâmicas e saberes locais.

O empreendedorismo sustentável, ao buscar o equilíbrio entre os aspectos econômico, social e ambiental, e assumir uma perspectiva de gestão que integra ações de curto e longo prazo, assim como no modelo de território sustentável de Becker, preconiza a necessidade de associar fatores endógenos (próprios do território) e exógenos (aplicados ao território) para promover uma relação menos predatória entre os modelos organizacionais e a exploração dos recursos. Nesse sentido, os modelos de cooperação entre firmas e os arranjos produtivos de base territorial também podem constituir objeto interessante de análise, na tentativa de demonstrar que ações empreendedoras com características específicas apresentam indícios potenciais que podem vir a configurá-las como uma via alternativa de percepção do território, que, ao invés de constituir um espaço conceitualmente vazio, pode vir a ser considerado como variável chave na escolha e condução de estratégias corporativas.

5 EMPREENDEDORISMO SUSTENTÁVEL E TERRITÓRIO

Como apresentado no final do capítulo anterior, as relações entre empreendedorismo sustentável e território não parecem – pelo menos ainda – constituir questão central no escopo de análise dos estudiosos que abordam a ação empreendedora sobre o prisma da sustentabilidade, e tais relações podem muito bem constituir uma das lacunas apontadas por Borges (*et. al.*, 2013) como áreas de pesquisa ainda não exploradas sobre o empreendedorismo e seus impactos no ambiente competitivo das organizações. Por outro lado, fica claro que os diferentes conceitos e modelos de negócios associados ao empreendedorismo sustentável, em sua abordagem multidimensional que inclui desenvolvimento econômico, justiça social e responsabilidade ambiental, podem dificultar o arrefecimento dos laços entre fenômenos e territórios, o estabelecimento de relações formais e hierarquizadas e, como consequência, a concepção de um espaço vazio – como preconiza o capitalismo de exploração intensiva de recursos.

Quando abarca, como no modelo de Schlange (2006), a preocupação com o uso de materiais de fornecedores regionais, o estabelecimento de parcerias locais de longo prazo e a gestão participativa de empresas que apóiam as comunidades, o empreendedorismo sustentável demonstra indícios de que a sua aplicação pode promover – ao invés do arrefecimento – o estreitamento dos laços entre eventos e territórios, de modo que se torna um tanto incoerente pensar no espaço como uma simples moldura manipulável. Em alguns casos, inclusive – como será visto adiante –, as conexões dos empreendimentos entre si (parcerias) e dos empreendimentos com um território específico tornam-se as bases de todo um modelo de gestão e desenvolvimento organizacional, como acontece nos arranjos produtivos locais (APLs). Assim, os modelos de cooperação entre firmas e os arranjos produtivos de base territorial podem constituir objetos promissores de análise para o estudo das relações entre o empreendedorismo sustentável e o território.

Antes, entretanto, de analisar com maior profundidade as características dos APLs – em suas diferentes configurações –, além de outras iniciativas empreendedoras (em diferentes escalas, segmentos de mercado e para empresas de diferentes portes) que demonstram as relações entre modelos de negócios sustentáveis e seus territórios, é imperativo esclarecer que a presente dissertação não intenciona preencher completamente a lacuna de pesquisa que trata dos impactos de uma gestão empreendedora sustentável sobre o território – o que seria demasiado pretensioso e até mesmo contraproducente. A intenção aqui é aproximar esses dois

elementos de análise – empreendedorismo e território –, demonstrando, com base na coleta e tratamento de informações pertencentes a correntes teóricas que já se debruçam sobre os temas, indícios de que o empreendedorismo sustentável pode vir a se constituir em uma alternativa teórica (sob o ponto de vista da abordagem científica) e prática (sob o ponto de vista da aplicação de modelos de gestão e condução de negócios) para o conceito de espaço conceitualmente vazio proposto por Robert David Sack. Uma vez identificados indícios de que o empreendedorismo sustentável reúne características capazes de promover uma apropriação mais consciente do território, novas pesquisas devem avaliar até que ponto tais indícios podem realmente ser convertidos em benefícios sociais e ambientais, e até que ponto beneficiam todos os agentes envolvidos nas relações de mercado. Por enquanto, para suscitar o início de uma discussão que busca aproximar território e empreendedorismo, esta dissertação concentra-se na identificação de fatores associados ao empreendedorismo sustentável que podem dificultar a lógica de dissociação entre eventos e lugares.

Para tanto, tomando como referência um empreendedorismo sustentável que constitui modelo de condução de decisões e ações organizacionais que prima pelo planejamento e implantação de estratégias capazes de gerar valor e promover o crescimento econômico (SCHUMPETER, 1997), ao mesmo tempo em que busca a racionalização no uso dos recursos materiais e insumos produtivos, visando à promoção do bem-estar social e preservação do meio ambiente (SACHS, 1994), é possível notar que as perspectivas ambiental e social das ações empreendedoras sustentáveis, como visto anteriormente, tratam do aproveitamento de oportunidades de negócios que surgem a partir das externalidades negativas do atual modelo de produção capitalista, e não só garantem a possibilidade de lucros (perspectiva econômica), como estendem a geração de valor e a legitimidade das corporações para o longo prazo.

Sob o ponto de vista ambiental, podem ser elencadas oportunidades de negócio como a produção de alimentos orgânicos, o desenvolvimento de fontes alternativas de energia, reciclagem de resíduos pós-consumo e artesanato natural, por exemplo (HOLT, 2011). No nicho de negócios sociais, podem ser destacadas oportunidades em produtos e serviços de saúde, educação, microcrédito e disponibilização de serviços para a base da pirâmide econômica, como, por exemplo, a oferta de telefonia para grupos de consumidores mais pobres (HOCKERTS e WUSTENHAGEN, 2010).

É interessante notar que, qualquer um dos negócios acima listados não parece combinar bem como uma lógica de percepção do território como espaço vazio, a ser explorado de maneira intensiva e onde todo o aparato produtivo pode ser inserido, arranjado,

rearranjado e retirado em função de estratégias transitórias, que privilegiam o acúmulo de resultados financeiros no curto prazo. Produzir alimentos orgânicos, por exemplo, requer uma relação muito mais harmoniosa e racional entre o produtor e as áreas de cultivo. Reciclar resíduos e utilizá-los como entradas em novos processos produtivos não só promove o consumo mais moderado de recursos como possibilita uma maior ligação entre as empresas e as comunidades em que elas estão instaladas, não só sob o ponto de vista da geração de atividades ligadas aos processos de reciclagem, que se transformam em alternativas de trabalho para o público local, mas também da expectativa de uma permanência de longo prazo das instalações produtivas em um determinado território.

Além disso, quando um empreendedor decide investir na reciclagem como modelo de negócio ou decide, de alguma forma, substituir um ou mais insumos produtivos, a fim de promover o consumo mais racional e menos intensivo de determinados recursos, ele acaba por afetar a lógica de dissociação entre eventos e territórios. Afinal, se tal lógica se impusesse, o território seria apenas uma moldura manipulável e, quando esta estivesse destituída dos recursos que a tornam atrativa, o caminho natural seria simplesmente abandoná-la.

A prorrogação do elo produtivo de um empreendimento e do território em que o mesmo se encontra acaba por fortalecer as relações entre eventos e lugares. E em momento algum há aqui a defesa de que as condutas corporativas responsáveis – apresentadas como exemplos nesta pesquisa – sejam simplesmente o fruto de uma ideário de sustentabilidade que se afasta do propósito econômico de lucratividade, ou mesmo constituam um corpo de ações capazes de produzir unicamente benefícios aos agentes das relações de mercado, ou que não venham a configurar, de alguma forma, contrapartidas muito mais fortes no discurso do que na prática operacional, como tentativa de angariar legitimidade e credibilidade. Entretanto, a questão que se procura destacar aqui é que um grupo específico de empresas e de empreendedores passa a perceber que, explorar oportunidades e desenvolver novas capacidades em mercados sustentáveis pode ser a chave para a manutenção e intensificação da sua própria competitividade (LARSON, 2000). Esse mesmo grupo passa a compreender, também, que a exploração intensiva de recursos de um território tido como mera moldura, leva, obviamente, à própria exaustão da atividade produtiva, ao esgotamento dos recursos e a um potencial incremento de desigualdades sociais que podem, em última instância, impedir a renovação ou abertura de novos mercados consumidores.

Segundo Larson (2000), é um equívoco da maior parte das empresas assumir que os mercados ditos pobres não apresentam oportunidades valiosas. Ao investir no desenvolvimento de mercados carentes, que apresentam uma série de necessidades ainda

insatisfeitas e não reúnem recursos ou outros elementos atrativos para a exploração imediata, as corporações não só garantem a renovação da demanda de seus produtos e serviços em períodos futuros, mas também estreitam sua relação com o território, na medida em que buscam fortalecer o seu ambiente de atuação, garantindo, por exemplo, o acesso ao crédito para empreendedores locais, cujas raízes se encontram no próprio território.

E se o artesanato pode constituir uma alternativa de negócio sustentável, é válido lembrar que essa atividade tem forte carga cultural, relacionada às experiências das pessoas que habitam um determinado território. Para Werbach (2010), por exemplo, a dimensão cultural deveria ser acrescentada aos componentes do *triple bottom line* (dimensões econômica, ambiental e social), para identificar empreendimentos por meio dos quais as comunidades podem manifestar suas identidades e reforçar as tradições que passam de geração para geração. E, nesse sentido, considerando ações empreendedoras que abarcam o componente cultural, é inviável pensar em uma postura de organização do trabalho que passe pela consideração do território como uma simples moldura onde eventos, experiências e relações se conectam contingencialmente e de maneira efêmera com o espaço.

É importante deixar claro que a questão aqui não é o aprofundamento da discussão sobre intenções ou motivações para as iniciativas empreendedoras. Se as ações empreendedoras sustentáveis são apenas meios para ampliação de lucros – ou para garantia da rentabilidade no longo prazo – ou constituem o objetivo final que se concretiza pelas transformações ambientais e sociais que podem produzir, a verdade é que, em ambos os casos, os fatos apontam para um cenário em que uma conduta pautada na geração de valor sustentável pode tornar as relações entre empresas e territórios mais estreitas, sendo que estes últimos, não mais considerados molduras manipuláveis, passam a ser considerados como elementos representativos nos processos decisórios das organizações e empreendimentos.

Quando a sustentabilidade é considerada e o território passa a fazer parte da pauta das decisões corporativas ou dos empreendedores, as relações não podem mais ser absolutamente hierárquicas e impessoais. Outras variáveis entram na equação e, ainda que seja para preservar a possibilidade da reprodução do lucro em períodos futuros, o impacto da ação dos empreendimentos sobre o espaço passa a ser mediada de maneira mais racional; e o próprio espaço torna-se menos vazio, descartável ou manipulável. Portanto, a partir do momento em que o território possui elementos – econômicos, ambientais e sociais – relevantes na configuração das estratégias dos agentes empresariais que colocam em prática sua territorialidade, e a abordagem das ações não considera apenas o curto prazo, o espaço pode vir a ser percebido sob uma perspectiva que não seja a da moldura esvaziável.

Segundo Sack (1986), a territorialidade é uma “forma de comportamento espacial”, uma tentativa de afetar e influenciar pessoas, coisas e relações; e o uso da territorialidade depende de quem está influenciando quem e em que circunstâncias. Segundo o mesmo autor, nas circunstâncias de consolidação e expansão do modelo capitalista, intensificam-se os efeitos territoriais da burocracia impessoal e do espaço conceitualmente vazio, juntamente com a manifestação territorial de uma estratégia de exploração intensiva de recursos e de geração de lucros no curto prazo. Acontece que a sustentabilidade – e o empreendedorismo sustentável, de acordo com os conceitos apresentados até aqui – questionam os impactos de tal postura estratégica e suscitam a busca e análise de modelos alternativos de apropriação e utilização do espaço. Afinal, como preconiza o Milton Santos (2006, p.10): “o lugar tem importância”. E o mesmo autor alerta para o perigo da ausência de uma literatura que seja capaz de explicar, de maneira consistente, o “papel do lugar e do espaço no processo social”.

Tão obtuso quanto negligenciar o espaço, talvez seja analisá-lo como se ele não estivesse diretamente relacionado com a técnica – em seus processos de constituição e transformação. Raffestin (1993, p. 158) afirma que é através da técnica que o homem se apropria do espaço, a partir do próprio espaço – “produto e meio de produção”. O autor afirma ainda que a tecnicidade é um “apêndice da territorialidade”. Assim, ao analisar os processos de organização do trabalho, atualmente marcados por meios de produção impregnados de uma técnica informacional e científica, não se pode desconsiderar seus impactos territoriais ou a influência dos territórios em seu desenvolvimento.

O lugar conta. E não um lugar reduzido a moldura conceitualmente vazia e manipulável, mas um lugar que se manifesta como moldura complexa, onde grupos e indivíduos estão inseridos e interagem. Onde o espaço e o comportamento apresentam interconexões, através das quais se identifica a territorialidade – na visão de Sack (1986) –, utilizada por atores sintagmáticos (Raffestin, 1993), que produzem e organizam o espaço segundo suas estratégias. No caso dos atores empresariais, a produção dos recursos exige o controle do que Raffestin (1993, p. 22) chama de “uma porção do quadro espaço-temporal”, tomado e regulado privatisticamente com base em normas que, muitas vezes, são indiferentes ao contexto no qual se inserem (MILTON SANTOS, 2006) e manipulam tal contexto segundo seus interesses, em um processo dissimétrico de exploração dos recursos que sacrifica e substitui o planejamento de longo alcance pela geração instantânea de lucros (SACK, 1986).

A grande questão é que essa territorialidade dissimétrica na exploração dos recursos gerou externalidades que, em função do seu acúmulo em termos de volume e de impacto, não podem mais ser varridas para debaixo do tapete. A saturação dos mercados desenvolvidos, a

distância cada vez maior entre ricos e pobres e os elevados níveis de degradação ambiental, como apontam Hart e Milstein (2003), são efeitos que, em um mundo interconectado, assumem uma escala global e parecem sugerir que o mundo está perdendo o controle sobre o seu próprio destino. Como afirma Raffestin (1993, p.258), estamos diante de “relações dissimétricas cada vez mais insuportáveis”, que afetam “populações inteiras dentro de quadros espaço-temporais”. Relações que só poderão ser transformadas com base em novos modelos de cooperação.

Como visto no capítulo anterior, o caminho da sustentabilidade e da valorização do território como elemento chave nas decisões e ações empresariais está baseado no equilíbrio, ou melhor, na gestão equilibrada dos elementos econômicos, sociais e ambientais, assim como das perspectivas de curto e longo prazo. Para que o território deixe de ser encarado como espaço conceitualmente vazio, ou mero instrumento de arranjo e rearranjo de recursos – como se o próprio território fosse mais um recurso manipulável –, é preciso reforçar os laços entre fenômenos e lugares, e, nesse sentido, empreendedores e empresas precisam considerar a multidimensionalidade dos impactos de seus negócios – como na abordagem das teorias integradoras sobre o empreendedorismo, apresentadas no capítulo 4 desta dissertação, notadamente a teoria das redes e da legitimidade. Para tanto, é necessário que os modelos de condução estratégica dos negócios comecem a se desvencilhar da exploração intensiva de recursos e da maximização de resultados no curto prazo, aproximando-se de uma perspectiva que considere uma maior gama de variáveis e os impactos presentes e futuros das decisões e ações implementadas.

A gestão que se pretende sustentável – ou voltada para a geração de valor sustentável –, capaz, inclusive, de considerar o território e os seus elementos constitutivos como variáveis chave na definição de estratégias, deve se aproximar de características como as do modelo proposto por Hart e Milstein (2003), segundo o qual a administração das empresas deve ser guiada por quatro conjuntos de direcionadores, capazes de promover a conciliação entre a sustentabilidade e a geração de valor econômico, tarefa que ainda parece muito árdua para a maior parte dos gestores, que subestimam as oportunidades associadas a uma conduta social e ambientalmente responsável.

O primeiro dos quatro conjuntos de direcionadores da gestão empresarial, em um modelo que considera as perspectivas internas (estruturas, recursos e processos) e externas (ambiente competitivo) das empresas, bem como o curto prazo (hoje) e o longo prazo (amanhã), diz respeito à eficiência na exploração de recursos e prevenção da poluição. O segundo conjunto de direcionadores trata da interconexão e integração da sociedade civil nos

processos organizacionais. O terceiro conjunto destaca as tecnologias emergentes que apresentam potencial para provocar rupturas nas atuais dinâmicas de consumo de energia e de exploração intensiva de recursos. E o quarto e último conjunto de direcionadores relaciona-se ao aumento da população, da pobreza e da inequidade na distribuição de recursos, características que levam à constituição de mercados que possuem necessidades ainda não atendidas e que, na visão voltada para acumulação de lucros no curto prazo, não apresentam atrativos econômicos, enquanto na visão sustentável, representam oportunidades de negócios com tendência de crescimento e futuras recompensas para as empresas dispostas a atendê-los.

Adotando um modelo de gestão empresarial capaz de reunir a aplicação dos quatro conjuntos de direcionadores, as organizações, segundo os autores, tornam-se capazes de criar valor para os seus acionistas – ou para os beneficiários do empreendimento – ao mesmo tempo em que assumem uma conduta sustentável, diretamente ligada à sua capacidade de destruir criativamente – como na concepção de Schumpeter (1997) – suas capacidades atuais em benefício das inovações exigidas no futuro.

O fato de que algumas empresas e modelos de condução de negócios possam ser enquadrados em qualquer um dos quatro conjuntos de direcionadores de Hart e Milstein não significa dizer que essas empresas ou modelos apresentam uma abordagem alternativa a do espaço conceitualmente vazio. Como destacado anteriormente, condutas sustentáveis não significam, necessariamente, uma reformulação dos conceitos de gestão de de apropriação de recursos. Entretanto, os diferentes exemplos de ações sustentáveis, desenvolvidas por obrigação legal, pela tentativa de ampliar lucros e níveis de competitividade, pela necessidade de angariar legitimidade, ou mesmo por uma consciência legítima do papel social ou ambiental das organizações, acabam por produzir impactos que, pelo menos conceitualmente, vão de encontro ao arrefecimento dos laços entre pessoas, eventos e lugares.

Assim, o que se pretende avaliar, a partir do modelo de quadrantes de Hart e Milstein (e de outros exemplos a serem apresentados neste capítulo), são os indícios que demonstram que o empreendedorismo sustentável reúne condutas e direcionamentos de gestão que dificultam a dissociação entre os elementos territoriais e o próprio território. De modo que se abra um caminho de discussão teórica sobre as relações entre o empreendedorismo e o território, que se ainda não puder ser apropriado pelas organizações em toda a sua complexidade de relações, seja, pelo menos, percebido como menos vazio ou menos manipulável.

Para uma melhor compreensão do modelo de Hart e Milstein, segue a matriz que relaciona os conjuntos de direcionadores empresariais às perspectivas internas e externas, de curto e longo prazo.

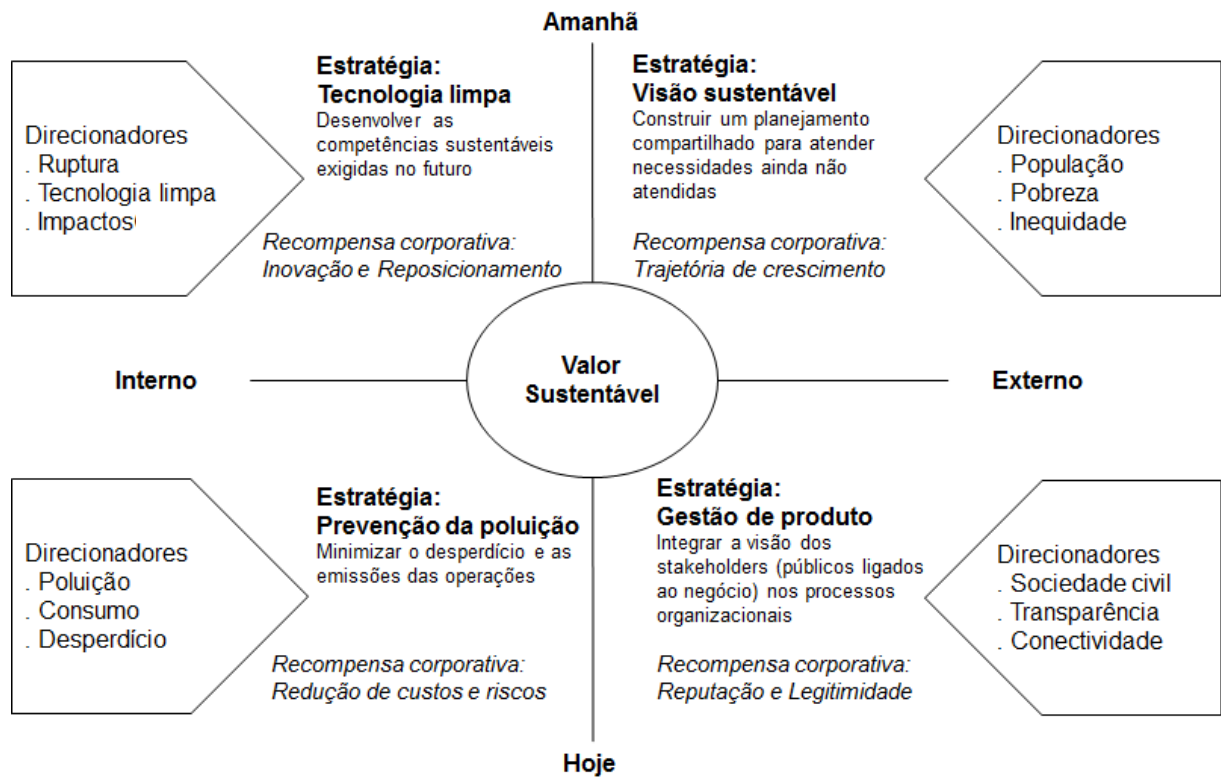


Figura 3 - Quadro do valor sustentável no modelo de Hart e Milstein

Fonte: Hart e Milstein (2003, p.60 – traduzido e adaptado por JUNIOR, Amilton Soares Quintela, 2015)

Em uma perspectiva interna, no curto prazo (hoje), a gestão sustentável tem na racionalização da utilização dos recursos e na prevenção da poluição ações prioritárias, relacionadas a práticas de controle dos desperdícios e da emissão de poluentes; enquanto no longo prazo (amanhã), o foco está direcionado à inovação e às rupturas tecnológicas capazes de produzir energia limpa e outras competências sustentáveis, com destaques para soluções nos campos da genética, bioquímica e tecnologia da informação. No curto prazo, as empresas são recompensadas com a redução de custos e dos riscos das suas atividades, enquanto no longo prazo, surgem ganhos em termos de inovação e reposicionamento estratégico dos negócios (HART E MILSTEIN, 2003).

Ainda que didaticamente bem estruturado, o modelo de Hart e Milstein, quando avaliado apenas sob a perspectiva do direcionamento das ações empresariais, pode parecer um

tanto abstrato e deixar dúvidas sobre os seus desdobramentos práticos. Mas, quando alguns exemplos são associados aos direcionadores da conduta empresarial sustentável, a relação entre o modelo e as ações organizacionais concretas torna-se mais clara. Nesse sentido, no que se refere à exploração racional dos recursos e prevenção da poluição ou ao desenvolvimento de novas alternativas tecnológicas de geração de energia, podem-se citar os exemplos de gigantes globais, como a 3M, Shell, Toyota e Honda; ou os exemplos de companhias de menor porte, como a Collins e Aikman e a Walden Paddlers.

A 3M, que se autodefine como “uma companhia global que apresenta soluções inovadoras para as necessidades do dia-a-dia”¹⁸, desenvolveu um programa de reorientação de suas condutas e processos organizacionais batizado de *Pollution Prevention Pays*¹⁹ (3P), que, entre 1975 e 1990 já havia reduzido em 50% os níveis de emissões de poluentes gerados pelas operações da empresa e gerado uma economia de mais de 500 milhões de dólares com base na substituição de matérias-primas, definição e cumprimento de normas e regulamentos internos e descarte seletivo de materiais. Na direção do desenvolvimento das chamadas tecnologias limpas, em uma tentativa de se reposicionar para explorar oportunidades em mercados futuros, a Shell vem alocando investimentos em pesquisas sobre energia solar e eólica, enquanto a Toyota e a Honda já entraram no mercado dos sistemas híbridos para veículos, que combinam motores de combustão interna com motores elétricos, a fim de ampliar a eficiência da máquina ao mesmo tempo em que se reduz o consumo de combustível (HART E MILSTEIN, 2003).

Outra gigante global que exemplifica o processo de destruição criativa e de inovação – essência do empreendedorismo e exigência da sustentabilidade, segundo conceito adotado para esta dissertação – é a DuPont, que no final dos anos de 1800 passou pela sua primeira grande transformação, deixando de produzir pólvora e explosivos e passando a atuar no segmento das companhias químicas, com especialização na fabricação de materiais sintéticos a partir de derivados do petróleo. Segundo Hart e Milstein (2003), tal mudança garantiu à DuPont um século de sucesso na comercialização de campeões de vendas como nylon, lycra e teflon; até que, no final da década de 1990, veio o segundo processo de transformação, marcado por critérios de responsabilidade social, quando a DuPont passou de uma companhia petroquímica para uma empresa de exploração e desenvolvimento de recursos renováveis, com foco em uma estratégia de crescimento sustentável. Para tanto, a DuPont investiu mais de 15 bilhões de dólares em biotecnologia para substituir os derivados de petróleo nos seus

¹⁸ http://solutions.3m.com.br/wps/portal/3M/pt_BR/about-3M/information/

¹⁹ Prevenção à Poluição se Paga

processos operacionais, reduzir a emissão de gases que provocam o efeito estufa e utilizar fontes renováveis de energia, como as células de combustível²⁰.

E é claro que ter à sua disposição a estrutura e os recursos típicos da realidade de um competidor em escala global pode ser muito útil quando uma empresa pretende enveredar pelo caminho da sustentabilidade, que, geralmente, exige significativos investimentos tecnológicos. Mas as condutas social e ambientalmente responsáveis não são privilégio das grandes corporações, e ações de gestão que buscam equilibrar os impactos das operações organizacionais no curto e longo prazo também podem ser identificadas em empresas de médio porte ou mesmo em projetos que, antes de se transformarem em negócios consolidados e experimentarem algum crescimento econômico, já consideram variáveis relacionadas à sustentabilidade e buscam diluir o ônus do investimento em novas tecnologias com base na formação de uma rede de parceiros especializados.

Enquanto a Collins e Aikman, empresa especializada em revestimentos para escritórios, aplica recursos da tecnologia ecológica para converter carpetes antigos e as sobras de PVC pós-industrial – um tipo de plástico largamente usado em diferentes setores da construção civil e também como material de embalagens – em novos carpetes para diferentes linhas de produtos (Hart e Milstein, 2003), a Walden Paddlers é o exemplo de que a inovação e os princípios da sustentabilidade podem se fazer presentes na própria concepção de novos negócios, que já nascem ambientalmente responsáveis. A Walden Paddlers, vencedora do prêmio de Destaque em Inovação Produtiva da *National Recycling Coalition*²¹ em 1997, associou inovação e sustentabilidade para explorar uma ineficiência de mercado – dinâmica semelhante àquela apontada no capítulo 4, quando se discutiu a exploração das falhas de mercado ou externalidades negativas pelos empreendedores sustentáveis – e produzir caiaques recreativos mais baratos e ambientalmente responsáveis (LARSON, 2000).

Paul Farrow, o empreendedor responsável pela criação da Walden Paddlers, identificou a oportunidade de desenvolver, para pessoas que usam caiaques com fins recreativos, um produto 100% fabricado a partir de plásticos recicláveis, com um menor custo e o mesmo desempenho dos caiaques tradicionais. Mesmo depois de ter sido informado de que não havia nenhum tipo de precedente tecnológico que indicasse a possibilidade de tal processo produtivo, Farrow mobilizou recursos, estabeleceu e gerenciou uma rede de

²⁰ Composto eletroquímico de operação contínua que converte energia química em energia elétrica a partir da combinação de um átomo de oxigênio com um átomo de hidrogênio. <http://www.stefanelli.eng.br/webpage/celula-combustivel/celula-a-combustivel.html>

²¹ Coalizão Nacional para Reciclagem – uma organização sem fins lucrativos voltada a estimular a reciclagem nos Estados Unidos. Ver <http://nrcrecycles.org/about/>

parceiros especializados – com na abordagem da teoria das redes, vista na apresentação dos conceitos multidimensionais de empreendedorismo no capítulo 4 – em design, manufatura e logística e passou a comercializar um produto totalmente reciclável capaz de superar o desempenho dos seus concorrentes tradicionais. O caiaque reciclável da Walden Paddlers representa uma ruptura criativa-destrutiva no seu segmento de mercado – como na teoria de Schumpeter (1997). É também um exemplo de como a gestão sustentável, baseada na identificação e exploração de oportunidades de mercado relacionadas a necessidades ambientais e/ou sociais, pautada no equilíbrio entre perspectivas de curto e longo prazo, pode se manifestar em negócios que ainda nem foram constituídos, assim como pode ser o viés competitivo capaz de impulsionar os empreendimentos e promover o seu crescimento (LARSON, 2000).

Mas, e quanto aos impactos territoriais? Quando analisamos os direcionadores internos do modelo de Hart e Milstein, quais são as relações que podem se estabelecer entre empreendedorismo sustentável e espaço? Quando um empreendedor decide reciclar materiais para substituir o consumo intensivo de um insumo, ou quando busca racionalizar a exploração de recursos que, como diria Raffestin (1993), estão inseridos em um quadro espaço-temporal, ou mesmo quando causa rupturas e busca inovar os seus processos produtivos em busca de tecnologias limpas e que causam menor dano ao meio ambiente, ele dificulta a instalação da lógica de dissociação entre eventos e territórios. Afinal, se estes últimos são apenas uma moldura manipulável, quando ela se vê desprovida dos seus recursos, deixa de apresentar valor econômico, e o caminho natural – na lógica não sustentável –, uma vez que não há vínculo entre ações e local, é simplesmente mudar uma unidade produtiva de lugar e explorar um novo território, e não investir na reciclagem de materiais.

Aplicar inovações científicas e tecnológicas aos processos operacionais, de modo a impulsionar ganhos econômicos, sem que se negligenciem demandas sociais e ambientais, corresponde a uma conduta voltada para um modelo de desenvolvimento que poderia ser classificado como territorialmente responsável, de acordo com a teoria de Bertha Becker (2010), para quem o desenvolvimento não precisa abrir mão da rentabilidade. Pelo contrário, ele deve fazer da geração de renda o elemento catalisador e o instrumento capaz de promover as melhorias sociais e a conservação ambiental. Segundo a autora, é preciso construir um novo conceito de gestão territorial, com viés prático e estratégico e com a aplicação da ciência e da técnica no exercício dos poderes no espaço-tempo.

Afastando-se do conceito de paisagem sustentável, de viés predominantemente ecológico-conservacionista, Becker (2013) lança mão do conceito de território sustentável.

Assim, a autora engloba o envolvimento dos atores sociais no processo de transformação dos lugares e ataca a polarização entre a perspectiva conservacionista (endógena) e desenvolvimentista (exógena). Para Becker, as duas perspectivas podem e devem caminhar juntas. Assim, torna-se possível promover o desenvolvimento de uma região sem que se destrua a natureza e sem que a articulação das populações regionais com o seu território seja solapada. Em outros termos, sem que as pessoas, eventos e lugares sejam abstrata e metricamente separados.

Mais uma vez cabe refletir sobre o que há por trás do conceito de desenvolvimento. Os grupos sociais por ele impactados o percebem da mesma forma? Vislumbram benefícios efetivos? Estão realmente interessados no processo de transformação? Como pontuado anteriormente, tais questões são pertinentes. Mas, diante do desafio de aproximar território e empreendedorismo, de modo a identificar modelos de gestão que, adotando uma conduta sustentável, apresentem o potencial de tratar o território como elemento estratégico e não como moldura esvaziável, a perspectiva do equilíbrio entre os aspectos econômico, social e ambiental aponta um caminho que dificulta a dissociação entre eventos e espaço.

Retomando a análise dos quadrantes do modelo de Hart e Milstein, agora em uma perspectiva externa, identifica-se, no curto prazo (hoje), a necessidade de atuar com transparência e promover a integração da sociedade civil nos processos corporativos, a fim de que os empreendimentos possam gozar de maior credibilidade e legitimidade. Tal dinâmica se intensifica ainda mais quando os públicos com os quais as empresas se relacionam estão cada vez mais municiados de informação e exigem uma postura responsiva por parte dos gestores. Já no longo prazo (amanhã), destacam-se vetores como aumento da população e da pobreza, inequidade na distribuição de recursos e oportunidades, migração intensiva de pessoas das áreas rurais para as cidades e declínio da qualidade de vida de numerosos agrupamentos sociais. Diante desse cenário, exige-se de um empreendimento que se pretende sustentável estabelecer estratégias que compatibilizem o crescimento econômico com o desenvolvimento social, com foco em oportunidades de negócios que atendam necessidades ainda não atendidas (HART E MILSTEIN, 2003).

Nesse sentido, é possível citar exemplos como o do banco indiano Grameen Bank, que, na busca por um capitalismo mais inclusivo e por um modelo de negócio pautado no diálogo colaborativo com grupos de consumidores geralmente subestimados ou ignorados por outras empresas, especializou-se em oferecer microcrédito para pessoas de baixa renda em mais de 40.000 vilarejos em Bangladesh. Segundo Muhammad Yunus, professor de economia e fundador do Grameen Bank, a maior parte dos bancos, de maneira equivocada, relaciona a

pobreza à existência de lacunas de competências em determinados grupos sociais e, assim, preferem focar suas atenções em camadas mais abastadas de consumidores. Para Yunas, entretanto, as pessoas pobres são, em sua maioria, motivadas e comprometidas, e sabem exatamente como promover o seu próprio crescimento a partir do momento que tem acesso a alguma soma, ainda que pequena, de recursos financeiros (HART E MILSTEIN, 2003).

O exemplo do Grameen Bank também é interessante porque o seu modelo competitivo acabou por inspirar outras empresas, inclusive alguns gigantes do mercado financeiro, como o Citigroup, que também passou a atuar com uma carteira de empréstimos para os públicos de baixa renda. Isso sem mencionar algumas iniciativas fora do segmento de produtos e serviços financeiros, como o caso da Hindustan Lever, subsidiária da Unilever que desenvolve produtos específicos para as necessidades particulares das populações rurais da Índia e que aplica tecnologia de ponta no desenvolvimento de xampus e sabonetes customizados para esse público específico, tornando-se o ponto de partida para a expansão dos negócios da Unilever em outros países em desenvolvimento, como o Brasil, por exemplo (HART E MILSTEIN, 2003).

Vale destacar que, ao investir em mercados que supostamente não reúnem elementos ou recursos previamente atrativos, e auxiliar no seu desenvolvimento, os empreendimentos também tendem a romper com a lógica da exploração intensiva do território manipulável, que preconiza a presença dos recursos para sua extração ou exploração com vistas ao lucro de curto prazo. Na perspectiva sustentável, a ideia passa a ser o desenvolvimento do contexto local para o estabelecimento de vantagens competitivas de médio e longo prazo.

A questão não é substituir radicalmente os modelos de exploração intensiva por negócios de base sustentável, mas sim migrar estrategicamente estruturas que geram externalidades negativas impactantes para estruturas capazes de se relacionar com a sociedade e com o meio ambiente – e com os territórios, por consequência, já que as populações e os elementos físicos encontram-se territorializados – de maneira menos dissimétrica e agressiva. E, quando de pensa no médio e longo prazo, desenvolver novas alternativas tecnológicas que já considerem, no seu escopo competitivo e mercadológico, a questão da sustentabilidade. Até mesmo porque, como nos lembram Hart e Milstein (2003), para agir de maneira sustentável e garantir a sua sobrevivência e crescimento em cenários que exigirão uma atuação transparente, bem como a redução dos impactos ambientais e sociais das atividades produtivas, as organizações devem passar a considerar seriamente cada um dos quatro conjunto de direcionadores que os autores destacam em seu modelo.

O modelo de Hart e Milstein (2003), ao integrar dimensões interna e externa, além da perspectiva de curto e longo prazo, reúne elementos muito relevantes na análise das iniciativas empreendedoras sustentáveis. Mas, obviamente, existem outras abordagens e modelos de estudo, como a tipologia proposta por Borges (2013), que considera três indicadores críticos: se o negócio explora o nicho ambiental ou social, se a sustentabilidade é objetivo do empreendedor ou apenas meio para gerar retornos financeiros (Parrish, 2010), e se a empresa utiliza ou não os pressupostos de responsabilidade social (DALMORO, 2009).

Segundo Borges (2013), negócios ambientais podem ser classificados em:

1. Produtos ecoeficientes, que apresentem maior eficiência energética ou baixo impacto ambiental, como os equipamentos de energia solar e a produção de móveis de bambu;
2. Turismo e lazer na natureza, tais como pousadas em ambientes naturais;
3. Agricultura orgânica e extrativismo, como a produção de alimentos orgânicos e os restaurantes especializados em comida vegetariana;
4. Reciclagem e reutilização, como nos casos de garrafas pet ou lâmpadas.

Os negócios sociais também apresentam quatro categorias:

1. Produtos para grupos com necessidades especiais, como confecções especializadas em roupas para cadeirantes;
2. Microcrédito, isto é, concessão de crédito para grupos sociais com menor poder aquisitivo;
3. Comércio justo, como nos casos de parcerias entre produtores e consumidores, a fim de disponibilizar produtos a preços justos;
4. Negócios na base da pirâmide, produtos ofertados em condições mais acessíveis para populações pobres.

Para qualquer uma das iniciativas de negócio elencadas acima, o empreendedor pode ser movido por uma oportunidade e passa a utilizar a sustentabilidade como um meio para alcançar resultados financeiros, ou pode ser movido pela própria sustentabilidade, que passa a ser o objetivo de um empreendimento que utiliza o lucro como um meio de manter o negócio e garantir a consecução de valores sustentáveis – a maioria dos empreendimentos sustentáveis ainda se encaixa no primeiro grupo. Por último, Borges (2013) alerta para o fato de que um negócio social ou ambiental não necessariamente terá implícita em sua operação a responsabilidade social. Uma empresa que produz e vende placas de energia solar, por exemplo, pode ter uma política nociva de exploração da sua própria mão-de-obra.

Ainda que apontem caminhos para a gestão sustentável dos empreendimentos, os modelos de Hart e Milstein (2003) e Borges (2013) não apontam, explicitamente, para a relação entre o empreendedorismo sustentável e o território – é claro que podem ser observados elementos implícitos que indicam uma preocupação com o território e uma percepção do mesmo como algo que vai além de uma mera moldura, como no caso da prevenção da poluição, redução dos impactos sobre o meio ambiente e a oportunidade de atender populações que manifestam necessidades ainda não satisfeitas. O modelo de Hart e Milstein (2003), ao tratar de necessidades não atendidas, consumidores da base da pirâmide e segmentos específicos, tais como genética, biotecnologia e tecnologia de informação, assim como o modelo de Borges (2013), ao destacar nichos social e ambiental para os negócios, parecem sugerir que o empreendedorismo sustentável aplica-se somente a segmentos específicos ou nichos de mercado, em uma escala específica do ambiente socioeconômico. Mas os exemplos apresentados por Hart e Milstein (2003), com base nos conjuntos de direcionadores das ações empresariais elaborados pelos autores, incluindo empresas de segmentos, portes e escalas de atuação diferentes, apontam para outra perspectiva de análise, segundo a qual o empreendedorismo sustentável não se limita a uma única escala ou apenas à atuação em nichos específicos.

A questão das escalas, inclusive, constitui um elemento de análise que merece uma reflexão mais criteriosa quando se tem a intenção de analisar fenômenos de caráter social e territorial, como é o caso da relação entre empreendedorismo sustentável e território. Como afirmam Racine (*et. al.*, 1980), enquanto a escala cartográfica é uma representação geométrica do espaço, a escala geográfica – na concepção desses autores – diz respeito à relação que as sociedades mantêm com essa representação geométrica e, se tal escala geográfica for utilizada no estudo de diferentes fenômenos, é necessário considerar que a pequena escala não corresponde a uma área menor, mas sim a uma espécie de distanciamento da visão do mapa, o que reflete em uma área maior, onde a tendência à homogeneidade cresce. Ao contrário, a grande escala reflete uma aproximação da visão do mapa, correspondendo a uma área de análise menor, onde a homogeneidade tende a diminuir. E a preocupação com a questão das escalas se justifica porque os fenômenos e comportamentos se modificam em função da escala em que ocorrem e da escala em que são analisados. Racine (*et. al.*, 1980) classificam como um postulado falso a ideia de que as ocorrências podem ser medidas, analisadas e correlacionadas como se estivessem em uma única escala. Assim como é falso considerar que as propriedades coletivas são apenas justaposições das propriedades individuais de um fenômeno – no caso do empreendedorismo

há o risco de considerar aspectos estruturais como simples justaposições da capacidade de agência do empreendedor, por exemplo.

Assim, nota-se a importância de assumir a questão das escalas como um elemento a se considerar na tentativa de relacionar o empreendedorismo sustentável ao território. Nesse sentido, como visto anteriormente neste capítulo, as iniciativas empreendedoras sustentáveis, podem, a princípio, parecer fadadas a se manifestar somente na grande escala – considerando-se a lógica cartográfica – ou seja, em nichos específicos de mercado, ligados ao desenvolvimento de alternativas tecnológicas complexas e de aplicação direcionada, como a genética e a biotecnologia, ou em mercados mais carentes. Entretanto, se tomarmos a destruição criativa de Schumpeter (1997) como elemento fundamental também do empreendedorismo sustentável, podemos observar que o próprio autor defende a possibilidade de ocorrência desse fenômeno de inovação independente do local ou do tipo de empreendimento. Larson (2000) reforça tal argumento ao associar a destruição criativa a empresas de pequeno, médio e grande porte, além de negócios em desenvolvimento, corporações que atuam em escala global ou mesmo organizações sem fins lucrativos.

Ao se perguntar sobre a existência de eventuais condições propícias para a emergência do empreendedorismo sustentável – em grandes ou pequenas empresas, em mercados de massa ou nichos –, Wagner (2012) foi obrigado a se render à heterogeneidade apresentada pelos diferentes estudos de caso. Entretanto, o autor identificou uma espécie de padrão, que é corroborado por Hart e Milstein (2003) e que não confina o empreendedorismo sustentável a uma escala, mas apresenta uma dinâmica de desenvolvimento e expansão. Segundo Wagner (2012), o empreendedorismo sustentável está baseado em um sistema de inovação que se adapta muito bem ao mercado de massa e que pode ser eficientemente impulsionado pela capacidade de investimentos das grandes companhias, entretanto, geralmente, as iniciativas empreendedoras e as rupturas tecnológicas mais intensas são conduzidas por empresas pequenas e mais flexíveis, em negócios associados a nichos específicos que, no médio e longo prazo, acabam por alcançar os grandes mercados. Assim, o movimento de produção e comercialização dos alimentos ditos ecológicos (ou orgânicos), atualmente classificado como uma tendência em mercados representativos – como boa parte do mercado europeu, por exemplo – pode surgir a partir da iniciativa de empreendedores ligados à militância ambiental, que atuavam em comunidades específicas e geograficamente limitadas. Ao afirmar que as pequenas empresas que estimulam uma visão sustentável tem o potencial de criar mercados futuros de grande escala – nesse caso, definindo o volume de pessoas que compõem tais

mercados –, Hart e Milstein (2003) reforçam os argumentos de Wagner, ou podem, inclusive, ter servido de base para as concepções e análises deste último autor.

Cabe esclarecer que os argumentos de Wagner referem-se a uma tendência e não há um padrão único e estabelecido. Como visto nos exemplos citados por Hart e Milstein quando os autores apresentam o seu modelo matricial de análise – o seu quadro do valor sustentável –, quando empresas como a DuPont e a 3M investem em práticas sustentáveis, o processo de inovação não caminha dos mercados de nicho para os mercados de massa e para os empreendimentos globais. De qualquer forma, é possível perceber a manifestação do empreendedorismo sustentável em exemplos que abarcam a pequena e a grande escala.

Enquanto Borges (2013) afirma – como visto no capítulo anterior – que dois dos mais importantes periódicos científicos sobre o empreendedorismo – *Entrepreneurship Theory and Practice* e *Journal of Business Venturing* – dedicaram espaços no seu conteúdo editorial ao empreendedorismo sustentável apenas entre os anos de 2009 e 2010, a Revista Exame, publicação nacional que trata de informações relacionadas ao ambiente competitivo de negócios no Brasil e no mundo, publicou, em 2015, a 16ª edição do Guia Exame de Sustentabilidade, ranking publicado desde 2000, que apresenta as empresas mais sustentáveis do cenário nacional, a partir da aplicação de um questionário que inclui dimensões econômica, social e ambiental, elaborado pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, e da avaliação de um conselho deliberativo, criado pela revista a partir do convite a especialistas renomados no estudo e condução de negócios sustentáveis (EXAME, 2015).

A Revista Exame é uma das mais renomadas publicações nacionais que tratam do ambiente de negócios e uma das primeiras a considerar a questão da sustentabilidade em seu editorial. Entretanto, mesmo considerando-se todos os critérios técnicos envolvidos na escolha das empresas citadas no seu Guia de Sustentabilidade – o desempenho das empresas é analisado com base nas dimensões geral, econômica, social e ambiental, a partir de questionários robustos, que contemplam dez indicadores chave, que incluem, entre outros, direitos humanos, ética e transparência, gestão de resíduos, relação com clientes e relação com a comunidade –, não há como negar que se trata de uma publicação que parte do mundo corporativo e se apropria das informações e dos fatos a partir da ótica organizacional. Desse modo, as ações sustentáveis apresentadas como exemplos no Guia de Sustentabilidade não encerram análises profundas dos seus impactos socioambientais a partir das diferentes perspectivas dos públicos que se relacionam com o ambiente competitivo. As percepções das comunidades afetadas, as transformações em suas relações e na dinâmica de suas vidas não

são objeto de análise pormenorizada, assim como as articulações coordenadas (ou não) entre as ações sustentáveis destacadas e todas as outras variáveis relacionadas à conduta diretiva e operacional das empresas em destaque. Ainda assim, diante da intenção reiteradas vezes apresentadas ao longo desta dissertação, que consiste em iniciar uma discussão capaz de aproximar empreendedorismo sustentável e território, os exemplos do Guia de Sustentabilidade da Revista Exame apresentam modelos de gestão e exemplos de ações empreendedoras que, assim como nos exemplos citados na análise do modelo de quadrantes de Hart e Milstein, suscitam indícios de uma nova aproximação do território por parte dos agentes corporativos. Uma aproximação que não se contenta em reduzir o território a um quadro manipulável e que, de forma conceitual ou prática, dificultam o estabelecimento da lógica de dissociação entre eventos e lugares. Se a ideia desta pesquisa fosse esgotar todos os vieses de análise sobre uma determinada ação de caráter sustentável, talvez a escolha de um estudo de caso e a avaliação criteriosa de todas as suas variáveis e desdobramentos fosse o caminho mais indicado. Mas como a ideia é iniciar um diálogo, os exemplos podem indicar as pegadas iniciais de um caminho a ser percorrido.

O Guia Exame de Sustentabilidade de 2015 apresenta exemplos que, mais uma vez, demonstram a viabilidade da aplicação de iniciativas empreendedoras e de gestão sustentável em negócios que operam na pequena escala – segundo o critério cartográfico, em grandes regiões – e apresentam novos indícios das relações entre o empreendedorismo sustentável e o território, que, na perspectiva da sustentabilidade, não pode mais ser conceitualmente separado dos fenômenos que nele estão inseridos e com ele trocam influências, não podendo, portanto, ser apropriado como moldura manipulável e espaço conceitualmente vazio. Na perspectiva de que o empreendedorismo sustentável não só reduz as externalidades negativas que afetam os territórios, mas garante a própria manutenção futura de relações de consumo e a garantia de competitividade das empresas, a revista Exame (2015), traz o alerta de Anders Levermann, cientista do *Potsdam Institute for Climate Impact Research*²², para quem não há mais espaço para questionamentos sobre o aquecimento global e, diante da ausência de dúvidas sobre o quadro de mudanças climáticas que se impõe sobre o globo, “cabe às empresas se preparar seriamente para operar num planeta mais quente e vulnerável a eventos climáticos extremos”.

A afirmação de Levermann e a própria movimentação de grandes players globais que, até o passado recente, não demonstravam nenhum tipo de preocupação consistente com as

²² Um dos mais importantes centros de pesquisa sobre alterações e impactos climáticos do mundo, situado na Alemanha.

questões ambientais e sociais são indícios de que a sustentabilidade não é mais o ideário de militantes radiciais ou mais um modelo passageiro de condução de negócios voltados a nichos específicos. Nesse sentido, vale destacar alguns dos exemplos do Guia Exame de Sustentabilidade, sobretudo aqueles que apresentam de forma mais evidente as relações entre as iniciativas empreendedoras sustentáveis e os territórios.

A Votorantim Cimentos, que atua em um setor responsável por 5% do volume global de emissões de gases causadores do efeito estufa, encontrou uma alternativa empreendedora sustentável que não só reduziu significativamente seus níveis de emissões – algo em torno de 6% entre 1990 e 2015, com perspectiva de redução de 25% até 2020 – como garantiu a instalação e permanência das operações da empresa em Porto Velho, Rondônia, mesmo com a ausência de um insumo fundamental para a fabricação de cimento nessa região, o calcário. Na lógica da exploração intensiva de recursos, não faria nenhum sentido instalar uma fábrica em Porto Velho, mesmo com a demanda de cimento para a construção das Usinas de Jirau e de Santo Antônio, no Rio Madeira. Entretanto, o transporte do cimento a partir de outras regiões, certamente elevaria os custos logísticos. E aqui está explícita a faceta econômica da sustentabilidade. Investir em tecnologias de substituição do calcário pela argila, abundante na região de Porto Velho, na composição da pozolana, que passou a constituir insumo na fabricação do cimento, só se justifica pelo fato de que o impacto econômico, em termos logísticos e de proximidade com mercados consumidores, é positivo. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento e utilização da pozolana como insumo do cimento, reduziu as emissões da fábrica da Votorantim em Porto Velho em 43%, um ganho ambiental considerável. Por último, tal iniciativa empreendedora permitiu que a empresa mantivesse suas operações em um território específico ao invés de simplesmente desconsiderá-lo ou abandoná-lo, porque, a princípio, não havia ali elementos atrativos a serem captados e explorados no processo de produção. Aqui também entra o equilíbrio entre as perspectivas de curto e longo prazo, afinal, Rondônia apresenta um potencial de expansão da demanda no mercado de construção civil, o que pode ser positivo para as operações da Votorantim na região nos próximos anos (EXAME, 2015).

Também no Guia de Sustentabilidade da revista Exame, em sua edição de 2015, outro exemplo interessante é o da Bunge – eleita a empresa mais sustentável no ranking da publicação –, a maior exportadora de grãos do Brasil e representante de um movimento que busca reduzir o desmatamento nas novas fronteiras agrícolas do país. A Bunge atua no setor agropecuário, responsável por 62% das emissões de gases do efeito estufa no Brasil e que tem como grandes desafios o controle do desmatamento e o aumento da produtividade, sobretudo

para atender a demanda de grãos em nível mundial, sem que, necessariamente, ocorra a expansão das áreas de cultivo, sobretudo em regiões florestais. A fim de reduzir o impacto de suas operações sobre o ambiente e garantir a perenidade de sua atuação – e, claro, de sua rentabilidade – no oeste da Bahia, uma das áreas de produção de soja que mais crescem no Brasil – tendo como consequência a perda da vegetação original do cerrado –, a Bunge atua em parceria com a ONG *The Nature Conservancy*²³, mapeando propriedades rurais, contabilizando áreas desmatadas e de vegetação remanescente, e auxiliando os produtores locais, com conhecimentos técnicos e recursos tecnológicos, para que os mesmos mantenham ou aumentem a sua produtividade sem ferir as regras do Código Florestal – que exige que, no cerrado, cada propriedade mantenha 35% de área verde e as faixas de mata ciliar, que protegem rios e córregos (EXAME, 2015). O trabalho de desenvolvimento realizado junto aos produtores locais garante o aumento da produtividade das lavouras (aspecto econômico), eleva a renda dos produtores e diminui a necessidade de que os mesmos precisem se deslocar para áreas urbanas a fim de garantir sua sobrevivência (aspecto social), contribui para um melhor funcionamento do ecossistema (aspecto ambiental), e vai de encontro à lógica do modelo capitalista de exploração intensiva, marcada pela dissociação entre pessoas, eventos e territórios.

Alguns podem alegar que as verdadeiras motivações da Bunge estão relacionadas aos níveis de exigência dos mercados compradores de produtos agropecuários, principalmente o europeu, que só admite comprar de fornecedores internacionais cujos processos produtivos estejam em acordo com as legislações ambientais de seus países, como é o caso do Código Florestal Brasileiro. Pode ser. Mas, como vimos no capítulo anterior, o empreendedorismo sustentável pode se manifestar a partir de diferentes motivações. A sustentabilidade pode ser um meio ou um fim, de acordo com as características de cada negócio, e isso não compromete os impactos efetivos da sua prática, discriminada em benefícios econômicos, sociais e ambientais. Seja a partir de uma perspectiva que coloca a ação sustentável como uma obrigação – ônus – legal ou a partir de uma concepção da sustentabilidade como modelo de gestão necessário à preservação das sociedades e do meio ambiente, ao incluir na sua pauta de decisões e ações empresariais questões como a sustentabilidade da terra e relacionamento com as comunidades, a Bunge contribui para estreitar os laços entre as populações e suas áreas de lavoura. E é claro que, sobretudo quando se considera um segmento como o agropecuário, a escolha das áreas de cultivo ainda segue uma lógica de hierarquização dos lugares em função

²³ Organização Não Governamental – A Conservação da Natureza.

de elementos atrativos e trunfos econômicos, mas, pelo menos, agrega-se à lista de variáveis de análise quesitos como a preocupação com a precariedade da atividade produtiva e o desenvolvimento de produtores locais.

Ainda no guia da revista Exame, é possível identificar outros exemplos de condutas de gestão sustentável que dificultam a concepção de um espaço conceitualmente vazio. O *Mkoba Private Equity*, um fundo de investimentos da Tanzânia, por exemplo, criou um programa de benefícios econômicos para estimular todas as empresas de sua carteira a se envolverem em projetos relevantes, capazes de melhorar as condições de vida das comunidades onde possuem clientes. Ao explicar as motivações do seu programa de substituição de combustível fóssil pela biomassa²⁴, o presidente da Embaré, fabricante de laticínios e caramelos que tem sua história de mais de 80 anos intimamente ligada à cidade mineira de Lagoa da Prata, mencionou não só a aposta na energia limpa como uma forma de minimizar impactos ambientais, mas também como uma forma de deixar mais recursos na região de Lagoa da Prata, uma vez que o petróleo usado nas caldeiras da empresa, anteriormente adquirido da Petrobrás, começa a perder espaço para o cavaco – lascas de madeira de eucaliptos – adquirido de fornecedores locais. Existem ganhos econômicos associados à iniciativa da Embaré? Claro. Se não fosse assim, não se poderia falar em sustentabilidade. Com sua iniciativa empreendedora sustentável, a Embaré economiza cerca de oito milhões de reais por mês na sua produção de energia.

Para aumentar de 7% para 31% o índice de reaproveitamento de seus materiais através da reciclagem, a subsidiária brasileira da indústria sueca Tetra Pak, ao invés de investir em tecnologia própria, decidiu apoiar as cooperativas de catadores de material reciclável das regiões próximas às suas fábricas. Uma medida que busca colher louros de legitimidade? Sem dúvida. Mas também uma iniciativa com benefícios econômicos tão claros quanto os seus desdobramentos sociais. Para tanto, a Tetra Pak doou às cooperativas equipamentos de triagem, prensas, balanças e empilhadeiras, além de investir na capacitação dos profissionais das cooperativas. A Kirin, dona de marcas de bebidas como Schin e Devassa, mantém um projeto voltado à sustentabilidade, com incentivos e programas educacionais voltados à redução do lixo, reciclagem e prevenção de doenças, que vem estreitando os laços da empresa com a comunidade do Morro do Alemão, no Rio de Janeiro. Já a Coca-Cola, em parceria com a Fundação Amazonas Sustentável, desenvolve, desde 2009, o programa Bolsa Floresta, voltado à geração de renda para mais de 40 mil moradores de 15 comunidades ribeirinhas da

²⁴ Massa biológica que constitui a base da produção de energia a partir da decomposição de resíduos orgânicos. <http://www.significados.com.br/biomassa/>

Amazônia, que recebem benefícios atrelados ao desenvolvimento de ações de preservação dos recursos hídricos na bacia amazônica. A exemplo da relação da Embaré com a Cidade de Lagoa da Prata, a fabricante de móveis Zanzini estreita sua relação com a cidade paulista de Dois Córregos a partir de ações que engajam setores da sociedade no enfrentamento de problemas sociais e ambientais, como é o caso do programa Reciclo, que envolve escolas, fábricas e estabelecimentos comerciais na coleta de lixo para reciclagem. Ficam a cargo da Zanzini todos os processos logísticos.

Estamos diante de exemplos de iniciativas empreendedoras e de gestão sustentável em diferentes segmentos, envolvendo empresas de diferentes portes, além de perspectivas de abordagens diversas, umas com maior apelo social, outras com maior apelo ambiental e outras que integram essas duas dimensões, agregadas sempre a ganhos econômicos. De qualquer forma, o empreendedorismo sustentável parece sempre demandar uma forma de cooperação entre empresas e destas com diferentes grupos de *stakeholders* – clientes, organizações da sociedade civil e comunidades, por exemplo. Assim, tomando como base o princípio da cooperação interfirmas, em modelos de negócios marcadamente relacionados – em sua gênese e desenvolvimento – à questão territorial, é bastante adequado que uma pesquisa que trata da relação entre empreendedorismo e território considere também como elemento de análise os arranjos produtivos de base territorial: *clusters* ou distritos industriais.

Neste momento, a pergunta de Raffestin (1993) sobre a possibilidade de substituição da competição pela cooperação – apresentada no capítulo 3 – e a preocupação de Sack (1986) quanto ao sacrifício do planejamento de longo prazo em detrimento dos lucros rápidos, parecem ainda mais pertinentes. E é interessante notar que, para alguns gestores e estudiosos do empreendedorismo, como Keller (2008), a chamada cooperação interfirmas é mais do que uma alternativa, é uma espécie de demanda ou necessidade estratégica. Assim como se apresenta como necessidade estratégica o urgente desafio não de substituir a competição pela cooperação, mas de conciliar esses elementos.

Segundo o próprio Keller (2008) e também com base nas argumentações de Schmitz e Nadvi (1999), o *cluster* é simplesmente uma concentração de firmas, considerando-se os aspectos espacial (localização) e setorial (especialização). Para ficar mais claro, *cluster* é a designação de um aglomerado de empresas que se apresentam concentradas geograficamente e especializadas setorialmente. E, de acordo com os mesmos autores acima, um distrito industrial, conceito que se baseia na experiência referencial da Terceira Itália – exemplo que será melhor apresentado mais à frente – surge quando o *cluster* muda de estágio de

desenvolvimento, englobando aspectos que vão além da especialização e divisão coordenada do trabalho entre unidades empresariais.

O distrito industrial não só apresenta empreendimentos geograficamente concentrados e tecnicamente especializados, mas é também marcado pelo surgimento de formas implícitas e explícitas de cooperação entre os agentes econômicos e forte associação entre as empresas e os elementos territoriais – localidades, comunidades, história e cultura. Nas palavras de Rabelotti (1995) e de Humphrey e Schmitz (1995), o distrito industrial é um cluster que amadureceu, ou seja, que desenvolveu suas potencialidades para alcançar uma eficiência coletiva que garante aprimoramentos na produção local e até mesmo estimula a capacidade de inovação. Como afirma, Lins (2001), o distrito industrial é uma modelidade de cluster marcada por níveis significativos de cooperação. E a associação entre as empresas que formam um distrito industrial e o território em que as mesmas estão inseridas é tão marcante, que Keller (2008) afirma que um distrito industrial economicamente bem sucedido e virtuoso emerge somente quando se constata um meio geográfico e social – cultural e institucional – suficientemente forte e capaz de consolidar a confiança e a coordenação dos esforços entre os agentes econômicos.

Desde a abordagem pioneira de Marshall (1982) sobre a temática da concentração espacial de indústrias especializadas até publicações posteriores – Schmitz e Nadvi (1999) e Keller (2008), por exemplo – há uma espécie de consenso quanto ao fato de que tal modelo garante maior competitividade a empresas pequenas e médias, garantindo às mesmas a possibilidade de vencer restrições ao crescimento e enfrentar situações de risco, como o surgimento da competição em escala global, por exemplo. Os fatores que derivam da aglomeração espacial especializada e contribuem para a competitividade das unidades empresariais são chamadas por Marshall (1982, p.231) de “economias externas” (external economies), e constituem benefícios que derivam diretamente da especialização das atividades produtivas, da divisão coordenada do trabalho e da criação de um infra-estrutura de troca cooperativa de informações e de tecnologia. Vale destacar, entretanto, que as economias externas preconizadas por Marshall (1982) tem natureza estática, diretamente relacionada aos benefícios diretos que uma indústria pode usufruir em função das características do seu entorno, tais como a redução de custos logísticos proporcionada pela proximidade das unidades empresariais de produção complementar e pela proximidades destas em relação a pontos específicos de suprimento de insumos, por exemplo. Estudos complementares à teoria marshalliana apontam para a chamada eficiência coletiva, que agrega as economias externas

estáticas às economias externas de caráter dinâmico, tais como os benefícios econômicos dos processos de negociação e compras conjuntas, por exemplo (LINS, 2001).

As economias externas dinâmicas partem da interação dos elementos territoriais com a capacidade de agenciamento e articulação dos agentes econômicos – como nas teorias multidimensionais do empreendedorismo vistas no capítulo 4. Assim, englobam processos socialmente difundidos de educação, treinamento, acúmulo e troca de conhecimentos, capacidade de inovação e sentido de cooperação. Representam a associação entre as externalidades locais e a ação conjunta e deliberada dos agentes, na busca pela solução de problemas comuns em escala coletiva (LINS, 2001). Desse modo, embora seja condição relevante, a concentração geográfica por si só não proporciona, de maneira automática, ganhos de eficiência para o sistema produtivo local. A eficiência coletiva resulta da articulação local entre economias externas estáticas, ligadas à simples existência do *cluster*, e as ações conjuntas – economias dinâmicas – dos agentes econômicos locais, em um ambiente de cooperação que caracteriza os distritos industriais. Tal cooperação interfirmas pode se manifestar de diferentes formas: vínculos verticais, como os que acontecem entre fornecedores e clientes; vínculos horizontais, como ações conjuntas de marketing, compras coletivas e utilização comum de instalações ou equipamentos; além de vínculos multilaterais, como nas parcerias público-privadas (LINS, 2001).

De qualquer forma, o que está em pauta é a articulação coletiva que promove competitividade e, com base em um processo de influência recíproca entre elementos empresariais e territoriais, pode garantir a melhoria das perspectivas de desenvolvimento do sistema econômico localizado. Assim, para que os *clusters* alcancem sua maturidade e possam ser considerados Distritos Industriais, as externalidades positivas devem ser potencializadas pela ação dos integrantes do arranjo produtivo, de modo que se caminhe para a chamada eficiência coletiva e se possam estabelecer e desenvolver ganhos estratégicos que vinculem cada vez mais as empresas e o próprio território, em um processo de aprimoramento das relações regionais, que preconizam a sustentabilidade e a perenidade da dinâmica de organização local da produção. Corroborando argumentos que também se fazem presentes nos estudos de Marshall (1982), Beccatini (1992), Rabellotti (1995) e Schmitz (1995), Lins (2001) reforça a ideia de que os distritos industriais são *clusters* que transcendem a simples concentração geográfico-espacial. Além da concentração espacial dos empreendimentos setorialmente especializados, o autor destaca a importância da oferta local de serviços e do apoio institucional às atividades produtivas, a competição cooperativa entre agentes

econômicos, que podem viver relações de concorrência ou de produção complementar, e a identidade sociocultural compartilhada pelos empreendedores.

Mesmo quando a terminologia muda, as características se mantem. Courlet (1993) designa as aglomerações produtivas espaciais como Sistemas Industriais Locais (SILs), sendo os distritos industriais os modelos marcados pela rede de colaboração entre pequenas e médias empresas que, posteriormente, podem avançar para modelos de cooperação entre grandes empresas entre si e entre os grandes grupos e as pequenas e médias empresas. De qualquer forma, o autor enfatiza que a base dos SILs – e, conseqüentemente, dos distritos industriais – é explicitamente territorial, uma vez que este modelo de organização de empreendimentos remete a relações de cooperação de médio e longo prazo entre empresas que realizam produções conjuntas e/ou complementares. Assim, as empresas tornam-se partes interdependentes de um processo de produção maior, cuja territorialidade se manifesta pela delimitação espacial e pelas relações funcionais que se estabelecem entre o próprio conjunto de empresas e as comunidades em que estão inseridas.

Dentre os exemplos de aglomeração espacial especializada e arranjos produtivos de base territorial, um dos mais ilustres, discutidos e que, de certa forma despertou, entre as décadas de 1980 e 1990, o interesse científico para essa temática específica, é o da região da Emilia Romagna – nordeste e parte central da Itália. A expressão Terceira Itália foi criada por Arnaldo Bagnasco (1999) para se referir ao desenvolvimento socioeconômico da região que se colocava, de forma inovadora, entre a Primeira Itália (o norte desenvolvido) e a Segunda Itália (o sul atrasado), com base em um sistema produtivo de especialização flexível e redes de cooperação (*networks*) entre unidades empresariais de pequeno e médio porte concentradas espacialmente.

Uma prova da influência territorial na determinação do modelo de aglomeração especializada na região da Terceira Itália pode ser encontrada na formação histórica desse distrito industrial. Segundo Courlet (1993), o processo de industrialização flexível da Terceira Itália – que se intensificou após a Segunda Guerra Mundial – ocorreu em uma região caracterizada pela densa presença de pequenas e médias cidades, com funções diversas e uma pequena distância em relação ao campo, com uma organização social fundada e impregnada pela solidariedade familiar e pelo espírito de cooperação. Criaram-se, assim, condições para que o modelo de organização do trabalho não fosse somente definido pelas variáveis territoriais, mas mantivesse com o território uma relação de troca de influências. O mesmo autor nos apresenta exemplo semelhante de organização produtiva na região de Cholet, na França, onde a indústria calçadista transformou agricultores em operários. Assim, sem que

houvesse uma ruptura brusca com o campo, ou pelo menos com seus sistemas de valores, os vilarejos passaram a ser ocupados por numerosos ateliês e, assim como na Terceira Itália, o sistema de cooperação entre pequenas empresas tem seu suporte em um substrato cultural marcado pela solidariedade familiar.

E a questão não é necessariamente uma cultura do campo – se é possível classificar com esse termo o sistema sociocultural da Terceira Itália e da região de Cholet, na França –, mas sim a forte presença de um componente cultural relacionado à identidade local e aos valores de cooperação. A aglomeração industrial local do Baden-Württemberg, na Alemanha – outro exemplo bastante conhecido dos estudiosos dos arranjos territoriais –, não se deu pela influência de uma cultura camponesa, mas sim pela influência de um tecido industrial tradicional. Após a Segunda Guerra Mundial, as pequenas manufaturas localizadas em espaços marcadamente delimitados, sob os auspícios das autoridades regionais, passaram a constituir numerosas redes que articulam grandes grupos empresariais e pequenas e médias empresas que atuam de maneira coordenada nos setores têxtil, relojoeiro e da construção de máquinas. De qualquer forma, seja na Terceira Itália, na França ou na Alemanha, os conjuntos produtivos, como bem lembra Ritaine (1989, p.161), “foram criados sobre a base de sociedades locais específicas (...) cujos recursos sociais serviram de fundamento e continuam a assegurar a regulação do novo sistema produtivo”.

E os exemplos de arranjos produtivos de base territorial não se limitam ao contexto europeu. No Médio Vale do Itajaí, principal área de produção têxtil e de vestuário de Santa Catarina e uma das mais relevantes do Brasil, 22 empresas, a maioria de pequeno e médio porte, concentradas nas cidades de Blumenau e Brusque, formam um sistema produtivo local que já foi objeto de estudo de autores como Singer (1977) e Lins (2001). Nessa região – assim como nos exemplos anteriores –, pode-se notar uma forte herança histórica e sociocultural, ligada diretamente aos imigrantes de origem germânica que colonizaram a região no século XIX. Boa parte desses imigrantes apresenta raízes profissionais vinculadas às atividades fabris, notadamente no setor têxtil. É o caso, por exemplo, de Hermann Hering, mestre em tecelagem de meias e luvas, que, dois anos depois de chegar a Blumenau, fundou, em 1880, a Hering, conhecida marca nacional de artigos de vestuário (LINS, 2001).

As características do arranjo produtivo do Médio Vale do Itajaí, nos estudos de Lins (2001), não se distanciam daquelas observadas em outros exemplos típicos de *cluster* e preconizadas nos conceitos e análises sobre as organizações produtivas de base territorial. Assim, destacam-se as vantagens competitivas atreladas ao mercado de trabalho, composto por gerações de trabalhadores ligados à produção têxtil, com elevados níveis de conhecimento

e habilidades especializadas, além de uma inclinação à conduta cooperativa, muito própria do clima social positivo que impera na herança sociocultural da região. Dignos de nota são também os vínculos institucionais que marcam o ambiente produtivo do distrito industrial em questão, com o suporte de centros de ensino e capacitação profissional, além de laboratórios de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias associadas à indústria local. Sobretudo no caso dos fabricantes mais tradicionais de Blumenau e Brusque, Tomio (1995, p.220) indica que é possível assinalar, ainda, elevados níveis de articulação e uma “predisposição estrutural à organização coletiva”, que envolve processos de auxílio e concessões recíprocas que parecem se fortalecer com base em identidade étnica e afinidade cultural. Vale destacar, entretanto, que Lins (2001) apresenta-se relutante em classificar o exemplo de Santa Catarina como um caso de distrito industrial, uma vez que o estoque de externalidades da região tem, segundo o autor, uma natureza passiva, uma vez que nem todos os grupos produtivos locais tem a mesma predisposição à cooperação, o que acaba por limitar, em certos aspectos, os ganhos ativos das relações cooperativas entre empresas.

Diante dos exemplos até aqui apresentados e do objetivo central de relacionar o empreendedorismo ao território, acenando com a possibilidade de uma via alternativa de interação entre as formas de organização do trabalho e um espaço que não venha a ser considerado conceitualmente vazio, é importante destacar as relações entre os arranjos produtivos de base territorial (clusters e distritos industriais), os princípios de sustentabilidade e o próprio território – e seus elementos. Entre as características do distrito industrial, apresentadas pioneiramente por Marshall (1982), manifestas na Terceira Itália e, com maior ou menor intensidade, nos outros exemplos até aqui discutidos, a que mais se destaca é a sobreposição entre o produtivo e o social, ou seja, a forte ligação entre a coordenação das atividades de trabalho – em um sistema de cooperação entre agentes econômicos – e os elementos que constituem o território, notadamente aqueles de caráter social e cultural. Os distritos industriais surgem a partir de uma configuração particular de elementos territoriais, sendo influenciados por essa configuração e exercendo influência sobre ela (KELLER, 2008). A concepção do que se pode chamar de atmosfera empreendedora, que resulta da coexistência, em um território geograficamente determinado, de uma simbiose entre o sistema de produção e o tecido social, dificulta – ou mesmo impede – a dissociação entre pessoas, eventos, fenômenos e o território. Como negligenciar o lugar, ou tratá-lo como moldura a ser explorada e manipulada, quando existe uma conexão tão forte entre os seus elementos constitutivos e a atividade empreendedora? E como exercer uma exploração intensiva e

dissimétrica de recursos quando a sobrevivência competitiva dos empreendimentos está diretamente ligada ao desenvolvimento territorial?

Ao analisar algumas características da região da Terceira Itália, Keller (2008) apresenta alguns argumentos que reforçam a ideia da inviabilidade de dissociação entre o produtivo, o social e o cultural – e, portanto, territorial – nos distritos industriais. O autor lembra que, nessa configuração específica de organização produtiva, o êxito econômico está diretamente ligado à cooperação entre as próprias unidades empresariais (que algumas vezes até produzem o mesmo bem e são também concorrentes) e à conexão entre as empresas e o capital social presente no território, isto é, ao relacionamento complexo entre as próprias empresas e entre elas e a comunidade local. Como lembra Fuini (2014), os vínculos se estabelecem com o território porque se estabelecem entre os agentes territoriais. Surge aqui a ideia do enraizamento das empresas e das iniciativas empreendedoras em um sistema social territorializado, de modo que empresas e empreendedores obrigatoriamente devem considerar, nos seus processos de decisão e ação, as características do próprio território (KELLER, 2008). Com bem lembram Beccatini (1992) e Brusco (1990), a dinâmica dos distritos industriais não pode ser apropriada se forem levados em conta apenas os fatores econômicos.

Tal perspectiva aglutinadora, que reúne elementos que vão além dos aspectos econômicos na análise dos distritos industriais, é reforçada por Rabelotti (1995), quando o autor destaca os quatro fatores chave desse modelo de organização dos esforços produtivos: a concentração espacial e a especialização setorial das empresas; um intercâmbio dinâmico, mercadológico ou não, de bens, informações e pessoas; um fundo cultural e social compartilhado, capaz de moldar comportamentos e relações; e uma rede de instituições de suporte, públicas e privadas, aos agentes econômicos. Unindo as análises de Marshall, Keller, Rabelotti, Beccatini e Brusco, temos o conceito do enraizamento social e territorial da ação e gestão empreendedora para diferenciar o modelo do distrito industrial, a partir da noção da empresa como parte de uma rede coletiva, apoiada por uma rede institucional – associações, instituições de ensino, órgãos públicos e privados de fomento – e por práticas e atributos culturais.

Courlet (1993) destaca algumas variáveis semelhantes aos fatores chave apresentados por Rabelotti, tais como a reciprocidade, presente nas relações familiares, profissionais e comunitárias, capaz de difundir em nível coletivo uma identidade social; uma regulação orgânica das relações de mercado com base em ações institucionais de suporte; um mercado de trabalho regulado pelo jogo da oferta e da procura, mas em um contexto de relações recíprocas de cooperação – na Terceira Itália, essas relações são as da família camponesa, na

região de Cholet, as da comunidade local e no Baden-Württemberg, as das empresas vistas como comunidades funcionais solidárias –; além de um sistema de informações e de aquisições de competências profissionais ligadas ao pertencimento a uma comunidade. Assim, as relações entre empresas e entre essas e o território se tornam mais sistemáticas e estáveis, não se resumindo a uma simples soma de processos de compra e venda. Em consonância com a teoria marshalliana das economias externas, posteriormente enriquecida pela ideia de eficiência coletiva, os sistemas industriais locais tem na sua organização coletiva um novo recurso, que estimula a reprodução e aprimoramento das relações de cooperação.

Desse modo, dificulta-se a separação entre a economia e a sociedade e, a partir de uma ação empreendedora que parte da organização territorial da produção e que interage tão fortemente com os territórios, de modo que os critérios de sustentabilidade dos mesmos tornam-se cada vez mais relevantes e críticos para a própria sobrevivência competitiva das empresas, os efeitos da territorialidade de um capitalismo de exploração intensiva de recursos – tais como a burocratização, a ênfase em relações impessoais e hierarquizadas e a concepção de um espaço conceitualmente vazio, vistos no capítulo 3 – não encontram terreno fértil para a sua disseminação e podem vir a ser substituídos por novas estruturas produtivas, que se apresentam, como destaca Courlet (1993), ancoradas em um território. Cria-se, assim, uma linha de condução dos negócios e de análise sobre o desempenho empreendedor que prioriza a observação dos ambientes produtivos, a sustentabilidade e o contexto socioinstitucional em que os empreendimentos se inserem e com o qual trocam influências (LINS, 2001).

Como afirmam Cocco (*et. al.*, 2002, p.22), nos arranjos produtivos de base territorial, o próprio território atua como integrador dos diferentes aspectos da produção, ao mesmo tempo em que estimula e mantém a construção de redes materiais e cognitivas que favorecem os processos de aprendizagem e as inovações tecnológicas, em um contexto de cooperação entre os agentes econômicos e sociais. Como afirmam os autores, “o espaço de produção, ao deixar a fábrica e passar a se referenciar na cidade” ganha uma nova conotação pública, que reforça os laços entre as empresas e suas comunidades, ambos agentes territorializados.

Desse modo, nas características das ações empreendedoras sustentáveis de diferentes negócios (diversos em suas escalas e segmentos de atuação), ou nos modelos de organização produtiva que tem na sua origem e base de constituição a aglomeração territorial especializada (*clusters* e distritos industriais), podem ser encontrados elementos que, ao reforçar os laços entre pessoas, fenômenos e territórios, dificultam uma relação efêmera entre os empreendimentos e o tecido sociocultural em que os mesmos se inserem. Desse modo, a influência recíproca entre as ações empresariais e os elementos territoriais pode chegar aos

ambientes de planejamento e decisões corporativas, de modo que o espaço não mais se limitará a uma moldura conceitualmente vazia e manipulável.

Em tal contexto, talvez ainda não seja possível substituir a competição pela cooperação, como no questionamento de Raffestin (1993), e talvez a substituição nem deva ser o alvo a se buscar de fato, mas, o que pode ser vislumbrado é o início de um convívio entre esses dois elementos, de modo que a gestão empreendedora possa também ser o estímulo para uma competição cooperativa e para o desenvolvimento de abordagens de organização produtiva que considerem os impactos territoriais de suas ações e decisões, em uma perspectiva que não esteja exclusivamente voltada para o estabelecimento de relações hierarquizadas, burocráticas, impessoais e funcionalmente conduzidas de modo a ampliar os lucros no curto prazo, com base em uma exploração intensiva e desequilibrada dos recursos, mas que considere o desenvolvimento e a geração de valor sustentável no longo prazo.

Quando de fato perceberem que as suas competências e vantagens competitivas, bem como a sua capacidade de reproduzir lucros em períodos futuros passam a ser ameaçadas, as empresas e os empreendedores podem, forçosamente ou para garantir diferenciais, considerar com mais intensidade a adoção de modelos de gestão sustentável. Nesse caso, os territórios – e seus elementos constitutivos, incluindo-se aí os aspectos naturais e socioculturais –, que também forçosamente vem sofrendo com as externalidades negativas produzidas por modelos dissimétricos de exploração dos recursos, podem vir a se tornar mais relevantes do que uma simples moldura manipulável.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na contramão de algumas correntes teóricas que se dedicam a uma abordagem integradora no estudo do território e que se preocupam cada vez mais em acrescentar ao espaço elementos humanos, capazes de lhe conferir conteúdo e significado, o capitalismo, sob os desígnios da ideia do progresso como caminho inexorável e na busca pela acumulação de lucros no curto prazo, insiste em transformar os territórios em molduras métricas abstratas. Assim, torna-se mais fácil estimular o aumento inconsequente da produção e do consumo em um quadro territorial facilmente manipulável, utilizado para organizar pessoas e eventos, além de explorar, de maneira intensiva e dissimétrica, os recursos disponíveis. Tal estratégia, marcada por uma territorialidade que assume o espaço como conceitualmente vazio, produz seus resultados, mas também apresenta seus custos.

Qual é o preço a se pagar pela negligência planejada e pela simplificação das complexas relações que se estabelecem no espaço e a partir do espaço? Existe alguma via alternativa de conduta, segundo a qual os agentes econômicos (empresas e empreendedores) possam assumir o território como peça relevante nos seus processos decisórios e na implantação de suas ações competitivas? A partir de tais reflexões e visando responder ao objetivo central deste trabalho, procurou-se identificar no empreendedorismo sustentável um modelo de gestão de negócios com o potencial de constituir alternativa à prática capitalista de exploração intensiva dos recursos, que leva os territórios a serem percebidos, na lógica organizacional, como espaços conceitualmente esvaziáveis e preenchíveis.

Para tanto, foi necessário percorrer um caminho de pesquisa e de argumentação que partiu da conceituação do território e da territorialidade humana segundo Robert David Sack e passou pela apresentação do território conceitualmente vazio, chegando à análise de suas relações com o capitalismo de exploração intensiva de recursos, modelo responsável pela geração de externalidades que justificam a emergência dos princípios da sustentabilidade e do empreendedorismo sustentável, que, por sua vez, pode constituir uma abordagem de criação e gestão de negócios capaz de se relacionar com os territórios e seus elementos de maneira menos predatória e mais racional.

Na tentativa de construir um esboço de teoria que possa relacionar o empreendedorismo ao desenvolvimento sustentável de um território que vai além da mera moldura funcional para alocação de recursos e eventos, estabeleceu-se um estudo comparativo, a partir dos conteúdos de diferentes autores, em um processo de revisão

bibliográfica que permitiu uma aproximação consistente com os elementos chave da pesquisa. E, sem a pretensão de elaborar um discurso conclusivo sobre as questões em estudos, foi possível contribuir para o aprofundamento das reflexões acerca das iniciativas empreendedoras e suas relações com o território.

Ao nos apresentar a territorialidade humana como uma estratégia intencional, voltada a influenciar ou controlar pessoas, recursos, fenômenos e relações, Sack (1986) nos apresenta um território que vai além de mero espaço físico (material), integrando elementos complexos em um contexto relacional. Assim, a territorialidade se converte em estratégia para utilizar e organizar o espaço, sendo capaz de produzir efeitos territoriais e combinações desses efeitos. Uma dessas combinações, diretamente ligada à criação das burocracias modernas e à hierarquização de relações impessoais, e que constitui a principal variável territorial a acompanhar o surgimento do capitalismo, é o espaço conceitualmente vazio, que também se constitui em suporte para a ideia ocidental de progresso e da mudança como condição essencial do desenvolvimento. Assim, justifica-se, no campo conceitual, a prática efetiva de aumento do controle funcional do espaço e reforça-se a mobilidade de pessoas, coisas e eventos, afrouxando-se os laços entre acontecimentos e território, o que garante ao capitalismo a possibilidade de preencher, esvaziar e rearranjar continuamente o espaço.

Arrefecer laços entre eventos e locais transforma o território uma espécie de pano de fundo métrico e abstrato, marcado por relações impessoais, fluidas e hierarquizadas. Os ganhos em termos de eficácia operacional são evidentes, mas há um efeito colateral: a relação dissimétrica e desequilibrada entre a ação produtiva do homem e o meio ambiente. Com base em um modelo de exploração intensiva de recursos, orientado à acumulação de lucros no curto prazo, a organização do trabalho impregnada de ciência e tecnologia vem provocando externalidades negativas que produzem impactos sociais e ecológicos. O aumento da poluição do ar, dos resíduos da atividade industrial e das emissões de gases, o crescimento desordenado das populações e cidades, crises hídrica e energética, bem como as mudanças climáticas e a intensificação das desigualdades entre ricos e pobres, não só comprometem o meio ambiente e colocam em risco a sobrevivência de populações, como também criam pontos de ruptura que ameaçam a própria manutenção do modelo capitalista em seus moldes atuais, em função da saturação de mercados e da inviabilidade de geração de lucros no longo prazo.

Diante desse cenário, surge o conceito de sustentabilidade, que preconiza mudanças na exploração dos recursos, na orientação de investimentos e no desenvolvimento tecnológico, a fim de satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a capacidade de satisfação das necessidades de gerações futuras. No mundo dos negócios, a sustentabilidade promove a

ascensão do conceito de empreendedorismo sustentável, que busca integrar nas decisões e ações empresariais a harmonia entre o crescimento econômico, a justiça e o bem-estar social e a conservação do meio ambiente, com base no uso racional de recursos.

Além da harmonia entre aspectos econômicos, sociais e ambientais, o empreendedorismo sustentável suscita a adoção de um modelo de gestão empresarial baseado na transparência e na busca por legitimidade na relação entre organizações e sociedade. A inovação assume o papel de promover a mitigação das externalidades negativas advindas das atividades produtivas e de explorar novas oportunidades em termos de produtos e serviços, que atendam necessidades ainda não satisfeitas ou que inaugurem novos segmentos lucrativos, como é o caso das tecnologias limpas, por exemplo. Tudo isso em uma perspectiva que busca integrar ações de curto e longo prazo.

Ações sustentáveis podem ser identificadas em práticas assumidas por organizações de diferentes segmentos e portes, que atuem em escala global ou mesmo em nichos específicos de mercado. E apesar de não haver ainda uma corrente teórica focada diretamente nas relações entre o empreendedorismo sustentável e o território, os casos apresentados ao longo desta dissertação demonstram que, quando um empreendedor opta por utilizar insumos de fornecedores regionais, decide auxiliar na capacitação e desenvolvimento de parceiros locais, busca assumir uma gestão participativa que apoie atividades comunitárias, envolve-se com atividades culturais típicas do entorno de suas operações, desenvolve e oferta produtos para nichos de mercados tidos como pobres ou simplesmente escolhe reciclar materiais ou racionalizar a exploração de recursos – sempre territorializados e inseridos em um quadro espaço-temporal –, ele rompe com a lógica de dissociação entre eventos e territórios e estabelece dinâmica diversa daquela que prioriza o estabelecimento de relações burocráticas e impessoais em um espaço tido como métrico e abstrato.

A gestão sustentável caminha em direção oposta à da perspectiva de arrefecimento dos laços entre pessoas, fenômenos e o tecido sociocultural, portanto, territorial, em que os dois primeiros elementos estabelecem suas relações dialógicas. E especificamente no caso dos arranjos produtivos de base territorial, que encontram nos elementos territoriais alguns fatores decisivos que promovem sua criação, manutenção e desenvolvimento, o reforço do vínculo entre a atividade econômica e o tecido sociocultural é ainda mais intenso. Os chamados distritos industriais não são apenas um aglomerado de empreendimentos geograficamente concentrados e tecnicamente especializados, mas sistemas de sobreposição e influência recíproca entre o produtivo e o social, marcados por formas implícitas e explícitas de

cooperação entre os agentes econômicos e entre esses e os elementos territoriais, incluindo aspectos históricos e culturais.

Quando o que está em pauta é uma simbiose entre o econômico e o sociocultural, assumir um modelo de gestão e uma conduta empreendedora que promove a dissociação entre eventos e fenômenos passa a ser não só incoerente, mas é também contraproducente, ou seja, nada funcional ou estratégico para os negócios, sobretudo se for considerada a capacidade de geração de resultados no longo prazo. Quando há uma forte conexão entre os elementos territoriais e a atividade empreendedora, negligenciar o território ou tratá-lo como moldura manipulável torna-se uma tarefa difícil, sobretudo porque a sobrevivência competitiva dos empreendimentos está diretamente ligada ao desenvolvimento territorial.

É preciso reconhecer, entretanto, que os exemplos bem sucedidos de arranjos produtivos de base local ainda representam casos pontuais. Ainda impera, na maioria das empresas, a visão da sustentabilidade não como uma oportunidade de desenvolvimento de negócios lucrativos, mas sim como uma espécie de empecilho revestido pelo discurso da responsabilidade que, de fato, apenas cria regulamentações incômodas e custos considerados desnecessários. Tal visão, que acaba por deixar as empresas despreparadas para desafios futuros, longe de enfraquecer os esforços de pesquisas acerca do empreendedorismo sustentável, apenas demonstra a necessidade de intensificação, em termos quantitativos e qualitativos, de estudos e discussões sobre o tema. Nesse sentido, a presente dissertação busca contribuir para o desenvolvimento de novas linhas de pesquisa que associem o empreendedorismo, a sustentabilidade e o território.

É preciso alertar para o perigo de que a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável venham a ser tratados, assim como na concepção ocidental do progresso, como caminho único de desenvolvimento e novo modelo compulsório de organização e gestão empresarial. Tal abordagem pode levar à imobilidade e à limitação de perspectivas. E, também para evitar tais circunstâncias, podem contribuir novas pesquisas e estudos acerca do empreendedorismo sustentável e suas relações com o território.

Nesse sentido, o diálogo que aqui se inicia, e que busca aproximar o empreendedorismo e o território, incita novos questionamentos e linhas de estudo que podem destacar, por exemplo, se a concepção de um espaço conceitualmente vazio é um conceito a-histórico, na medida em que ignora processos históricos. É também interessante pensar sobre as implicações da convivência entre o empreendedorismo sustentável (de aspecto integrador, pois reúne elementos econômicos, psicológicos, sociológicos e culturais) com o espaço metrificado e homogêneo promovido pelo capitalismo. Outro risco a ser discutido se

caracteriza pelo uso do empreendedorismo sustentável como elemento de transformação da forma e não do conteúdo de um sistema que passa a desvendar territorialidades invisíveis somente se elas se configuram oportunidades de geração e acumulação de lucros. Em outras palavras, como competir de maneira sustentável quando as externalidades não forem rentáveis? Por fim, também configura uma interessante vertente de análise para pesquisas futuras a questão do papel do Estado e da sociedade civil organizada nas relações entre ação empreendedora e espaço. Os agentes de mudança (empreendedores), com suas aptidões e competências, não dependem da esfera pública no que se refere à gestão de capital e de informações?

A presente dissertação tentou dar início à discussão e apresentar, na análise do empreendedorismo sustentável, potenciais que levem a uma relação menos desequilibrada entre atuação organizacional e território. Cabe, a partir de agora, refinar as discussões sobre os níveis do potencial associado ao empreendedorismo sustentável e sua real capacidade de conduzir a modelos de gestão que não mais se pautem na dissociação estratégica entre eventos e territórios, e que passem a considerar estes últimos mais do que espaços conceitualmente vazios, de modo a se respeitar toda a sua complexidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. **Os desafios da sustentabilidade: uma ruptura urgente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ARROW, Kenneth. **Economic Welfare and the Allocation of Resources for Invention**. In: *The Rate and Direction of Inventive Activity: Economic and Social Factors*. Universities-National Bureau Committee for Economic Research, Committee on Economic Growth of the Social Science Research Council: Princeton University Press. 1962. p. 609-626. Disponível em: <<http://www.nber.org/chapters/c2144>> Acesso em: 02/08/2015.

BAGNASCO, Arnaldo. Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa. In: COCCO, G; URANI, André; GALVÃO, A. P. (Org.). **Empresários e empregos nos novoterritórios produtivos: o caso da terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BANERJEE, Subhabrata B. **Organisation al strategies for sustainable development: developing a research agenda for the new Millennium**. Australian Journal of Management, V. 27, Special Issue, 2002

BECCATINI, G. **Le district marshallien: une notion socio-économique**. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Dirs.). *Les régions qui gagnent*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992. p. 35-55.

BECKER, BK; COSTA, RH. (Orgs). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro:UFRJ,1983, p. 1-21

BECKER, B. K. **A Geografia e o Resgate da Geopolítica**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 50, n.2, p. 99-126, 1988.

BECKER, Bertha K. **Cenários de curto prazo para o desenvolvimento da Amazônia**. Cadernos NADIAM, Brasília, MMA, 1999. _____. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

BECKER, Bertha K. **Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum. 2010, vol.5, n.1, p. 17-23.

BECKER, Bertha K. **A Urbe Amazônida**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2013.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazonia**. Estudos Avançados. São Paulo, v. 19, n.53, p. 71-86, 2005.

Bertha Becker, geógrafa. Disponível em: <
http://proficiencia.org.br/article.php3?id_article=83> Acesso em: 27/02/2016.

BHIDÉ, A. V. **The Origin and Evolution of New Business**. New York: Oxford, 2000.

BORGES, C. *et al.* **Empreendedorismo Sustentável**: Proposição de uma tipologia e sugestões de pesquisa. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, v. 2, n.1, p. 77-100, 2013

BOSZCZOWSKI, A. K.; TEIXEIRA, R. **O empreendedorismo sustentável e o processo empreendedor**: em busca de oportunidades de novos negócios como solução para problemas ambientais e sociais. In: Encontro ANPAD, 33. São Paulo- SP: Anpad. 2009.

BRUSCO, Sebastiano. **The idea of the industrial district**: its genesis. In: PIKE, F.; BECATTINI, G.; SENGENBERGER, W. (Ed.). Industrial districts and interfirm cooperation in Italy. International Institute for Labour Studies, ILO, Geneva, 1990.

BURT, R. S. **Structural Holes**: The Social Structure of Competition. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.

CANTILLON, Richard. **Ensaio sobre a natureza do comércio geral**. Trad. Fani G. Figueira. Curitiba: Segesta Editora, 2002.

CAVALCANTI, Maralyza C. de Souza; TEIXEIRA, Rivanda M. **Empreendedorismo Sustentável a as Dimensões de Schlange**: Um Estudo Multicasos em Pequenas Empresas Sergipanas. VI Encontro de Estudos em Estratégias, Bento Gonçalves, RS. 2013.

COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P., **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos**: O caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A/Sebrae. 2ª. Ed. 2002.

COHEN, B.; WINN, M.. **Market Imperfections, opportunity and sustainable entrepreneurship**. Journal of Business Venturing 22, 2007.

COMPANYS, Y.; McMULLEN, J. S. **Strategic Entrepreneurs at Work**: The Nature, Discovery, and Exploitation of Entrepreneurial Opportunities. Small Business Economics, v. 28, n. 4, 2007. p. 273-283.

COURLET, Claude. **Novas dinâmicas de desenvolvimento e sistemas industriais localizados**. Trad.: NouveUcs Dyiiamiqus de Développement et Systèmes Industriels Localisé por Sueli Cassai. Ensaios FEE, Porto Alegre. 1993. p. 9-25

DALMORO, M. **A visão da sustentabilidade na atividade empreendedora**: uma análise a partir de empresas incubadas. Revista de Gestão Organizacional - RGO, v. 2, n.1. 2009. p. 87-104.

DEAN, T. J.; MCMULLEN, J. S. **Toward a Theory of Sustainable Entrepreneurship: Reducing Environmental Degredation Through Entrepreneurial Action**. Journal of Business Venturing, v. 22, n. 1, p. 50-76, 2007

DELGADO, N. *et al.* **Empreendedorismo orientado a sustentabilidade**: as inovações do caso Volkmann Cadernos EBAPE. BR, v. 6, n. 3. Set. 2008.

DIMAGGIO, P. **The iron cage revisited**: Institucional isomosphiism and collective rationality in organizational fields. American Sociological Review, v.48. 1983. p.147-160.

DIXON, S. E.; CLIFFORD, A. **Ecopreneurship - a new approach to managing the tripple bottom line**. Journal of Organizational Change Management, v.20, n.3, 2007. p. 326-344.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DRUCKER, P. F.. **Inovação e Espírito Empreendedor**: Prática e Princípios. São Paulo: Editora Pioneira, 1987.

DRUCKER, P. F. **Technology, Management and Society**. Nova York, Harper and Row, 1970. p. 209

ELKINGTON, John. **Canibals with forks: the triple bottom line of 21st century business**. Capstone Publishing, Oxford, 1997.

FILION, Louis Jacques. **Empreendedorismo**: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. Revista de Administração, São Paulo v.34, n.2, p.05-28, abril/junho, 1999.

FROEHLICH, Cristiane. **Publicações internacionais sobre sustentabilidade: uma revisão de artigos com o uso da técnica de análise de conteúdo qualitativa.** Rev. Adm. UFSM, Santa Maria, v. 7, número 2, 2014. p. 178-195

FUINI, Lucas Labigalini. **Arranjos produtivos locais em espaços urbanos: o caso da indústria de calçados femininos de Jaú/SP.** Revista Geografia e Pesquisa, Ourinhos, v. 8, n. 1. 2014 p.61-109.

GERBER, Michael E. **Empreender fazendo a diferença.** São Paulo: Fundamento Educacional, 2004.

GERLACH, A. **Sustainability entrepreneurship in the context of emissions trading.** In: ANTES, R., HANSJÜRGENS, B.; LETMATHE, P. Emissions Trading and Business. Heidelberg: Physica-Verlag, 2006. p. 73-91.

GLADWIN, T.; KENNELLY, J.; KRAUSE, T.. **Shifting paradigms for sustainable development: Implications for management theory and research.** Academy of Management Review, 1995. p.878–907.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

Guia Exame de Sustentabilidade. Revista Exame, Ed. 1101, nº 21. Grupo Abril. 2015

GUIMARÃES, T. B. C. **Análise Epistemológica do Campo do Empreendedorismo.** In: XXVIII ENANPAD, 2004, Curitiba. Rio de Janeiro: ANPAD, 2004.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. In: **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas.Etc, espaço, tempo e crítica.** Nº 2 (4), VOL.1, 15 de agosto de 2007, ISSN 1981-3732, pp. 39-52. Disponível em <http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_4.pdf> Acesso em: 02/08/ 2015.

HART Stuart, L.; MILSTEIN, Mark B. **Creating sustainable value.** Academy of Management Executive, 2003, Vol. 17, No. 2.

HAWKEN, P. **The ecology of commerce.** Harper: New York. 1994.

HOCKERTS, K.; WUSTENHAGEN, R. **Greening goliaths versus emerging Davids: theorizing about the role of incumbent sand new entrants in sustainable entrepreneurship.** Journal of Business Venturing, 25, 2010. p. 481-492.

HOLT, D. **Where are they now? Tracking the longitudinal evolution of environmental businesses from the 1990s.** *Business Strategy and the Environment*, 20, 2011. p. 238-250.

HOLZER, W. **O lugar na geografia humanista.** *Revista Território*. Rio de Janeiro, n.7, p.7-78, jul./dez. 1999.

HUMPHREY, John; SCHMITZ, Hubert. **The triple c approach to local industrial policy.** *World Development*, Oxford, v. 24, n. 12, p. 1859-1877, 1996.

JACOBS, M. **Sustainable development, capital substitution and economic humility: a response to Beckerman.** *Environmental Values*, v. 4, n. 1, 1995. p. 57-68.

JARILLO, JC. **On strategic networks.** *Strategic Management Journal* 9. 1988. p.31–41.

KAUARK, Fabiana; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa : guia prático.** Itabuna: Via Litterarum, 2010.

KELLER, Paulo Fernandes. **Clusters, distritos industriais e cooperação interfirmas: uma revisão da literatura,** *Revista Economia & Gestão da PUC Minas*. 2008

KIRZNER, L. M. **Entrepreneurial Discovery and the competitive market process: an Austrian approach.** *Journal of Economic Literature*, v. 35, n. 1. 1997. p.60-85.

KNIGHT, E. **A descriptive model of the intra-firm innovation.** *The Journal of Business* Vol. 40, No. 4. 1967. pp. 478-496. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2351630?seq=1#page_scan_tab_contents> Acesso em: 26/09/2015

LARSON, Andrea L. **Sustainable innovation through in entrepreneurship.** *Business Strategy and the Environment* Bus. Strat. Env. 2000. p. 304–317

LARSON, Andrea L. **Partner networks: leveraging external ties to improve entrepreneurial performance.** *Journal of Business Venturing*. 1991. p. 173–188.

LARSON, A.; STARR, J. **A network model of organization formation.** *Entrepreneurship Theory and Practice*. 1993.

LEPETI, Bernard. *Trad.* ARENA, Cely. **Por uma nova história urbana.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

LINS, Hoyêdo Nunes. **Clusters industriais:** uma experiência no Brasil Meridional. *Economia*, Curitiba, v. 27, n. 1. Editora da UFPR. 2001 p. 79-101.

LORENZONI, G.; ORNATI, O. **Constellations of firms and new ventures.** *Journal of Business Venturing* 3. 1988. p. 41–57.

LUMLEY, S.; ARMSTRONG, P. **Some of the nineteenth century origins of the sustainability concept.** *Environment, Development and Sustainability*, v. 6, n. 1, p. 367-378, 2004.

MAIR, J.; MARTI, I. **Social entrepreneurship research:** A source of explanation, prediction and deligth. *Journal of Word Business*. 2006. pp. 36-44.

MAHLER, D.; KEARNEY, A. T. **The sustainable supply chain.** *Supply Chain Management Review*. 2007. Disponível em: <<http://www.scmr.com/article/CA6504627.html?q=mahler>>. Acesso em: 23/12/2009.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 320.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia:** tratado introdutório. São Paulo: Abril Cultural, v. I, 1982.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço:** Uma Nova Política da Espacialidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil Ltda., 2008. pp. 64-80.

MASUREL, ENNO. **Why SMEs Invest in Environmental Measures:** Sustainability Evidence from Smalland Medium-Sized Printing Firms. *Business Strategy and the Environment* Bus. Strat. Env. 16, 190–201 (2007) Published online in 10 July 2006 Wiley Inter Science (www.interscience.wiley.com)

MCCLELLAND, D.C. **A Sociedade Competitiva: Realização e Progresso Social.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

PAIVA JÚNIOR, F. G.; MELLO, S. C. B.; GONÇALVES, C. A. **Empreendedorismo e relacionamento: um composto de confiança e adaptabilidade** In: EGEPE, 4. Curitiba. 2005. p. 159-168, 2005.

RAFFESTIN, Claude. *Trad.* FRANÇA, Maria Cecília. **Por uma geografia do poder**. 1993. Disponível em <http://www.univale.br/cursos/tipos/pos-graduacao_strictu_sensu/mestrado_em_gestao_integrada_do_territorio/_downloads/por_uma_geografia_do_poder-claude_raffestin.pdf> Acesso em: 15/07/2015

PARRISH, B. D. **Sustainability-Driven Entrepreneurship: A Literature Review**. Leeds, UK: University of Leeds, 2008.

PARRISH, B. D. **Sustainability-driven entrepreneurship: principles of organization design**. Journal of Business Venturing, v. 25. 2010. p.510-523

RABELLOTTI, R. **Is there an “Industrial district model”?** Footwear districts in Italy and Mexico compared. World Development, Oxford, v. 23, n.1, p. 29-41, 1995.

RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. **Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia**. Transcrito de Geographica Helvetica, v. 35, n.o 5 (número especial). Trabalho apresentado ao 24.º Congresso Internacional de Geografia realizado em Tóquio, Japão, 1980.

RATZEL, F. **A geografia do homem (antropogeografia)**. In: MORAES, A. C. R. (Org.). Ratzel. Tradução Fátima Murad. São Paulo: Ática, 1990.

REINHARDT, FL. **Bringing then vironment down to earth**. Harvard Business Review July–August; 1999. P. 149–157.

Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>> Acesso em: 27/02/2016.

RITAINE, E. **La modernité localisée?** Leçons italiennes sur le développement régional. Revue Française de Science Politique, [S. I.] v. 39, n. 2, 1989. p. 154-177.

ROSSONI, L.; TEIXEIRA, R. M. **A interação dos relacionamentos com os recursos e a legitimidade no processo de criação de uma organização social**. Cadernos EBAPE.BR, v. 6, n. 4, art. 7. 2008. p. 1-19.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 29- 56.

SACK, David. **Human Territorialit**: Its theory and history. London, Cambridge University Press, 1986

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Uma cartografia simbólica das representações sociais**: prolegómenos a uma concepção pós-moderna do Direito. Revista Crítica de Ciências Sociais - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais, nº 24. Março, 1988.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura **O Brasil**: Território e Sociedade no início do século XXI. 9ª edição. Editora Record. Rio de Janeiro. 2006

SAVITZ, Andrew W.; WEBER, Karl. **A empresasustentável**: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. **O território**: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A.D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SAY, Jean-Baptiste. *Trad.* BARBOSA FILHO, Balthazar. **Tratado de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SCHAPER, M. **The essence of ecopreneurship**. Greener Management International, v. 38, p. 26-30, 2002.

SCHALTEGGER, S. **A Framework for Ecopreneurship**. Greener Management International, 2002. pp. 45-58.

SCHLANGE, L. E. **Stakeholder perception in sustainable entrepreneurship**: the role of managerial and organizational cognition. First World Symposium on Sustainable Entrepreneurship as part of the Corporate Responsibility Research Conference. University of Leeds, Leeds, UK. 15-17 July 2007.

SCHLANGE, L. E. **What drives sustainable entrepreneurs?** ABEAI. 2006. p.1-11.

SCHMITZ, H. **Collective efficiency**: growth path for small-scale industry. *The Journal of Development Studies*, v. 31, n. 4, 1995. p. 529-566.

SCHMITZ, Hubert; NADVI, Khalid. **Clustering and industrialization**: introduction. *World Development*, Oxford, v. 27, n. 9, p. 1503-1514, 1999.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**; uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SHANE, S. **Prior knowledge and the discovery of entrepreneurial opportunities**. *Organization Science*, v. 11, n. 4, 2000 p.448–469.

SHANE, S.; VENKATARAMAN, S. **The promise of entrepreneurship as a field of research**. *Academy of Management Review* 25. 2000. p. 217–226.

SHRIVASTAVA, P. **Greening Business**. Thompsen: Cincinnati, OH, 1996.

SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SUCHMAN, M. **Managing legitimacy**: strategic and institutional approaches. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 3. 1995. p. 571-610.

SWEEZY, Paul. **Teóricos e teorias da economia**. Rio de Janeiro, Zahar, 1962.

SWIDLER, A. **Culture in Action**: Symbols and Strategies. *American Sociological Review*, v. 51, n. 2, 1986. p. 273-286.

TIMMONS, Jeffrey A. **Entrepreneurial and Leadship Developments in an Inner City Ghetto and a Rural Depresses Area**. Unplished doctoral dissertation, Graduate School of Business Administration, Harvard University, 1971.

TIMMONS, Jeffrey A. **New venture Creation: Entrepreneurship in the 21st Century**. New York: McGraw Hill, 1998.

TOMIO, F. R. de L. **Organização coletiva e representação de interesses do empresariado industrial têxtil de Blumenau – SC: a atuação da ACIB e do SINTEX em um espaço político-institucional democrático (1985-1994)**. Florianópolis, Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina. 1995.

TUAN, Yi Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

VENKATARAMAN, S. The distinctive domain of entrepreneurship research. In J. Katz & R. Brockhaus, **Advances in entrepreneurship, firm emergence and growth**. Greenwich, CT: JAI Press. 1997.

VERSTRAETE, T. **Entrepreneuriat-Connâitre l'entrepreneur, comprendre ses actes**. Éditions L'Harmattan, Paris, 1999.

WAGNER, Marcus. **Entrepreneurship, Innovation and Sustainability**. Greenleaf Publishing Limited. 2012

WCED – **World Commission on Environment and Development**. Our common future. Oxford: Oxford University Press, 1987.

WEBER, Max. *Trad.* MACEDO, José Marcos Mariani de. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEICK, K. E. **A Psicologia Social da Organização**. São Paulo: Edgard Blucher, 1979.

WERBACH, Adam. **Estratégia para sustentabilidade: uma nova forma de planejar sua estratégia empresarial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ZAHRA, S. *et al.* **Globalization of social entrepreneurship opportunities**. Strategic Entrepreneurship Journal, v. 2, n. 2, p. 117–131, 2008.

ZIMMERMAN, M. A.; ZEITZ, G. J. **Beyond Survival: Achieving New Venture Growth By Building Legitimacy**. Academy of Management Review, v. 27, n. 3. 2002. p. 414-431.

ZYLBERSZTAJN, David; LINS, Clarissa (Org.). **Sustentabilidade e geração de valor: a transição para o século XXI**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.